



Universidade de Brasília – UnB  
Faculdade de Ciência da Informação – FCI  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCINF  
Mestrado em Ciência da Informação

LUIZA SILVA ALMEIDA

# **O trabalho de memória em espaços públicos: o papel da Biblioteca de São Paulo na ressignificação do Carandiru**

Brasília  
2021

LUIZA SILVA ALMEIDA

## **O trabalho de memória em espaços públicos: o papel da Biblioteca de São Paulo na ressignificação do Carandiru**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIInf) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Brasília, DF, 23 de agosto de 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Braga de Oliveira

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Rabello

Brasília  
2021

**A447t** Almeida, Luiza Silva

O trabalho de memória em espaços públicos : o papel da Biblioteca de São Paulo na ressignificação do Carandiru / Luiza Silva Almeida; orientadora: Eliane Braga de Oliveira; coorientador: Rodrigo Rabello. – Brasília, 2021. – 109 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2021.

1. Memória coletiva. 2. Esquecimento. 3. Lugar de memória. 4. Direitos humanos. 5. Sistema prisional. I. Oliveira, Eliane Braga, orient. II Rabello, Rodrigo, coorient. III. Título.

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Título:** "O trabalho de memória em espaços públicos: o papel da Biblioteca de São Paulo na resignificação do Carandiru"

**Autor (a):** Luiza Silva Almeida

**Área de concentração:** Gestão da Informação

**Linha de pesquisa:** Organização da Informação

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciência da Informação.

Dissertação aprovada em: 23 de agosto 2021.

**Presidente (UnB/PPGCINF):** Eliane Braga de Oliveira

**Membro Externo (Unesp):** Maria Leandra Bizello

**Membro Interno (UnB/PPGCINF):** Georgete Medleg Rodrigues

**Suplente (UnB/PPGCINF):** Elmira Luzia Melo Soares Simeão

Em 09/09/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Braga de Oliveira, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 13/09/2021, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Georgete Medleg Rodrigues, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 13/09/2021, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Leandra Bizello, Usuário Externo**, em 13/09/2021, às 23:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **7136423** e o código CRC **37E2B2FF**.

Aos que têm esperança de um mundo melhor

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Eliane pela orientação dessa pesquisa. Sua calma e seu positivismo foram essenciais para continuação da pesquisa ao longo desse período de pandemia. Você foi uma mãezona.

Agradeço ao professor Rodrigo pela coorientação e pelas recomendações de leituras.

Agradeço às professoras Georgete e Maria Leandra por dedicarem um tempo para a leitura do trabalho e pelas sugestões nas bancas de qualificação e defesa.

Agradeço à Universidade de Brasília, à Faculdade de Ciência da Informação e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação por proporcionarem um ensino de qualidade e tornarem esse trabalho possível.

Agradeço aos professores da Faculdade de Ciência da Informação pela troca de conhecimento.

Agradeço aos colegas de curso pelas trocas em sala de aula. Em especial, a Erika, por dividir momentos de dúvida, aflição e conquista.

Agradeço à CAPES pelo financiamento.

Agradeço aos meus pais, Marly e Liliu, por todo apoio e amor. O incentivo que vocês sempre me deram para estudar cada vez mais tornou esse trabalho possível. Sou grata a vocês pelo que sou hoje.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Lucas, por me colocar para cima nos momentos mais difíceis e ser o maior incentivador para eu seguir em frente.

Agradeço aos meus amigos pelos debates e pelos momentos de alegria e distração. Em especial, a Júlia, pelas opiniões e revisão do texto.

*Dois ladrões considerados passaram a discutir  
Mas não imaginavam o que estaria por vir  
Traficantes, homicidas, estelionatários  
Uma maioria de moleque primário  
Era a brecha que o sistema queria  
Avise o IML, chegou o grande dia  
Depende do sim ou não de um só homem  
Que prefere ser neutro pelo telefone*

(Diário de um detento –  
Josemir Jones Fernandes Prato e Pedro Paulo Soares Pereira)

*E ao ouvir o silêncio sorridente de São Paulo diante da chacina*

*Cento e onze presos indefesos  
Mas presos são quase todos pretos  
Ou quase pretos  
Ou quase brancos, quase pretos de tão pobres*

*E pobres são como podres  
E todos sabem como se tratam os pretos*

(Haiti – Caetano Veloso e Gilberto Gil)

## RESUMO

A Biblioteca de São Paulo (BSP) foi construída, em 2010, como parte da substituição do Complexo Penitenciário do Carandiru, que foi cenário de um massacre de 111 detentos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, em 1992. Levando em conta que a BSP é uma instituição que visa promover o acesso à informação para seus usuários e, ao mesmo tempo, ocupa o espaço físico da antiga Penitenciária. O presente trabalho tem como objetivo descrever o histórico de criação da BSP e analisar a disputa pela resignificação desse espaço na perspectiva da memória e do esquecimento. Os objetivos específicos são: levantar e analisar os documentos sobre o processo de criação da BSP; discutir os conceitos de memória e esquecimento no contexto de criação da BSP; analisar, nas ações promovidas pela BSP, aquelas que remetem ao massacre do Carandiru; analisar a percepção dos bibliotecários e auxiliares de biblioteca que trabalham na BSP sobre o papel da Biblioteca no resgate da memória do Carandiru. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, que utiliza a pesquisa documental e o questionário como procedimentos para a coleta de dados. Os dados obtidos foram tratados com base na análise de conteúdo. Os documentos analisados mostram que havia uma preocupação nacional e internacional em desativar o Complexo, principalmente, pensando nos direitos humanos que foram e estavam sendo violados. Os resultados mostram que houve um consenso entre governo e sociedade civil para que a área continuasse de uso institucional e que fosse substituída por um parque público. Entre os documentos analisados, apenas o edital do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo demonstrou uma preocupação em preservar parte das edificações do Carandiru. A instituição responsável oficialmente por salvaguardar a memória do Carandiru e do massacre é o Espaço Memória Carandiru, por isso a BSP “não se responsabiliza” por trabalhar essa memória. Apesar disso, as bibliotecárias e auxiliares de biblioteca da BSP reconhecem a necessidade de se preservar a memória do local. Além disso, os resultados demonstram que a BSP incorporou o discurso do estado de apaziguamento/silenciamento da memória do massacre, não promovendo nenhuma ação diretamente voltada para o assunto e nem trabalhando essa memória com seus funcionários. Os momentos em que a Biblioteca trouxe à tona discussões sobre o massacre, foram nas entrevistas com o médico Drauzio Varella e com o cineasta Fernando Bonassi. Dessa forma, os dados coletados sugerem que houve consenso entre o Estado e uma parcela da sociedade civil envolvida, para o esquecimento de uma memória traumática e a criação e consolidação de uma nova memória coletiva sobre aquele espaço público. No entanto, há outros atores sociais que reivindicam para que a memória do Carandiru não seja esquecida.

**Palavras-chave:** Memória coletiva; esquecimento; lugar de memória; direitos humanos; sistema prisional; Biblioteca de São Paulo; Carandiru.



## ABSTRACT

The São Paulo Library (BSP) was built in 2010 as part of the replacement of the Carandiru Penitentiary Complex, which was the scene of a massacre of 111 detainees by the São Paulo State Military Police in 1992. BSP is an institution that aims to promote access to information for its users and, at the same time, occupies the physical space of the former Penitentiary. This paper aims to describe the history of BSP's creation and analyze the dispute for the re-signification of this space from the perspective of memory and forgetting. The specific objectives are: to collect and analyze documents about the BSP creation process; discuss the concepts of memory and forgetting in the context of creating the BSP; analyze, in the actions promoted by BSP, those that refer to the Carandiru massacre; to analyze the perception of librarians and library assistants who work at BSP about the role of the Library in the rescue of Carandiru's memory. This is a qualitative and descriptive research, which uses documentary research and a questionnaire as procedures for data collection. The data obtained were treated based on content analysis. The documents analyzed show that there was a national and international concern to deactivate the Complex, mainly considering the human rights that were and were being violated. The results show that there was a consensus between the government and civil society for the area to continue for institutional use and to be replaced by a public park. Among the documents analyzed, only the public notice of the Institute of Architects of Brazil – Department of São Paulo showed a concern with preserving part of the Carandiru's buildings. The institution officially responsible for safeguarding the memory of Carandiru and the massacre is the Espaço Memória Carandiru, which is why the BSP “is not responsible” for working on this memory. Despite this, BSP librarians and library assistants recognize the need to preserve the memory of the place. Furthermore, the results demonstrate that the BSP incorporated the discourse of the state of appeasement/silence of the memory of the massacre, not promoting any action directly focused on the subject, nor working on this memory with its employees. The moments in which the Library brought up discussions about the massacre were in interviews with doctor Drauzio Varella and filmmaker Fernando Bonassi. Thus, the collected data suggest that there was a consensus between the State and a portion of the civil society involved, for the oblivion of a traumatic memory and the creation and consolidation of a new collective memory about that public space. However, there are other social actors who claim that the memory of Carandiru is not forgotten.

**Keywords:** Collective memory; forgetfulness; place of memory; human rights; prison system; São Paulo Library; Carandiru.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Linha do tempo documentos de criação da BSP .....	65
<b>Figura 2</b> – Entrevista com Drauzio Varella nos 10 anos da BSP.....	76

### TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Número de ações por ano.....	73
--	----

### QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Documentos analisados .....	58
<b>Quadro 2</b> - Programas permanentes da BSP .....	60
<b>Quadro 3</b> - Métodos de pesquisa e técnicas para análise e coleta de dados a partir dos objetivos específicos.....	63
<b>Quadro 4</b> - Ações informacionais da BSP com termos descritores .....	74

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCIB	Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
APAC	Associação Pinacoteca Arte e Cultura
BSP	Biblioteca de São Paulo
BVL	Biblioteca Parque Villa-Lobos
CEJIL	Centro de Justiça e Direito Internacional
CI	Ciência da Informação
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Compaj	Complexo Penitenciário Anísio Jobim
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CTV	Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos
Deops/SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
Enancib	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Etec	Escola Técnica Estadual
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HRW	<i>Human Rights Watch</i>
IAB – SP	Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
ICSC	Coalizão Internacional de Sítios de Consciência
IE	Instituto de Engenharia
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
INL	Instituto Nacional do Livro
IPL	Instituto Pró-Livro
LISA	<i>Library &amp; Information Science Abstracts</i>
MDPs	Pessoas Perdidas e Desaparecidas
MPU	Ministério Público da União
MRSP	Memorial da Resistência de São Paulo
ONG	Organização não governamental
PCC	Primeiro Comando da Capital
PL	Projeto de lei
PLM	Programa Lugares de Memória
PM	Polícia Militar
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNLL	Plano Nacional do Livro e da Leitura
SAP	Secretaria da Administração Penitenciária
SisEB	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo
SNBP	Serviço Nacional de Bibliotecas Públicas
SP	São Paulo
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1.1 Contextualização</b> .....	<b>13</b>
1.1.1 O Complexo do Penitenciário do Carandiru .....	13
1.1.2 O Parque da Juventude e a BSP .....	17
<b>1.2 Problema de Pesquisa</b> .....	<b>19</b>
<b>1.3 Objetivos</b> .....	<b>19</b>
1.3.1 Objetivo geral .....	19
1.3.2 Objetivos específicos .....	20
<b>1.4 Justificativa</b> .....	<b>20</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>23</b>
<b>2.1 Noções de Memória</b> .....	<b>23</b>
2.1.1 Memória e esquecimento em situações de conflito .....	27
2.1.2 Lugar de memória ou lugar de esquecimento? .....	32
<b>2.2 Informação e Documento</b> .....	<b>40</b>
<b>2.3 Biblioteca Pública</b> .....	<b>44</b>
2.3.1 Breve histórico das bibliotecas públicas .....	49
2.3.2 Biblioteca pública e políticas do livro no Brasil .....	52
2.3.3 Biblioteca pública: um lugar para a recordação .....	55
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>57</b>
<b>4 RESULTADO E ANÁLISE</b> .....	<b>64</b>
<b>4.1 Documentos sobre o Processo de Criação da BSP: o Espelho da Tensão entre a Memória e o Esquecimento</b> .....	<b>64</b>
<b>4.2 As Ações Informativas da BSP</b> .....	<b>75</b>
4.2.1 Segundas Intenções: entrevista com o médico Drauzio Varella.....	74
4.2.2 Exibição do documentário “O prisioneiro da grade de ferro” .....	79
4.2.3 Jornada do Patrimônio .....	80
4.2.4 Segundas Intenções com Fernando Bonassi .....	80
<b>4.3 Questionário com as Profissionais da BSP</b> .....	<b>83</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>91</b>
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO</b> .....	<b>101</b>
<b>APÊNDICE B – RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO</b> .....	<b>102</b>
<b>ANEXO A – OFÍCIO 01/2021/FCI/PG UNB ENCAMINHADO A BSP</b> .....	<b>108</b>
<b>ANEXO B – RESPOSTA DO ARQUITETO MARIO BISELLI POR E-MAIL</b> .....	<b>109</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas públicas são lugares abertos para todos os públicos e possuem uma ação socializadora e democratizante ao possibilitar a construção de conhecimento e a preservação da memória. Nesse sentido, a Biblioteca de São Paulo (BSP) é um dos atrativos do Parque da Juventude, parque destinado à cultura, lazer e educação no estado de São Paulo. A BSP é um exemplo de biblioteca pública no Brasil ao demonstrar excelência na prestação de serviços informacionais para a população. Isso pode ser percebido na quantidade de premiações às quais a instituição concorreu e que recebeu dentro e fora do país, como por exemplo, o *International Excellence Awards* (2018), Prêmio IPL (Instituto Pró-Livro) (2016) e o Prêmio Ações Inclusivas (2013).

O caminho que a BSP toma é oposto ao histórico das bibliotecas públicas no Brasil, o que corrobora com o seu *status* de excelência na prestação de serviços à população. Isso porque, no geral, as bibliotecas públicas possuem um longo histórico de falta de interesse e investimento por parte dos governantes. Embora sejam várias as funções desempenhadas pelas bibliotecas públicas, a depender do contexto no qual foram inseridas, no Brasil, a função social da biblioteca pública é resumida pelo senso comum “[...] a um mero espaço de armazenamento de livros, acesso à leitura e de apoio à pesquisa escolar [...]” (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014, p. 116).

Para além da função social de biblioteca pública, a BSP e o Parque da Juventude foram construídos no espaço físico onde se localizava o antigo Complexo Penitenciário do Carandiru. A nova destinação desse espaço público começou a ser considerada, principalmente, depois do massacre de 111 detentos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, em 1992. O Complexo já apresentava uma série de problemas, como superlotação e falta de funcionários, o que colaborou para uma rebelião antes de ocorrer o massacre.

Infelizmente, o sucateamento das penitenciárias brasileiras não era e, ainda não é, um caso isolado do Carandiru. Exemplo disso foi a continuidade de rebeliões e massacres em penitenciárias brasileiras nos anos posteriores. Em 2017, 56 presos foram mortos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus. Em 2019, ocorreu o maior massacre, em número de vítimas, desde o Carandiru, no Centro de Recuperação Regional de Altamira em Altamira, no Pará, que deixou 62 mortos. Antes disso, também em 2019, 55 presos foram mortos em quatro penitenciárias do estado do Amazonas.

Mesmo após um dos maiores massacres em penitenciárias da história do Brasil, o sistema prisional brasileiro ainda se mostra falido, sucateado e superlotado, atingindo

principalmente a população pobre e negra. “A aposta do sistema de justiça criminal no encarceramento em massa seletivo da população pobre e negra do país é a aposta no aprofundamento da barbárie de Estado, e qualquer transformação deve passar por uma reversão profunda [...]” (FICHINO, 2019, [sem página]).

A partir do contexto de criação da BSP e do Parque da Juventude, pensou-se em trabalhar com essa Biblioteca a partir da perspectiva da memória. A memória é utilizada tanto pelos indivíduos como pela sociedade para construir sua identidade e, utilizando-nos do pensamento de Halbwachs (2003), para manter uma coesão social. Contudo, a memória humana apresenta algumas limitações que podem resultar no esquecimento ou no apagamento. A fim de compensar essas limitações, no decorrer do tempo, foram criados mecanismos para que essa memória fosse registrada em algum suporte físico (o papiro, o livro, o CD, o DVD), sob alguma forma (escrita, áudio, imagem em movimento) e guardada, geralmente, em algum centro de informação (biblioteca, museu e arquivo). São as chamadas memórias artificiais.

As memórias artificiais são armazenadas em locais socialmente instituídos, tais como: bibliotecas, arquivos e museus. As instituições de memórias surgiram da necessidade de possibilitar o acesso a esses registros, além de permitirem a sua preservação (OLIVEIRA, 2010). Pierre Nora (1993) compreende o lugar de memória como uma forma encontrada pela sociedade moderna para que os povos não percam sua identidade social. Uma vez que não se consegue mais reter as memórias, esses espaços permitem estabelecer uma continuidade entre o passado, o presente e o futuro. “Há locais de memória porque não há mais meios de memória.” (NORA, 1993, p. 7).

A memória é um tema de estudo de várias áreas do conhecimento, como na Biologia, na Medicina, na História, nas Ciências Sociais e na Ciência da Informação (CI). Oliveira e Rodrigues (2011) verificaram que os autores da CI, ao abordarem o tema, se apropriam dos estudos de historiadores, sociólogos e filósofos. A CI surgiu após a segunda guerra mundial, consolidando-se na década de 1960, e tem como objeto de estudo os fluxos de informação (ARAÚJO, 2014b). Isto é, estuda o nascimento da informação, sua produção, coleta, organização, armazenamento, recuperação, acesso, disseminação e uso. A noção de memória utilizada neste trabalho, tem como base a informação registrada em documentos, logo, está embutida no próprio ciclo informacional.

Considera-se a CI, em uma de suas vertentes, como uma ciência social. Wersig e Neveling (1993) afirmam que a ciência, para existir, precisa desenvolver estratégias para solucionar problemas a partir de uma demanda social. Diante disso, a CI desempenha um caráter

social por ter como objetivo a transferência de informação para aqueles que dela necessitam, tendo em vista a quantidade de informação disponível no mundo contemporâneo.

O presente trabalho está dividido em cinco seções. Esta seção de abertura – Introdução – apresenta os pontos que norteiam a pesquisa. Ela é composta pela contextualização do trabalho; problema de pesquisa; objetivo geral e objetivos específicos; e por fim, justificativa.

A segunda seção apresenta os tópicos da revisão de literatura. A primeira subseção trata das noções de memória, a memória e o esquecimento em situações de conflito, e o lugar de memória ou lugar de esquecimento. A segunda subseção versa sobre as noções de informação e documento na perspectiva da Ciência da Informação. A terceira subseção apresenta o conceito e a função social da biblioteca pública, bem como um breve histórico das bibliotecas públicas e como se pode entender as bibliotecas públicas como lugares de memória.

A terceira seção é composta pelos procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa. Sendo a pesquisa caracterizada como qualitativa e descritiva, utilizando de pesquisa documental e de questionário como métodos de investigação e a análise de conteúdo para análise dos dados.

A quarta seção é composta pelos resultados e análise da pesquisa. Por fim, a quinta e última seção apresenta as considerações finais da pesquisa e sugestões para pesquisas futuras.

## **1.1 Contextualização**

### **1.1.1 O Complexo do Penitenciário do Carandiru**

O Complexo Penitenciário "Professor Flamínio Fávero", conhecido como Carandiru, foi inaugurado em 1920, como Penitenciária do Estado de São Paulo. Estava localizado na zona norte da cidade de São Paulo, no bairro Carandiru. Além de ter sido considerado como presídio modelo, foi, por anos, o maior presídio da América Latina. A partir de 1940, começou a apresentar uma série de problemas, dentre eles a superlotação, e como tentativa de solucionar a falta de espaço foram construídas a Casa de Detenção de São Paulo (1956), a Penitenciária Feminina (1973) e o Centro de Observação Criminológica (1983).

“O Carandiru chegou a ter oito mil detentos, excedendo sua capacidade em 200%. Construído para abrigar menos de três mil presos, no dia 2 de outubro de 1992, haviam 7.200 encarcerados.” (BORGES, 2016, p. 16-17). Os problemas do Carandiru não se resumiam a superlotação. Os detentos não tinham assistência médica e jurídica, havia uma carência de funcionários e os presos não eram separados pelo grau de periculosidade ou por ter alguma

doença mental (BORGES, 2016). Os problemas foram se agravando e culminaram num massacre de 111 detentos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, durante uma rebelião, em 02 de outubro de 1992.

A rebelião começou com uma briga entre dois detentos em uma partida de futebol. Os agentes penitenciários tentaram conter o tumulto gerado, porém, como não obtiveram resultado, acionaram o alarme do Complexo e o Batalhão de Guarda. O Diretor da Casa de Detenção, Dr. Ismael Pedrosa, avisou o Comandante do Policiamento Metropolitano, Coronel Ubiratan Guimarães. O Coronel pediu reforços do Comando do Policiamento de Choque de São Paulo. Os portões estavam fechados, não havendo possibilidade de fugas, bem como, não havia reféns.

De acordo com a denúncia oferecida pelo Ministério Público, apesar do grande tumulto e de sinais de fogo, não havia perigo de fuga. Com a chegada da Polícia Militar, os presos começaram a jogar estiletes e facas para fora, demonstrando que não resistiriam à invasão. Alguns colocam faixas nas janelas, indicando um pedido de tregua. (COMISSÃO ORGANIZADORA DE ACOMPANHAMENTO PARA OS JULGAMENTOS DO CASO DO CARANDIRU, 2001, p. [2]).

Antes da invasão, o diretor da Casa de Detenção iria tentar uma negociação, contudo, o Grupo de Ações Táticas Especiais entrou no presídio antes. Os policiais dispararam com armas de fogo contra os presos, principalmente, na cabeça e no tórax. Foram 103 vítimas de disparos, sendo 515 tiros no total, e 8 vítimas de ferimentos provocados por objetos cortantes. Outros 130 detentos ficaram feridos. Nenhum policial foi morto durante a operação, no entanto 23 ficaram feridos.

Um levantamento das vítimas mostrou que 80% ainda esperavam por uma sentença definitiva da Justiça, ou seja, ainda não haviam sido condenados. Só 9 presos tinham recebido penas acima de 20 anos. Quase a metade dos mortos – 51 presos – tinha menos de 25 anos e 35 presos tinha entre 29 e 30 anos. No dia 2 de outubro de 92, 66% dos detentos recolhidos na Casa de Detenção eram condenados por assalto. Os casos de homicídios representavam 8%. (COMISSÃO ORGANIZADORA DE ACOMPANHAMENTO PARA OS JULGAMENTOS DO CASO DO CARANDIRU, 2001, p. [4]).

Os laudos da perícia concluíram que a maioria dos presos estavam em suas celas sentados ou deitados e que não houve confronto com a polícia. Além disso, os exames de balística indicaram que a ação teve intenção premeditada de matar (COMISSÃO



ORGANIZADORA DE ACOMPANHAMENTO PARA OS JULGAMENTOS DO CASO DO CARANDIRU, 2001)<sup>1</sup>.

O cenário político do massacre foi marcado por eleições municipais, que ocorreram no dia seguinte. O número de mortos oficiais só foi divulgado por volta das 17 horas, pouco antes do encerramento da votação. Antes disso, o número estimado era de 4 mortos. A lista com nomes dos mortos só foi divulgada no dia 08 de outubro de 1992.

O inquérito policial para o julgamento do caso começou no mesmo mês do massacre e passou por várias instâncias e recursos (COMISSÃO ORGANIZADORA DE ACOMPANHAMENTO PARA OS JULGAMENTOS DO CASO DO CARANDIRU, 2001). Devido a impunidade dos responsáveis do caso, em 1994, a *Human Rights Watch* (HRW)<sup>2</sup>, o Centro de Justiça e Direito Internacional (CEJIL)<sup>3</sup> e a Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos (CTV)<sup>4</sup> apresentaram uma petição contra o Estado brasileiro pelos crimes ocorridos no Carandiru à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)<sup>5</sup>. A CIDH realizou uma investigação, apurando todos os fatos, colhendo provas e realizando audiências.

Em meio às investigações e audiências realizadas pela CIDH, o Estado brasileiro instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), por meio do Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996. O PNDH estabeleceu, como um de seus objetivos a longo prazo, a luta contra a impunidade e a desativação da Casa de Detenção do Carandiru. Contudo, as investigações da CIDH ficaram em aberto, pois o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estava decidindo a competência de jurisdição para o julgamento do caso.

Pensando na desativação e na nova destinação do espaço físico, o governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), promoveu um concurso para reurbanização da área do antigo Complexo do Carandiru, em 1998. O Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo (IAB - SP) e o Instituto de Engenharia

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre o massacre ver os relatórios: “Massacre do Carandiru, chega de impunidade!” (Comissão Organizadora de Acompanhamento para os Julgamentos do Caso do Carandiru); “Casa de Detenção de São Paulo – Carandiru” (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO, 2014).

<sup>2</sup> Organização internacional não-governamental de direitos humanos, para mais informações, ver em: <<https://www.hrw.org/pt/about/about-us>>.

<sup>3</sup> Organização Internacional de Direitos Humanos, para mais informações ver em: <<https://www.cejil.org/es>>.

<sup>4</sup> Organização brasileira não-governamental criada em 1983 que encerrou suas atividades em 2016. Seus documentos e arquivos foram incorporados ao Arquivo Público de São Paulo. Para mais informações, ver em: <<http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/comissao-teotonio-vilela-de-direitos-humanos>>.

<sup>5</sup> “A CIDH é um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA) encarregado da promoção e proteção dos direitos humanos no continente americano. É integrada por sete membros independentes que atuam de forma pessoal e tem sua sede em Washington, D.C.” (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2021). Ver mais em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/que.asp>>.

(IE) foram os organizadores do concurso. No concurso, foram entregues 58 trabalhos, sendo o projeto do escritório de Aflalo/Gasperini arquitetos, o vencedor.

No edital do concurso de propostas, o item 3.3 dizia que algumas das edificações deveriam ser mantidas, exceto os pavilhões 8 e 9, sendo o último o local do massacre. No mesmo item, o documento informava que “[...] o restante da área deverá destinar-se exclusivamente a usos públicos e institucionais, inclusive áreas de recreação e lazer.” (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 1998, p. [7]). Além disso, o documento fazia outras recomendações como a preservação da área da Mata Atlântica presente na área e que os pavilhões remanescentes deveriam abrigar “[...] um Centro de Estudos e Ensino voltado ao tema do trabalho que abrange atividades de requalificação de mão de obra, pesquisas e discussões relacionadas à questão do emprego e programas de reinserção de mão de obra no mercado de trabalho [...]” (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 1998, p. [7]).

Apesar dessas iniciativas do governo estadual e federal, o Complexo continuava em funcionamento precário e os responsáveis ainda não tinham sido punidos. Dessa forma, a CIDH voltou a agir e, em 2000, publicou um relatório condenando o Estado brasileiro pela violação aos direitos à vida, à integridade pessoal, ao devido processo e à proteção judicial e por não ter adotado medidas adequadas para prevenir situações de violência. Além disso, a CIDH fez uma série de recomendações ao governo no país, como a obrigação de investigar o caso, a obrigação de processar e punir os responsáveis; e a obrigação de indenizar os familiares das vítimas (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2000). O relatório foi enviado para o Estado brasileiro duas vezes, porém a CIDH não obteve nenhuma resposta.

Em 2001, [...] o município de São Paulo tombou o Conjunto de Edifícios da Penitenciária do Estado: a Casa do Administrador (da década de 20) e da vegetação remanescente da mata atlântica, [...] – ficando de fora as edificações da década de 1950, local do massacre, demolido em 2002. (BORGES, 2016, p. 17).

Também em 2001, ocorreu o julgamento e a condenação do coronel Ubiratan Guimarães, responsável pela invasão da PM ao Carandiru, que foi absolvido em 2006, ano em que foi encontrado morto em seu apartamento. Os julgamentos dos 73 PMs envolvidos ocorreram entre 2013 e 2014, resultando na condenação de todos os agentes. Contudo, nenhum deles cumpriu pena. Em 2016, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) anulou os cinco júris após recurso. Em 2017, o Ministério Público da União (MPU) e o Ministério Público do Estado de São Paulo recorreram a essa decisão, cabendo ao STJ a análise do processo. Em 2017, o STJ invalidou a decisão de 2016 do TJSP e determinou que o julgamento fosse refeito. Em 2018, o

TJSP anulou novamente o julgamento e manteve a determinação de um novo júri. O caso não teve novas atualizações na justiça (JUSTIÇA..., 2018).

O presídio encerrou as atividades dez anos após o massacre, a partir de sua extinção em 2002 (Decreto nº 47.091, de 16 de setembro de 2002), e os presos foram transferidos para penitenciárias do interior do Estado de São Paulo. No mesmo ano, os pavilhões 6, 8 e 9 foram implodidos. Em 2005, os pavilhões 2 e 5 também foram implodidos. Já os pavilhões 4 e 7 foram transformados em Escolas Técnicas, e tombadas pela prefeitura de São Paulo, em 01 de novembro de 2019, juntamente com o Portal de entrada e alameda, o remanescente da Muralha, e o edifício da Prisão Albergue (SÃO PAULO, 2019b).

O terreno do presídio foi transferido para a Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, destinando-se à instalação do Parque da Juventude em 2004 (Decreto nº 48.710, de 09 de junho de 2004). O projeto de construção se deu em 3 fases: a primeira fase do projeto foi concluída em 2003; a segunda fase em 2004 e a terceira fase em 2007 (PEREIRA, 2017).

### 1.1.2 O Parque da Juventude e a BSP

O Parque da Juventude possui cerca de 250 mil metros quadrados onde se localizam quadras poliesportivas, quadras de tênis, pistas de skate, ciclovias, playground, pista para caminhada e corrida, estações de ginástica, espaço canino, praças de alimentação, parte das ruínas do Complexo Penitenciário, a área de Mata Atlântica remanescente e a Biblioteca de São Paulo (SÃO PAULO, 2018b). Além disso, no terreno estão o Museu Penitenciário Paulista e as Escolas Técnicas Estaduais (Etecs): a Etec Parque da Juventude e a Etec de Artes, que ocupam os prédios do Carandiru que não foram demolidos.

A Biblioteca de São Paulo foi criada, na terceira e última fase do projeto, na Secretaria da Cultura do estado de São Paulo por meio do Decreto nº 55.319, de 5 de janeiro de 2010, com a finalidade de incentivar a leitura. Para isso, a instituição conta com um acervo de mais de 35 mil obras, em vários suportes, tais como:

[...] obras também em braille, audiolivro, ebooks, kindles, DVDs, CDs, além de jogos. Disponibiliza, ainda, mais de 90 computadores para o público acessar a internet (gratuitamente, durante 120 minutos diários), filmes, músicas e jogos eletrônicos. Conta com várias áreas de convivência, relaxamento e leituras. (SÃO PAULO, 2018b).

A instituição possui uma política de desenvolvimento de coleções, sendo o acervo multidisciplinar composto por “DVDs, obras de referência, jornais e revistas de caráter

informativo de âmbito nacional e internacional, histórias em quadrinhos, e livros em diversos formatos (braille, audiolivro, livro falado), filmes e músicas, jogos de tabuleiro, jogos eletrônicos e brinquedos.” (BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2018). Além do acervo, a BSP tem uma longa programação de ações informacionais, como: a hora do conto, o clube de leitura, oficinas e cursos diversos, teatro, sarau, luau, entre outros. A BSP também possui o papel de servir de laboratório para as práticas da Biblioteconomia e Ciência da Informação, sediando cursos e eventos de capacitação das equipes da rede municipal de bibliotecas (BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2020a).

A BSP teve como inspiração a Biblioteca de Santiago, no Chile, uma biblioteca pública que oferece serviços de inovação à população e que foi criada por uma demanda da população para acesso à informação (OYARZÚN SARDI, 2005). Isto é, uma “biblioteca viva”. A BSP atende um público variado: “[...] sócios de todas as regiões da cidade, até do interior do estado, sendo que o maior número de sócios é da comunidade Zaki Narchi<sup>6</sup>, especialmente crianças, pessoas em situação de rua e em acolhimento institucional, além de estudantes da Etec e do entorno.” (BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2018). O que demonstra que a Biblioteca está de fato aberta a atender à população sem nenhum tipo de distinção ou favoritismo, diferentemente do histórico das bibliotecas públicas brasileiras, que atendiam a população letrada e favorecida economicamente (OLIVEIRA, 1994) e depois a passou ser suporte, principalmente, da pesquisa escolar (OLIVEIRA, 1994; MACHADO, ELIAS JUNIOR, ACHILLES, 2014).

A SP Leitura, organização não-governamental e sem fins lucrativos, é a responsável pelo gerenciamento e desenvolvimento da BSP, por meio de um contrato de gestão firmado com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. A SP Leituras também gere a Biblioteca Parque Villa-Lobos (BVL), o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo (SisEB) e o Centro Cultural e de Estudos Superiores Aúthos Pagano. Também é responsável pela gestão do acervo da Biblioteca Castro Alves, de Votuporanga (SP), e organizadora da cerimônia do Prêmio São Paulo de Literatura (SP LEITURAS, 2020).

Em 2018, a BSP concorreu e ficou entre as quatro finalistas ao prêmio de Biblioteca do Ano pela na Feira do Livro em Londres, sendo um destaque na mídia nacional e internacional ao aparecer em diversas reportagens. A Biblioteca se orgulha e faz questão de mostrar que chegou entre as finalistas do prêmio ao colocar essas informações em seu *site* e em um cartaz (que vai do teto ao chão) na entrada da biblioteca. Além disso, a BSP já recebeu o Prêmio IPL (Plataforma Pró-Livro) 2016 como Melhor Biblioteca do Ano e o Prêmio Ações Inclusivas

---

<sup>6</sup> A comunidade Zaki Narchi é uma favela localizada no bairro do Carandiru, zona norte paulistana.

2013 da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2020a).

O histórico do Carandiru, a criação do Parque da Juventude e, nesse contexto, a construção da Biblioteca de São Paulo, que é um dos atrativos do Parque, contribui para o entendimento e a construção do problema de pesquisa levantado.

## 1.2 Problema de Pesquisa

No *site* oficial do Parque da Juventude consta a seguinte afirmação: “A construção de um parque cultural no local do Carandiru foi considerada um **ato simbólico** por parte do Governo do Estado no sentido de **livrar o local do estigma de violência**” (SÃO PAULO, 2018c, grifo nosso). Partindo desse pequeno apanhado histórico e dessa afirmação, surgiram os seguintes questionamentos: como se deu o processo de desativação da Penitenciária? Como ocorreu o processo de criação do Parque da Juventude em seu lugar? Em que momento pensaram em construir uma biblioteca? A construção de um parque cultural e de uma biblioteca apaga a memória de violência do local? Qual é o papel da biblioteca na ressignificação desse espaço público?

Sendo assim, o pressuposto desta pesquisa é que o Estado, a fim de promover uma ação de conciliação, destinou o espaço do Carandiru para a construção de um parque cultural, incluindo, entre os seus serviços, uma biblioteca pública, que teria o objetivo de apoiar o esquecimento do massacre do Carandiru.

Posto isto, a questão que norteia esta pesquisa é: em que medida a criação da BSP e suas ações posteriores reforçam um posicionamento em favor de uma memória “conciliadora” sobre o massacre do Carandiru?

## 1.3 Objetivos

Com base no problema de pesquisa, serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos da presente pesquisa.

### 1.3.1 Objetivo geral

Descrever o histórico de criação da BSP e analisar a disputa pela ressignificação desse espaço na perspectiva da memória e do esquecimento

### 1.3.2 Objetivos específicos

- Levantar e analisar os documentos sobre o processo de criação da BSP;
- Discutir os conceitos de memória e esquecimento no contexto de criação da BSP;
- Analisar, nas ações promovidas pela BSP, aquelas que remetem ao massacre do Carandiru;
- Analisar a percepção dos bibliotecários e auxiliares de biblioteca que trabalham na BSP sobre o papel da biblioteca no resgate da memória do Carandiru.

### 1.4 Justificativa

A escolha pessoal e, por consequência, profissional do objeto de estudo – tendo em vista que a autora do trabalho é bibliotecária – ocorreu porque a BSP ficou entre as quatro finalistas na categoria de Melhor Biblioteca do Mundo em uma premiação promovida pela Feira do Livro de Londres. O fato chamou a atenção, considerando que o caminho percorrido pela BSP é oposto ao histórico do caminho percorrido pelas bibliotecas públicas do Brasil, marcado pela falta de interesse e investimento por parte dos governantes (OLIVEIRA, 1994; PAIVA, ANDRADE, 2014).

Nesse sentido, o que se pensou a princípio foi trabalhar com a prestação de serviços informacionais “modelo”. Contudo, o contexto de criação da BSP, abordado na subseção acima, propicia um estudo da temática “memória”. Oliveira e Rodrigues (2011) analisaram a produção científica da pós-graduação em CI no Brasil (artigos de periódico, comunicações no Enancib – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – Teses e Dissertações), entre os anos de 1975 a 2005, para dimensionar a quantidade de estudos sobre este assunto e sobre as noções de memória dos pesquisadores. As autoras identificaram que a publicação sobre o tema corresponde a 0,05% dos trabalhos indexados na base LISA, no período estudado. O tema estava começando a se estabelecer na área, tendo um Grupo de Trabalho destinado especificamente para ele na Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) em 2010. Nesse sentido, o presente trabalho é uma contribuição para o tema “memória” no bojo da Ciência da Informação, que até o ano de 2011 ainda representava uma pequena parcela da literatura na área.

Além disso, por meio de outras perspectivas investigativas, o trabalho busca trazer novas informações e dados que possam contribuir para as demais pesquisas acerca do Carandiru

e continuar mantendo viva a sua memória, afinal “Carandiru não é coisa do passado” (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015). O Parque da Juventude vem sendo estudado por alguns pesquisadores a partir de diferentes abordagens, como: questões de direitos humanos, no Direito e Ciências Sociais; a avaliação do espaço físico e das construções na Arquitetura, a memória e o esquecimento do massacre do Carandiru na História e na Ciência da Informação.

Viviane Borges faz um estudo acerca dos usos da memória do Carandiru e das estratégias de rememoração a partir da história do tempo presente e da história pública. Em seu artigo, a autora mostra como a história e a memória<sup>7</sup> estão envolvidas na reconstrução ou no apagamento do que ocorreu no Carandiru. Além de mostrar que existem duas memórias: a memória oficial, que é aceita pelo Estado e passada para a população por meio, por exemplo, do Museu Penitenciário e pelas tentativas de esquecimento, como a destruição do Carandiru e a ausência de menção ao massacre no Parque da Juventude; e a memória de ex-dententos que apresentam seus testemunhos, fotografias e objetos (BORGES, 2016).

A história do massacre vem sendo construída em vários lugares: relatos de sobreviventes e testemunhas, publicação de livros, músicas, documentários, peças de teatro, exposições, filmes, séries de TV, eventos e artigos acadêmicos, etc. Esses lugares entrelaçam memória e história, instituem lugares de memória [...]. Esse movimento [da história do massacre] marca uma vontade de memória em conflito constante com uma intenção de apagamento, compondo uma teia complexa de relações de poder e enfrentamentos responsáveis por tecer esse passado no presente. (BORGES, 2016, p. 10-11).

Na Ciência da Informação, Rodrigues e Oliveira (2019) estudam como instituições públicas e privadas lidam com informações relacionadas à memória e ao esquecimento no contexto do massacre do Carandiru. As autoras estudaram os seguintes documentos: do Museu Penitenciário Paulista, que está vinculado à Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo; do Espaço Memória Carandiru, blogue mantido pelo Centro Paula Souza, que é vinculado ao estado de São Paulo; do arquivo da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, uma organização não governamental que acompanha casos de violação de direitos humanos, cujos documentos estão sob custódia do Arquivo Público do Estado de São Paulo; da plataforma colaborativa Memória Massacre Carandiru.

As autoras constataram que as instituições públicas, como o Museu Penitenciário do Estado de São Paulo e o Espaço Memória Carandiru, apesar de terem documentos sobre o

---

<sup>7</sup> Nora (1993) faz uma distinção entre os dois conceitos. Para ele a memória está relacionada com o que a pessoa ou um grupo de pessoas recordam sobre determinado acontecimento, enquanto a história é uma representação problemática e incompleta do passado (NORA, 1993).

ocorrido em 1992, não fazem menção explícita ao massacre, e que o Museu usa o termo “motim” para relatar a tragédia. Em contrapartida, os documentos produzidos/mantidos pelas instituições não vinculadas ao Estado, arquivos da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos e da plataforma Memória Massacre Carandiru, reforçam a memória ao massacre. Essa análise demonstra o descaso/medo do Estado em deixar à mostra o que aconteceu nesse espaço público. Rodrigues e Oliveira (2019) questionam o fato de existir uma biblioteca pública, que promove o acesso democrático à informação dentro do Parque, que visa o apagamento de um presídio e suas mazelas:

[...] a instalação da Biblioteca de São Paulo (BSP), uma biblioteca pública, com perspectiva de acesso democrático à informação, espaço de acervo e memória, configura-se como um paradoxo inquietante: não é curioso o enaltecimento desse lugar de memória por excelência, enquanto ao redor progride o apagamento da história do antigo presídio e de suas mazelas? (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2019, p. [6]).

Desse modo, vale questionar se essa Biblioteca segue a linha do apagamento que foi promovido pela construção do Parque da Juventude ou se a BSP trabalha com as questões de memória do Carandiru. A BSP, como biblioteca pública, pode ou não ser um desses lugares de (re)construção da memória do massacre do Carandiru por meio de suas ações informacionais.

Sendo assim, esta pesquisa trabalha com uma temática que, apesar de fazer parte da Ciência da Informação, ainda é pouco pesquisada, bem como se debruça sobre um objeto de pesquisa que traz consigo um contexto histórico propício para se pensar o tema memória. A escolha desse objeto de pesquisa corrobora, portanto, com a CI e contribui para suprir a lacuna de estudos sobre a memória no campo.



## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta revisão de literatura aborda, inicialmente, noções de memória, lugares de memória e lugares de esquecimento, e memória e esquecimento em situações de conflito. Em seguida, apresenta noções de informação e de documento na perspectiva da Ciência da Informação. Finaliza abordando o conceito e a função social da biblioteca pública, com um breve histórico das bibliotecas públicas, compreendendo-as como lugares de memória.

### 2.1 Noções de Memória

O conceito de memória é estudado por diversas áreas do conhecimento e em distintas abordagens. O presente trabalho irá utilizar estudos do campo da memória social e terá como base a abordagem de Halbwachs sobre memória coletiva. “Os estudos sobre memória social surgiram no século XIX, mas se sofisticaram a partir do século XX, quando ela tornou o centro de preocupações de vários pensadores e objeto de debate entre diversos teóricos.” (ROSA, 2018, p. 166).

A memória é uma capacidade humana que possibilita a reconstrução de atos e experiências vividas. “De maneira genérica, pode-se definir memória como a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado, evocá-los e retransmiti-los às novas gerações, graças a um conjunto de funções psíquicas.” (OLIVEIRA, 2010, p. 34).

Jacques Le Goff (2013, p. 387), historiador francês, afirma que um dos primeiros pontos de vista por meio do qual se pode estudar a memória é tratá-la como a “[...] propriedade de conservar certas informações”, relacionando-as com as “[...] funções psíquicas do ser humano”. Essa abordagem é aplicada em estudos voltados para aspectos biológicos do ser humano, como nas áreas da Biologia e da Psiquiatria.

O campo da memória começou a ser incluído nas Ciências Humanas e Sociais por meio do estudo das mnemotécnicas, técnicas de memorização por meio de imagens, que foram utilizadas por várias sociedades em épocas distintas, principalmente, no campo da educação (LE GOFF, 2013).

Elas [as mnemotécnicas] consistiriam, em termos mais gerais, na articulação da lembrança de imagens a determinados lugares de suporte da memória, onde essas imagens seriam ordenadas de modo associativo, de modo a se tornarem facilmente acessíveis quando evocadas. [...] Contudo, as mnemotécnicas são dominadas pela exigência de uma rememoração exata, palavra por palavra, exigência que obedece à lógica da escrita. (GONDAR, 2008, p. [3]).

Le Goff (2013) acrescenta a linguagem como outro fator que colaborou para o assunto da memória ser abordado no campo das Ciências Humanas e Sociais, visto que a linguagem é uma criação da sociedade com a função social de comunicação, além de ser uma extensão da memória humana. Apesar de abordar esses aspectos, Le Goff (2013) estuda a memória a partir da perspectiva das Ciências Humanas, voltada para uma abordagem da memória coletiva. O autor realiza um estudo histórico sobre a memória, tendo como base a distinção entre as sociedades de memória oral e as de memória escrita. As sociedades sem escrita transmitiam e transmitem a memória através da fala. Com o surgimento da escrita, a memória passou – para as sociedades que desenvolveram códigos escritos – a ser transmitida também, por meio das palavras escritas, ou seja, por meio de registros informacionais. Ademais, Le Goff (2013) utilizava o termo memória coletiva para designar a memória dos povos sem escrita, enquanto o termo memória social era utilizado para os povos com escrita. Foi atribuído ao documento, responsável por armazenar essas memórias, um marco de fronteira entre memória coletiva e memória social.

Ainda no início do século XX, o responsável por trazer o tema da memória para o campo das Ciências Sociais e criar o termo “memória coletiva” foi o sociólogo francês Maurice Halbwachs (2003), que teve como uma de suas influências o também sociólogo francês Émile Durkheim. Halbwachs (2003) considera a memória como um fenômeno social, no qual a memória coletiva é a possibilidade de reconstrução do passado no presente, a partir das lembranças compartilhadas por determinado grupo social. Dessa forma, a memória é uma construção social que ultrapassa as barreiras individuais. Contudo, pode-se questionar: quem evoca uma experiência vivida é o indivíduo ou o grupo? De fato, quem se lembra de uma experiência vivida é o indivíduo, isto é, “o primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso.” (HALBWACHS, 2003, p. 29). Porém, Halbwachs (2003) considera que o indivíduo nunca está sozinho, pois ele sofreu e sofre influência dos grupos sociais de que faz parte.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Halbwachs (2003) utiliza um exemplo próprio, partindo de uma viagem, em que está andando sozinho pelas ruas de Londres. A observação dos prédios à sua volta, evoca a

percepção arquitetônica, surgida da lembrança de conversas ocorridas anteriormente com um amigo arquiteto. Este amigo não está presente materialmente, mas está presente em seu pensamento, em sua memória. Sendo assim, ele não está sozinho ao caminhar pelas ruas, mesmo não tendo ninguém materialmente ao seu lado.

Desse modo, cada grupo social em que o indivíduo está inserido tem uma carga de “ideias e maneiras de pensar” (HALBWACHS, 2003, p. 30) que o influenciam a escolher determinada forma de pensar e agir, fazendo com que, nesses momentos de ação, ele esteja em contato com esse grupo. Dessa forma, o indivíduo cria memórias a partir de interações sociais que foram estabelecidas ao longo da vida com outros indivíduos e grupos. Ou seja, as memórias se apoiam em experiências vividas dentro do próprio grupo, e não de experiências externas a ele.

Não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que essa reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2003, p. 39).

Além do mais, vale ressaltar que cada indivíduo participa de diversos grupos sociais, mas nem todos participam dos mesmos grupos, por exemplo, um casal, que mora na mesma casa, participa de grupos sociais iguais, como a academia, os amigos próximos, a família, mas cada um tem seu grupo de amigos do trabalho, amigos de faculdade, entre outros. Cada indivíduo vive experiências distintas por fazer parte de grupos distintos e, portanto, tem memórias diferentes, o que pode ser considerado como a memória individual, a qual não está totalmente isolada devido às influências que cercam o indivíduo.

A memória coletiva tem, portanto, a função de coesão social, não por meio da coerção, mas pelo sentimento de pertencimento a um grupo que compartilha memórias, o que Halbwachs (2004) chama de “comunidade afetiva”. Essa coesão é possível graças ao que o autor chama de quadros sociais de memória, formas estruturantes coletivas que permitem que os valores sejam compartilhados entre os indivíduos de um grupo. São pontos de referência construídos pelo(s) grupo(s) em que o indivíduo está inserido, possibilitando-o de reconstruir a recordação de atos e experiências passadas. Isto porque as recordações ocorrem justamente pelos vínculos afetivos que se estabelecem no presente, uma vez que o indivíduo se reconhece como parte integrante do grupo.

Complementando essa ideia, Pimenta (2013) aborda a questão da continuidade, na qual as lembranças construídas do passado formam os indivíduos como eles são no presente, bem como tudo que está em sua volta, como a língua, maneiras de agir, hábitos e costumes. Toda construção social que envolve a inserção do indivíduo na sociedade é também o que permite com que ele se reconheça e reconheça o mundo à sua volta no presente.

A memória faz parte, portanto, do imaginário partilhado entre indivíduos e coletivos que na dinâmica do tempo produz, enuncia e significa o que chamaremos de informação. Grosso modo, o que queremos dizer é que, sem memória, sem a capacidade da lembrança, do resgate de uma dada experiência, imagem ou símbolo, não é possível reconhecer absolutamente nada no presente, tampouco realizar quaisquer ações. (PIMENTA, 2013, p. 151-152).

Outro aspecto relevante ressaltado por Pimenta (2013) é a questão da materialização das memórias, isto é, a informação. Ribeiro (2017) também observa que o conceito de memória e informação são indissociáveis e são objetos de estudo da Ciência da Informação.

No conceito de memória está inegavelmente implícito o conceito de 'informação'. Com efeito, o ato de memorizar necessita de algo para se poder consumir e a informação é esse algo, que se inscreve/registra, tanto na memória cerebral, quanto nas memórias 'externas' ao agente que a produz, as quais se materializam em suportes do mais variado tipo [...] (RIBEIRO, 2017, p. 114).

As memórias, que até então estavam no imaginário, passaram a ser registradas em algum suporte, o que permitiu a perpetuação dessas memórias para além daquele grupo e daquele tempo. Esse aspecto também é tratado por Halbwachs (2003).

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, [...] que a ele assistiu ou dele recebeu uma descrição ao vivo de atores e espectadores de primeira mão - quando ela se dispersa por alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades que não se interessam mais por esses fatos que lhes são decididamente exteriores, então o único meio de preservar essas recordações é fixá-los por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e pensamentos morrem. (HALBWACHS, 2003, p. 101).

Nessa mesma linha, Oliveira (2010) reforça que o homem passou a utilizar a memória artificial para compensar o esquecimento promovido pelas limitações da memória humana. A memória artificial, que são os registros de informação em algum suporte, passou a ser guardada e preservada em instituições de memória, como arquivos e bibliotecas, a fim de possibilitar o acesso a esses registros.

Por fim, Halbwachs (2003) fala ainda sobre questões de esquecimento de algumas memórias, que, geralmente, estão associadas com a perda de vínculo com um grupo. Ele atribui o esquecimento à limitação de duração de um grupo. Uma vez que o grupo se desfaz, as lembranças do indivíduo podem não ocorrer caso não se tenha outros grupos que possam reforçá-las. O autor utiliza o exemplo do professor que ao encontrar um ex-aluno, não se lembra do mesmo nem dos colegas que esse ex-aluno cita. Isso ocorre porque o professor não cria vínculos tão profundos, primeiro porque ele está exercendo sua profissão, segundo porque ele tem várias turmas das mesmas séries, nas quais ele transmite as mesmas informações de forma que as turmas não se diferenciam tanto. Enquanto os alunos permanecem na mesma turma por anos e as chances de seus ciclos sociais serem os mesmos fora da escola são maiores, de forma que os alunos tenham mais recordações sobre esse momento da vida.

O esquecimento pode ocorrer também porque um indivíduo pode estar “menos envolvido” (HALBWACHS, 2003, p. 35) nessa sociedade ou nesse grupo. O autor utiliza o exemplo de relacionamento afetivo entre duas pessoas, pode ser que um dos indivíduos não se lembre de um fato que envolveu os dois, não porque ele não gostava do outro, mas porque ele estava menos envolvido nessa relação. Halbwachs (2003, p. 30) afirma ainda que quando o indivíduo passa a não acreditar mais nas ideias ou ideais de um grupo, ele passa a não fazer parte dele, o que colabora para que as memórias que envolvem esse grupo se percam com o tempo. Logo, se o indivíduo passa a não se reconhecer como parte integrante de determinado grupo social, provavelmente, ele não irá se lembrar dos fatos ocorridos dentro desse grupo, pois o vínculo foi quebrado. Exemplo disso é o fato de saber falar uma língua fluentemente. Se o indivíduo perde o contato com uma segunda língua que aprendeu, seja porque não conversa com outras pessoas, seja porque não escuta músicas ou não lê livros nessa língua, ele não se lembrará desse outro idioma.

### 2.1.1 Memória e esquecimento em situações de conflito

As noções de memória compreendem o binômio lembrança/esquecimento. Como afirma Ricoeur (2007, p. 437) “o esquecimento pode estar tão estreitamente confundido com a memória que pode ser considerado uma de suas condições”. A memória é uma forma de recordar o passado e, sem ela, o passado pode ser esquecido ou apagado. O psicanalista Edson Luiz André de Sousa, em uma palestra no Décimo Seminário Internacional Memória e Patrimônio, afirma que “[...] esquecer não necessariamente apaga a memória, teremos sempre as cinzas.” (SOUSA, 2020).

O fato de a memória envolver tanto a lembrança como o esquecimento reflete um aspecto político que a envolve. São vários os autores que corroboram com a ideia de que lidar com situações do passado abarca relações de poder, conflitos e interesses (ARAÚJO, SANTOS, 2007; BORGES, 2016; LE GOFF, 2013; CRIPPA, 2018). Isso implica no que vai ser lembrado ou esquecido pela sociedade, no que vai ser mantido ou apagado dos registros oficiais. Le Goff acrescenta que

[...] tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2013, p. 390).

Araújo e Santos (2007) analisaram como a memória e o esquecimento estão presentes em arquivos relacionados a conflitos, guerras e períodos de opressão política. As autoras afirmam que o esquecimento é uma estratégia política, uma vez que a reconstrução do passado não é algo natural, é fruto de seleção de interesses conflitantes, vinculados ao poder de quem pode escolher o que vai ser lembrado, e, logo, do que vai ser esquecido/apagado. Dessa forma, Araújo e Santos (2007) mostram a importância da construção de arquivos, organização de eventos e celebrações para que se possam recordar e recriar situações passadas de violência esquecidas pelas versões oficiais, servindo como prova do que aconteceu. As autoras ainda acrescentam que a preservação documentos e testemunhos desses eventos, não justifica o porquê dos acontecimentos, mas servem também para que as futuras gerações saibam o que não se pode repetir.

Arquivos, testemunhos, depoimentos, registros são trazidos à tona com o objetivo de transmitir para futuras gerações o absurdo da violência desnecessária. [...] Em contraposição ao esquecimento, organizações se constituem para lutar contra o arbítrio através do trabalho de recuperar nomes e restaurar os fatos que podem ainda ser lembrados. O papel destes arquivos não é o de explicar o que não pode ser explicado, mas manter viva a memória do que não pode se repetir. (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 103).

Contudo, vale ressaltar que documentos e arquivos são recortes que foram escolhidos para se recordar, podendo até mesmo ser sobras de tentativas de apagamento. Araújo e Santos (2007) relatam, com base em Bataille, que a tentativa de recuperar algumas situações traumáticas, como o Holocausto, o bombardeio de Hiroshima, a Guerra do Vietnã, tem criado o efeito de esvaziar o sentido “tragédia” desses acontecimentos. Isso porque a representação de tragédias não consegue trazer a dimensão real desses eventos. Em contraponto, as autoras

colocam, com base em Friedländer, que relatos de situações de extrema violência são em grande parte fieis, de forma a serem considerados como o próprio evento e não uma reconstrução.

A possibilidade de representação da realidade é sempre um desafio. Podemos compreender que o horror não tem palavras para ser descrito, aqueles que tentam explicá-lo acabam por apagar qualquer possibilidade de encontro e reparação em relação à tragédia. Indivíduos obtêm refúgio no mundo da atividade, mas nem sempre eles resolvem os problemas relacionados à violência e ao sofrimento, que são componentes básicos da vida humana. (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 101-102).

Araújo e Santos (2007) abordam ainda que a reconstrução e explicação de traumas envolvem várias questões psicológicas, éticas e morais. Relembrar situações traumáticas está relacionado com a identidade do sujeito, sendo esse ato não apenas uma forma de reviver o passado, mas de provocar gatilhos negativos e autodestruidores em ações futuras.

Por fim, as autoras afirmam que não há uma decisão final sobre a memória, uma vez que em alguns casos as sociedades optam por não lembrar, como também, para algumas, o esquecimento é uma dádiva. Contudo, as autoras lembram que é necessário compreender a subjetividade da condição humana e seus limites para que se possa fazer a história dos homens, ou seja, é preciso haver um equilíbrio entre o lembrar e o esquecer. “A política da justa memória precisa se equilibrar entre a obsessão pelo passado e as tentativas de imposição do esquecimento.” (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 109).

Em se tratando da questão do silenciamento, apagamento e esquecimento, aciona-se as ideias do sociólogo austríaco Michael Pollak, em seu artigo “Memória, esquecimento e silêncio”. O autor estuda a memória coletiva em uma abordagem construtivista, e se interessa “[...] pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias.” (POLLAK, 1989, p. 4).

Pollak (1989) discorre sobre a memória oficial, a memória instituída pelo Estado – também chamada de memória nacional – e a memória subterrânea – as memórias dos grupos excluídos/marginalizados. A memória subterrânea é mantida e transmitida pelos grupos familiares, pelas associações e pelas redes de sociabilidade afetiva e/ou política, ou seja, são guardadas em redes de comunicação informais, que, por sua vez, não chegam ao conhecimento das pessoas fora desses grupos específicos. A memória subterrânea é uma forma de resistência ao que o Estado ou uma sociedade majoritária quer passar e impor. A guarda da memória subterrânea ocorre porque são lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas. O que pode gerar, mesmo dentro do grupo, “[...] zonas de sombra, silêncio, ‘não ditos’.” (POLLAK, 1989, p. 8), causando ainda mais repressão àquele grupo, ao controlar o que vai ou não ser transmitido.

“Essa tipologia de discursos, de silêncio, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou ao menos, de se expor a mal-entendidos.” (POLLAK, 1989, p. 8).

Em crítica a Halbwachs, Pollak (1989) refere-se à memória coletiva, memória institucionalizada pelo Estado, como uma memória que não representa todos os grupos vinculados a uma nação, mas que existe para manter a coesão e as fronteiras de grupo, o que ele chama de memória enquadrada<sup>8</sup>. Ou seja, é uma memória que é moldada por quem tem poder para escolher o que será transmitido. O autor ainda fala em “objetos materiais” (POLLAK, 1989, p. 10) do enquadramento de memória como as bibliotecas, museus e monumentos (pirâmides, catedrais, bancos) que solidificam a memória oficial que será repassada.

A fim de apresentar exemplos de memoriais que permitem refletir sobre as transformações da memória no mundo atual, Giulia Crippa (2018) faz uma análise crítica do Memorial de Deportados de Auschwitz e do Museu da Memória de Ústica, na Bolonha (CRIPPA, 2018).

O Memorial de Deportados de Auschwitz foi inaugurado em 1980, no bloco 21 do ex-dormitório do campo de extermínio de Auschwitz, na Polônia. Crippa (2018) chama a atenção para o fato de o Holocausto representar a insurgência de novo lugar-comum universal, o que faz com que as partes interessadas deem “[...] diretrizes para construir a narrativa na base de determinadas seleções de materiais.” (CRIPPA, 2018, p. 175).

Contudo, em 2008, a direção do Museu de Auschwitz considerou a obra destoante de outras de natureza mais didática e documentária. Sendo que os ex-deportados que escolheram essa representação, no bloco 21, como adequada.

A exclusão dessa instalação se torna negação da memória da deportação, na medida em que os campos de concentração se alimentaram de presos políticos comunistas. De um ponto de vista propriamente museológico, o pecado é ainda mais grave e joga uma luz perigosa sobre a representação da catástrofe: a decisão de fechar a instalação porque pouco didática ou por ferir os sentimentos anticomunistas leva a não atribuir à própria instalação um papel na história das concepções memoriais do lugar desde sua fundação. Assim, em Auschwitz, observa-se um princípio de “seleção” entre as vítimas, negando a parte delas o direito a serem lembradas. Escolhas de narrativa, escolha de linguagens, uso político da memória. (CRIPPA, 2018, p. 177).

---

<sup>8</sup> Pollak (1989) utiliza o termo “enquadramento de memória” com base no trabalho de Herry Rousso (1985), um historiador francês.



O Museu da Memória de Ústica foi criado em 2007, na Bolonha, Itália, 27 anos depois que um avião comercial, que decolou de Bolonha para Palermo com 81 pessoas, desapareceu. As investigações do acontecido foram demoradas e sem resultados. Apenas em 1986, por meio de uma reportagem, foi descoberto que o avião caiu por conta de uma ação militar em tempos de paz. A partir desses novos fatos, os destroços do avião foram recuperados e passaram a ser objeto de investigação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e de uma investigação judicial, que ocorreram ao mesmo tempo. As duas investigações chegaram à conclusão de que houve ocultação de documentos por parte dos militares. Em 1999, uma sentença estabeleceu que a causa do acidente foi uma ação de interceptação militar, ou seja, houve “[...] uma responsabilidade pública do Estado, por omissão e conivência com os segredos militares [...]” (CRIPPA, 2018, p. 178).

O Museu da Memória de Ústica é composto pelos destroços da aeronave, que foram remontados no formato do avião, por caixas pretas, que contém os pertences dos passageiros, e por 81 espelhos pretos, que representam os mortos no acidente. O museu que ao mesmo tempo é formado pelos próprios documentos do caso, o próprio avião e os pertences das vítimas, é, também, composto pelas interferências do artista, os espelhos representando as vítimas.

Vale lembrar que as gravações dos militares responsáveis pelo ataque foram aparecendo ao longo do tempo de forma que “[...] estabelecem-se verdades, em uma batalha entre o poder e as omissões do Estado e as famílias das vítimas, entre a sociedade civil que precisa saber o que aconteceu, encontrar os responsáveis.” (CRIPPA, 2018, p. 178). Assim, ao mesmo tempo que o Estado promove atos de violência contra a população, ele tem a escolha de mostrar seu erro e criar memoriais que representam os fatos ocorridos, bem como tem o poder de decidir o que não será representado.

Através do controle e do monopólio da memória social, o poder hegemônico pode se permitir sua própria representação e a dos outros da maneira que mais lhe convém, bem como decidir quais são os comportamentos corretos, quanto deve durar um acontecimento e quais subjetividades têm direito à existência (CRIPPA, 2018, p. 181).

Criar acervos ou arquivos com documentos de acontecimentos violentos ou memoriais são atos políticos para manter viva a lembrança desses eventos e permitir que as gerações futuras saibam o que aconteceu, a fim de que tais incidentes não voltem a se repetir.

### 2.1.2 Lugar de memória ou lugar de esquecimento?

Com o intuito de tratar da materialização da memória coletiva, é necessário trazer para a discussão o historiador francês Pierre Nora (1993) e o termo por ele criado, “lugar de memória”, apresentado em seu conhecido artigo “Entre história e memória: a problemática dos lugares”. O texto faz parte da coletânea “*Les lieux de mémoire*” com 7 volumes, resultado de um seminário organizado pelo autor na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris, entre os anos de 1978 e 1981. O seminário tinha o objetivo de estudar o sentimento nacional francês por meio da memória material e imaterial que estivessem relacionadas com a cristalização de uma identidade nacional diante do processo de globalização. Entretanto, apesar de ter como referência o estabelecimento de uma identidade francesa, o texto tornou-se um marco no assunto em outros países do mundo.

Para o autor, os lugares de memória foram criados a partir da aceleração da história e da quebra de vínculos com a tradição, os costumes e a ancestralidade, produzindo, de forma cada vez mais rápida, “[...] um passado definitivamente morto [...]” (NORA, 1993, p. 7). Nora (1993, p. 8) ainda acrescenta que o desmoronamento da memória ocorreu em todo o mundo devido ao fenômeno “[...] da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização”, que resultou no fim das sociedades-memória e das ideologias-memórias. As sociedades-memória “[...] asseguravam a conservação e a transmissão dos valores [...]”, e as ideologias-memórias “[...] asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro [...]” (NORA, 1993, p. 8).

Assim como as memórias, os lugares de memória são construídos socialmente para que se tenha algo para lembrar. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.” (NORA, 1993, p. 13). Segundo o autor, os livros, os documentos ou qualquer informação registrada em algum suporte são, portanto, meios de preservar a memória. O patrimônio arquitetônico, os monumentos, as datas comemorativas, as tradições, as celebrações também desempenham essa função. Desse modo, “a memória pendura-se em lugares [...]” (NORA, 1993, p. 25). Logo, a criação desses lugares acontece para consolidar a memória de um grupo que tem o que defende ameaçado, pois o sentimento de continuidade é residual a esses lugares (NORA, 1993).

Para Nora (1993), o lugar de memória compreende três características: material, funcional e simbólico. Elas devem ser percebidas de maneira simultânea, podendo variar no grau. Sendo assim, o lugar de memória:

É **material** por seu conteúdo demográfico; **funcional** por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas **simbólica** por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 22, grifo nosso).

Vale ressaltar que a característica material do lugar de memória, não está vinculada, necessariamente, com sua fisicalidade. O autor coloca, por exemplo, o minuto do silêncio como um lugar de memória, “[...] que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança.” (NORA, 1993, p. 21-22).

Dito isso, para qualificar a BSP como lugar de memória é preciso analisá-la sob as três características colocadas acima. Quando se pensa no caráter material, é indiscutível afirmar que a BSP é uma instituição de informação edificada em um espaço físico público, que possui mesas, cadeiras, computadores e um acervo. Quanto à função de cristalização e transmissão da memória, a instituição biblioteca é por essência uma entidade que visa coletar, organizar e disseminar informações, que são parte do conhecimento e das tradições culturais que foram registradas em um suporte físico. A BSP mantém documentos (livros, revistas, filmes, jogos) que são a cristalização de lembranças e, ao proporcionar a disseminação e o uso desses documentos, ela promove a transmissão das lembranças cristalizadas. Dessa forma, a biblioteca consegue preservar o conhecimento e as tradições culturais, a partir da manutenção da memória coletiva registrada.

A biblioteca é por natureza uma instituição que reúne e preserva o conhecimento registrado e as tradições, que são de grande valor material e imaterial para as sociedades. Silveira (2012) afirma que especialmente a biblioteca nacional e a biblioteca pública podem ser consideradas simbólicas por reunirem e preservarem o conhecimento do mundo, tanto os elementos materiais como imateriais, ou seja, os documentos e o conhecimento. No entanto, a BSP apresenta outro simbolismo relacionado à memória do espaço físico que ela ocupa: a intenção do Governo do Estado de apagar o caráter de violência que o espaço apresenta e/ou representava. É possível observar essas questões nas próprias ações do Estado, como mudar a destinação do espaço ao demolir o presídio sem deixar vestígios, e construir um complexo poliesportivo, cultural e educacional no lugar. Tal questão também pode ser constatada no

discurso do Estado, presente no *site* oficial do Parque da Juventude: “[...] a construção de um parque cultural no local do Carandiru foi considerada um **ato simbólico** por parte do Governo do Estado no sentido de **livrar o local do estigma de violência.**” (SÃO PAULO, 2018c, grifo nosso), o que transmite a ideia de um Estado salvador, protetor e poupador.

Além das três características apresentadas e discutidas, Nora (1993, p. 22) considera que o lugar de memória precisa apresentar também uma “vontade de memória”, o que de certa maneira pressupõe uma seleção do que vai ser ou não considerado lugar de memória. Com o discurso do Estado em construir um novo espaço (Parque da Juventude e BSP) com destinação completamente diferente do que foi o Carandiru percebe-se, claramente, a intenção de apagamento da memória da ocupação anterior do espaço. Ao mesmo tempo em que a BSP preserva e possibilita a transmissão da informação e da memória, a sua construção foi um ato de apagamento/silenciamento da memória do local onde ela foi construída. A sua criação partiu de uma “vontade de esquecimento”.

Pimenta (2013, p. 156-157) alega que os lugares de memória e o ato de informar tem como princípio uma “intenção significativa”, de forma que imprimem o que determinados grupos querem deixar preservados no futuro. Esta intenção implica diretamente no que vai ser esquecido, uma vez que a preservação da memória é também um ato de seleção. Isso faz com que a preservação de memórias e informações seja um ato político, permeado e orientado por pontos de vista com poderes legitimados.

[...] podemos assumir que os lugares de memória também são fruto de uma “impressão”. Realizada por um grupo social sobre determinado espaço e matéria com o objetivo de preservar, comemorar e informar as gerações futuras. Informar e lembrar são, assim, um ato político que até mesmo no amplo e plural espaço da Internet possui significados e impressões capazes de atuar enquanto uma grande ferramenta de mobilização social cada vez mais presente nas últimas décadas. (PIMENTA, 2013, p. 157).

Nessa discussão Pimenta (2013) acrescenta na discussão a Internet, como um meio que transformou a dinâmica de produzir, coletar e disseminar informação, proporcionando o surgimento de novos lugares de memória e informação. Esses lugares são capazes de atingir camadas mais amplas da sociedade, criando um ambiente propício à construção de uma sociedade mais crítica e democrática.

Em se tratando do uso da Internet, é possível notar que a BSP conta com as mídias digitais a seu favor, proporcionando a seus usuários o acesso e uso de informações nos mais variados suportes digitais – como e-books e jogos eletrônicos – além dos livros impressos e em braille, o que permite atingir um público amplo e variado. Esse engajamento da instituição vai

além dos meios de disponibilizar informação ao usuário, uma vez que a BSP também se preocupa em promover ações e cursos para que o usuário consiga lidar com esses suportes informacionais.

Janice Gonçalves faz uma crítica à utilização do termo lugar de memória como o lugar onde a memória se instala, remetendo a repositório, como bibliotecas, museus, arquivos e centros de documentação (GONÇALVES, 2015). Dessa forma, a memória recebe o caráter de memória-coisa por se tornar sinônimo de conjuntos documentais e acervos institucionais. A autora sugere pensar em vetores de memória em vez de lugares de memória. Os vetores se referem aos “suportes” e “referenciais” da memória, ou seja, aquilo que porta a memória, uma vez que “[...] a memória busca algo que a mobilize e, de alguma forma, a ‘carregue’.” (GONÇALVES, 2015, p. 17). Portanto, os artefatos e documentos têm a possibilidade de transmitir a memória, mas esse sentido é adquirido e transformado historicamente.

No entanto, todos esses exemplos também indicam um movimento prévio e complementar à ação de portar ou conduzir memória: há que ativar a memória, coloca-la em atividade, fazê-la trabalhar. A memória, portanto, não está nos artefatos, ou nas canções, ou em nomes de cidades: ela é um trabalho ativado com o auxílio de elementos como esses, aos quais nossas vidas ficaram (e ficam) de alguma forma associadas. Elementos que podem ser entendidos, portanto, como ativadores e vetores de memória (além de vetores de valores e sentidos). (GONÇALVES, 2015, p. 18).

O Complexo Penitenciário do Carandiru foi classificado como lugar de memória pelo Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP), por ter mantido presos políticos da ditadura militar (1964-1985), período em que o Brasil sofreu graves violações dos direitos humanos. O MRSP é um equipamento da Secretaria de Cultura e Economia gerido pela Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC), que visa preservar memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil. O Memorial ocupa parte do edifício onde funcionou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP). Entre outras atividades, realiza pesquisas, salvaguarda e conservação de documentos, exposições e ações educativas-culturais, atuando em 4 temas principais: controle, repressão, resistência e Direitos Humanos.

Uma das ações desempenhadas pelo Memorial é o Programa Lugares de Memória (PLM), que “[...] tem como objetivo expandir o alcance preservacionista do Memorial da Resistência por meio da identificação, inventário, comunicação e sinalização dos Lugares da Memória da resistência e da repressão políticas do Estado de São Paulo.” (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO, 2016, p. [sem página]). Para selecionar os lugares de memória que fariam parte do Programa foram estabelecidos três critérios que deveriam ser comuns a todos os lugares: integrar o binômio repressão-resistência, ser um lugar físico e ser

um lugar de ocorrência de determinados eventos no passado (não fazendo parte homenagens póstumas, por exemplo) (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO, 2016). O programa registrou 184 lugares de memória da repressão e resistência em São Paulo e inventariou 131, sendo que, até 2017, como demonstrou Anaclara Antonini (2017), apenas 14 sofreram alguma intervenção como tombamento, musealização, construção de monumento, sinalização (painéis, placas, marcações no espaço público), realização de atos políticos (com periodicidade e forte ligação com o lugar).

Desde 2009, ano de sua inauguração, o Memorial da Resistência de SP é Membro Institucional da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência (ICSC), uma rede mundial que trabalha de forma pedagógica os lugares de memória, que tem, inclusive, como um de seus esforços “[...] estabelecer a verdade sobre o regime militar no Brasil.” (COALIZÃO INTERNACIONAL DOS SÍTIOS DE CONSCIÊNCIA, 2020, [sem página]). A Coalizão Internacional de Sítios de Consciência (ICSC) é uma rede mundial que transforma os lugares que preservam a memória em memória viva, de forma que o público tenha uma conexão entre o passado e o presente, promovendo a luta pelos direitos humanos e pela justiça. A ICSC reconhece a importância de preservar a memória de situações traumáticas ou de extrema discórdia, pois o seu apagamento, mesmo que nas melhores das intenções, pode:

[...] **impedir que as novas gerações aprendam lições importantes**, além de comprometer para sempre as oportunidades de construir um futuro pacífico. Sem espaços seguros para lembrar e preservar essas memórias, as histórias dos mais velhos, sobreviventes de atrocidades, podem desaparecer depois que eles falecerem, **as sociedades que superaram os conflitos podem deixar de buscar a justiça por medo de reabrir velhas feridas**, e as famílias dos desaparecidos não poderão jamais achar as respostas. (COALIZÃO INTERNACIONAL DOS SÍTIOS DE CONSCIÊNCIA, 2020, [sem página], grifo nosso).

A pedido do Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO, a Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência realizou, em 2018, um estudo que resultou no relatório “*Interpretation of sites of memory*”. O relatório foi fruto de reuniões e discussões de um Grupo de Trabalho que tomou como base as prioridades estratégicas da UNESCO, além de considerações estabelecidas em outras Convenções da área.

O relatório inicia abordando o conceito de patrimônio que começou a ser desenvolvido há cerca de 70 anos e era entendido de uma forma diferente do conceitual atual. O patrimônio é entendido como uma forma de conservar o passado que ajuda a compreendê-lo, servindo como evidência e aprendizado para o público local e turistas. O reconhecimento desses locais é uma contribuição para o senso de identidade, crescimento sustentável e bem-estar social e

econômico. Para reconhecer um lugar de patrimônio é preciso identificar e descrever o local, e para isso existem alguns parâmetros, como os observados pela Convenção do Patrimônio Mundial e pelo *The Burra Charter*, de 2013.

O patrimônio pode ser considerado como lugar de memória (NORA, 1993) quando inclui valores associativos relacionados à lembrança e a comemorações. O relatório utiliza como base o conceito de lugar de memória de Nora (1993), e considera os locais de memória como:

[...] locais investidos de significado histórico, social ou cultural devido ao que aconteceu lá no passado. Esses lugares podem ser de particular importância, dado seu papel na formação da identidade de uma comunidade ou nação. Alguns são, obviamente, locais de memória e seu valor principal é geralmente visto como tal. Outros terão aspectos de memória entre seus valores que podem não ser vistos pelo público em geral como o aspecto principal de seu valor. Nós nos referimos a esses lugares como lugares/locais com aspectos memoriais. (COALIZÃO INTERNACIONAL DOS SÍTIOS DE MEMÓRIA, 2018, p. 13, tradução nossa).

Os valores associativos relacionados aos lugares de memória podem ter mais importância do que os restos materiais, embora essenciais para a compreensão desses valores (COALIZÃO INTERNACIONAL DOS SÍTIOS DE MEMÓRIA, 2018). Os valores atribuídos aos lugares estão relacionados aos valores associativos ou intangíveis. Isto é, está relacionado com os sentimentos, a compreensão e a relação das pessoas com os lugares. A compreensão desses valores é importante tanto para a compreensão como para a gestão desses lugares. Cada indivíduo ou grupo de indivíduos pode atribuir diferentes valores a um lugar, sendo assim, os lugares podem possuir mais de um valor daquele designado por alguma instituição oficial. Dessa forma, além dos profissionais responsáveis, os diferentes grupos devem participar dos processos que envolvem o reconhecimento de um local de patrimônio.

Cada grupo tem suas percepções dos valores do lugar que podem mudar com o tempo. Os valores podem ser contestados entre grupos diferentes. Por isso, a importância de se escutar os diferentes grupos no desenvolvimento da interpretação e garantir que as diversas narrativas sejam consideradas e integradas à interpretação. A primeira etapa na definição e na interpretação dos lugares de memória é o reconhecimento inicial. Para locais com aspectos memoriais, esse reconhecimento pode ser informal ou comunitário. Caso tenha uma importância maior, pode ser registrado em órgãos, ONGs ou entidades coletivas. É preferível que tenha um lapso de tempo entre o acontecimento e o reconhecimento para que tenha entendimento, caráter e importância proporcional entre as partes envolvidas. A segunda etapa deve ser a adoção de um código de práticas que orientem a interpretação de um lugar de forma

ética e prática. Existem, por exemplo, a Carta do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) para a Interpretação e Apresentação de Sítios do Patrimônio Cultural e o Código de Ética do Conselho Internacional de Museus (ICOM).

Os lugares de memória podem apresentar mais de um significado, podendo incluir valores espirituais ou religiosos. Ademais, os lugares de memória podem ter outros significados que não estão relacionados a aspectos memoriais. O relatório utiliza o exemplo de templos religiosos que podem ter valores de memória relacionados a seus valores intangíveis com foco na peregrinação ou por estarem relacionados a sua arquitetura. O relatório também aborda os lugares de memória que estão relacionados a conflitos ou acontecimentos traumáticos. Esses lugares geram dificuldades e disputas na interpretação, especialmente, em nível internacional. Podendo ser locais de abuso dos direitos humanos, onde ocorreram assassinatos em massa e terror patrocinado pelo Estado, características apresentadas no massacre do Carandiru.

A resolução de conflitos de acontecimentos recentes, de forma que se fechem as feridas e a superação de situações de violência e violações de direitos humanos, é uma das funções do sítios de consciência. O termo sítio de consciência foi desenvolvido a partir dos anos 1990 e está relacionado à defesa dos direitos humanos e a conservação do patrimônio, de forma a conscientizar e trabalhar a memória do lugar. Os sítios de consciência são “[...] qualquer memorial, museu, local histórico, iniciativa de memória, ou organização não governamental” (COALIZÃO INTERNACIONAL DE SÍTIOS DE CONSCIÊNCIA, 2021, [sem página]) que:

- Interpretam a história através de um lugar;
- Envolvem o público em programas que estimulem o diálogo sobre questões sociais urgentes;
- Compartilham oportunidades de envolvimento público e ação positiva nas questões levantadas no local;
- Promovem a justiça e as culturas universais dos direitos humanos (COALIZÃO INTERNACIONAL DOS SÍTIOS DE MEMÓRIA, 2018, p. 14-15, tradução nossa).

Dessa forma, os lugares de memória representam sítios de consciência, contudo, nem todo sítio de consciência é um lugar de memória. Um exemplo de sítio de consciência “[...] é um arquivo de pessoas perdidas e desaparecidas (MDPs) no Líbano, que também é um memorial online em que os parentes dessas MDPs [pessoas perdidas e desaparecidas] podem enviar suas histórias pessoais para fins de cura e responsabilidade futura.” (COALIZÃO INTERNACIONAL DOS SÍTIOS DE MEMÓRIA, 2018, p. 25, tradução nossa).

A interpretação dos lugares de memória é importante para melhorar a compreensão sobre o lugar de memória e ter uma gestão apropriada, visto que os lugares podem ter mais de um significado. Sendo assim, o relatório sobre interpretação de lugares de memória da ICSC



utilizou a definição da Carta do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) que considera interpretação como “[...] a gama completa de atividades potenciais destinadas a **umentar a consciência pública e aumentar a compreensão das complexidades** dos locais de patrimônio cultural.” (COALIZÃO INTERNACIONAL DOS SÍTIOS DE MEMÓRIA, 2018, p. 16, tradução e grifo nosso). A Carta também estabelece sete objetivos da interpretação:

1. Facilitar a compreensão e valorização dos locais de patrimônio cultural e promover a conscientização e o engajamento público quanto à necessidade de sua proteção e conservação.
2. Comunicar o significado dos locais de patrimônio cultural a uma variedade de públicos por meio do reconhecimento cuidadoso e documentado do significado, por meio de métodos científicos e acadêmicos aceitos, bem como de tradições culturais vivas.
3. Salvar os valores tangíveis e intangíveis dos sítios do patrimônio cultural em seus ambientes naturais e culturais e contextos sociais.
4. Respeitar a autenticidade dos locais de patrimônio cultural, comunicando o significado de seu tecido histórico e valores culturais e protegendo-os do impacto adverso de infraestrutura interpretativa intrusiva, pressão do visitante, interpretação imprecisa ou inadequada.
5. Contribuir para a conservação sustentável de locais de patrimônio cultural, promovendo a compreensão e a participação do público nos esforços de conservação em andamento, garantindo a manutenção de longo prazo da infraestrutura interpretativa e a revisão regular de seu conteúdo interpretativo.
6. Incentivar a inclusão na interpretação dos locais de patrimônio cultural, facilitando o envolvimento das partes interessadas e comunidades associadas no desenvolvimento e implementação de programas interpretativos.
7. Desenvolver diretrizes técnicas e profissionais para a interpretação e apresentação do patrimônio, incluindo tecnologias, pesquisa e treinamento. Essas diretrizes devem ser adequadas e sustentáveis em seus contextos sociais. (COALIZÃO INTERNACIONAL DOS SÍTIOS DE MEMÓRIA, 2018, p.16, tradução nossa).

A interpretação é importante tanto para os lugares de patrimônio como para os lugares de memória, mesmo as que envolvem lugares contestados, pois, apesar de levantarem questões difíceis, pode ser uma forma de reunir as várias versões de maneira inclusiva. O relatório ainda alerta que “[...] a interpretação de locais de conflito necessita de atenção e cuidados especiais para evitar o aprofundamento das divisões.” (COALIZÃO INTERNACIONAL DOS SÍTIOS DE MEMÓRIA, 2018, p. 17, tradução nossa). No final do relatório é apresentada algumas recomendações que foram separadas em: abordagens para interpretação, princípios, comunicação, conservação e desenvolvimento intelectual e capacitação. Diversas organizações governamentais e não governamentais de vários países integram a Coalização demonstrando que o trabalho com a memória de situações traumáticas e de conflito é um tendência mundial.

Em resumo, os lugares de memória representam fatos passados, que foram, de algum modo, selecionados por determinados grupos para serem repassados para o futuro. Tanto os

monumentos como os documentos são formas materiais de se registrar o passado, ou seja, são suportes/vetores da memória coletiva de uma sociedade.

## 2.2 Informação e Documento

As discussões sobre conceitos, noções e usos dos termos informação e documento são recorrentes nos estudos da Ciência da Informação, apesar de não serem exclusivamente estudados por essa ciência. A presente investigação utilizará como base estudos da Ciência da Informação que tem como objeto de interesse os fluxos e as utilizações da informação (ARAÚJO, 2014b).

Dentro da própria Ciência da Informação existem várias definições e formas de se entender a informação. Saracevic (1999) atribui três sentidos para o termo. O sentido restrito trata a informação como sinais e mensagens com pequeno ou nenhum processamento cognitivo. O sentido mais amplo considera o processamento cognitivo e a compreensão para se entender a informação, sendo essa uma estrutura que altera o estado de conhecimento, ou seja, para que algo seja considerado informativo é preciso que ele seja compreendido. O sentido ainda mais amplo envolve não só os sinais, a mensagem e o processamento, como também o contexto social que envolve o indivíduo e o processo de cognição.

Em uma perspectiva similar, Rafael Capurro (2003), em um texto apresentando no Enancib, considera que existem três paradigmas da Ciência da Informação, que determinam o significado e usos do termo informação. O paradigma físico, sob o qual a CI teria nascido, que considera a informação como um objeto físico, em que o emissor a transmite para o receptor. O paradigma cognitivo, que considera informação como tudo aquilo que, em contato com o indivíduo, altera suas estruturas do conhecimento. E, por fim, o paradigma social, que se preocupa também com o contexto social no qual o indivíduo está inserido.

Uma das definições de informação em que é possível observar as características dos três sentidos estabelecidos por Saracevic (1999), englobando os paradigmas físico, cognitivo e social da CI (CAPURRO, 2003) é a do pesquisador português Armando Malheiro da Silva que define informação como:

[...] o conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-dereccionada. (SILVA, 2006, p. 25).

Nessa definição, Silva (2006) apresenta termos que contém ligação direta com a memória, “representações mentais e emocionais”, “suporte material”, “comunicação assíncrona”, uma vez que a memória é constituída e transmitida por várias gerações graças aos suportes informacionais.

Capurro e Hjørland (2007) também estabelecem um panorama do conceito de informação na CI, tendo como pilar a informação no sentido de conhecimento comunicado. Os autores ressaltam, ainda, a importância de se observar, nas definições, os conceitos que estão associados ao termo informação, como documento e conhecimento. Quanto “[...] ao conceito de informação, a implicação é que o que conta como informação – o que é informativo – depende da questão a ser respondida. A mesma representação de um objeto [...] contém diferentes informações [...] informação é qualquer coisa que é de importância na resposta de uma questão.” (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p. 187). Isto é, depende da necessidade de informação do indivíduo e, conseqüentemente, tem relação com contexto social no qual esse indivíduo está inserido.

Para Le Coadic (2004, p. 4) a informação “é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”. O conhecimento seria as ideias que estão na mente do indivíduo, que só podem ser transmitidas depois de um processo de registro e de descrição do que se está pensando em forma de palavras e/ou de imagens que podem ser transmitidas por meio da escrita, da fala ou de vídeos.

Michael Buckland (1991), em seu artigo “*Information as thing*”, classifica a informação em três grupos de acordo com o uso de seu conceito: a informação como processo (ato de informar), a informação como conhecimento (redução da incerteza) e a informação como coisa. O conceito que o autor desenvolve é o de informação como coisa, o qual diz respeito a coisas que podem ser consideradas informativas, como um livro, um dado, uma gravação em movimento (vídeo) de um evento. “Qualquer expressão, descrição ou representação seria ‘informação como coisa’.” (BUCKLAND, 1991, p. [2]).

A “coisificação” da informação possibilita que ela tenha um caráter material, apresentando importância para o trabalho de profissionais da informação, pois esses profissionais trabalham com sistemas de informação, que lidam diretamente com objetos carregados de informação, isto é, a informação como coisa. Ademais, Buckland (1991) acrescenta que a informação como coisa tem como característica o caráter situacional e circunstancial. Desse modo, qualquer documento pode ser considerado como informativo a depender das circunstâncias que o envolvem. Apesar de o autor abordar o valor informativo do objeto – que não é um atributo do objeto, mas que foi atribuído a ele e muda de acordo com o

indivíduo, o qual possui necessidades e perspectivas diferentes – o conceito de informação como coisa de Buckland (1991) está mais relacionado ao conceito de documento trabalhado pela CI.

O documento é uma forma de registrar o que está acontecendo e tornar possível a reinterpretção do passado. O documento é interpretado como o suporte físico que carrega uma informação. Le Goff (2013, p. 486) aponta que um dos primeiros significados dado ao documento foi o de prova, sendo que o sentido de “testemunho histórico” apareceu apenas no início do século XIX. No fim do século XIX e início do século XX, o documento triunfou por influência do positivismo, de forma que ele era entendido por si só como “prova histórica” (LE GOFF, 2013, p. 486). Por mais que fizesse parte de uma escolha de quem o preservou e selecionou para uso, foi atribuído a ele um caráter objetivo. Vale ressaltar que nesse período o documento era elaborado essencialmente sob a forma de texto.

Paul Otlet foi um dos primeiros a abranger o conceito de documento, que antes era entendido basicamente como texto. Para ele, o “documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica.” (OTLET, 1937, p. [sem página]). O autor completa que o documento é composto por três elementos: “[...] os elementos materiais (substância, forma e acabamento), os elementos gráficos (textos, imagens reais ou convencionais, notações), os elementos intelectuais.” (OTLET, 1937, p. [sem página]).

Bernd Frohmann também defende a importância de se estudar o documento, contudo indo além dos sistemas de informação, ressaltando a importância da materialidade da informação quando se quer trabalhar com o caráter público e social da informação. Para o autor:

[...] se “documento” nomeia a materialidade da informação, e se a materialidade é importante para o entendimento dos aspectos públicos e sociais da informação, então os estudos da documentação tornam-se importantes para os estudos da informação. A documentação se torna o meio de materialização da informação. Estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação. (FROHMANN, 2008, [p. 3]).

Essa questão foi trabalhada pelo autor em uma palestra na abertura do evento Enancib em Marília, São Paulo, em 2006. Frohmann (2008, [p. 3]) afirma que “[...] sem a atenção à materialidade da informação, grande parte das considerações sociais, culturais, políticas e éticas, tão importantes para os estudos da informação, se perdem”.

A materialidade da informação é trabalhada por Frohmann (2008) a partir da teoria da materialidade dos enunciados, elaborada por Michael Foucault. Foucault aborda a questão a

partir da existência dos enunciados (quem os criou, como os criou, em que contexto foram criados) e não do que os enunciados representam ou significam. A partir disso, é criada uma distinção entre fisicalidade, que é abordada por Buckland (1991) coisificando a informação, e materialidade da informação.

Ao contrário de um objeto físico, a materialidade do enunciado não consiste simplesmente de sua existência no espaço e no tempo. A materialidade é medida pela massa, inércia e resistência. [...] Quando compreendemos a fonte da massa e da inércia do enunciado, compreendemos também a fonte de sua energia, força e poder. Por causa de sua materialidade, nem tudo pode ser feito com um enunciado ou a ele. Os enunciados apresentam graus de estabilidade, de acomodação e de resistência à transformação, deterioração ou desestabilização. Sua massa responde pela energia de seu poder de afetar, ou seja, o poder de criar efeitos. (FROHMANN, 2008, [p. 4]).

A partir desse raciocínio, os enunciados seriam a massa propriamente dita, o que tem forma. A inercia seria a capacidade desse enunciado de não se modificar, de se estabilizar, enquanto a resistência, seria a resistência de não se transformar. Sendo assim, a fisicalidade estaria precisamente relacionada ao objeto físico, enquanto a materialidade envolve as questões sociais, culturais, políticas e econômicas ou, numa palavra, institucionalidades.

A materialidade da informação está carregada, portanto, de um valor social e institucional. O documento é um instrumento que permite o estudo de uma sociedade e cultura. Ou seja, as informações que estão presentes nos documentos e o próprio documento em si estão carregados pelo contexto social no qual estão inseridos. Exemplo disso são os livros escritos por diferentes autores, cada um com um contexto de vida específico, esses são escolhidos por uma pessoa, que, por sua vez, tem um contexto de vida. Nessa situação é possível pensar no seguinte questionamento: por que o livro x foi escolhido e não o livro y? A partir do momento em que esse livro começa a fazer parte do acervo dessa instituição, ele poderá influenciar o pensamento de outras pessoas que vão buscar informação. Por que o usuário de informação escolheu esse livro? Ele, de fato, se interessava por esse autor ou ele não teve outras opções? Por que ele foi buscar informação nessa instituição? Ele tinha outras opções? Esses livros carregam o peso/poder de serem partes do um acervo de uma instituição de informação, manifestando o poder da institucionalização.

A institucionalidade do documento está relacionada ao reconhecimento legal desse instrumento por parte de poderes que foram legitimados como tal por uma sociedade e uma cultura. Um ato, uma lei, um decreto, por exemplo, são documentos (“informação como coisa”, com valor social e institucional) que foram institucionalizados pelo Estado, o qual tem o poder de legitimar esses documentos. Isto é, existe “[...] o pressuposto de que alguém com autoridade

detém o poder de dizer que algo pode ou não ser fonte para a representação da realidade. Criam-se práticas mediante as quais os discursos são legitimados.” (RABELLO, 2018, p. 142).

Nesse sentido, Le Goff (2013, p. 495) afirma que o documento “[...] é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.” O autor fala da necessidade de se analisar o documento enquanto monumento, uma vez que o texto do documento era tido como verdade. Ou seja, ao se analisar um documento, é preciso questioná-lo para saber sob quais condições ele foi produzido e aquelas segundo as quais permitem com que o objeto continua a ser valorado como documento.

O conceito de documento-monumento é abordado por Le Goff (2013) ao desfazer uma relação entre o documento e monumento. O documento e o monumento são meios para se estudar o passado, entretanto, o documento era considerado como um testemunho imparcial da história, enquanto o monumento seria um testemunho parcial. Le Goff (2013) afirma que todo documento é um monumento, pois os documentos, assim como os monumentos, são construídos e decorrem de escolhas e intenções de quem os escreve ou de quem os concebe, isto é, segundo relações de poder.

Rabello e Rodrigues (2018) afirmam que o enunciado “[...] ‘todo documento é um monumento’ [...] traz consigo, como pressuposto, modos de legitimação de discursos sobre a realidade. Encontra referência na dimensão social ou pragmática da informação e fundamenta a ‘informação como monumento’.” (RABELLO; RODRIGUES, 2018, p. 268-269). Ou seja, a partir dessa perspectiva, é possível estudar os documentos analisando não somente o seu conteúdo, como também os pressupostos que o cercam, e quem está por trás da legitimação dos discursos nele presentes.

### **2.3 Biblioteca Pública**

As bibliotecas públicas são, muitas vezes, entendidas como instituições que são mantidas pelo Estado. Entretanto, como expõe Rosa (2018), o conceito por trás de biblioteca pública é muito mais complexo. O termo “pública” que qualifica a biblioteca não significa, exclusivamente, que a instituição está vinculada ao Estado, mas que também é um lugar que presta serviços informacionais para toda comunidade sem discriminação.

Dessa forma, o adjetivo **pública**, que contemporaneamente se juntou ao nome da biblioteca, não corresponde apenas ao desejo de identificá-la como organismo mantido pelo governo ou por entidades particulares, mas aberto a todos os interessados. Não. A palavra **pública** tem aí, um sentido mais profundo e deve ser encarada em toda a extensão do seu significado. (MARTINS, 1998, p. 325-326, grifo original).

A nomenclatura “biblioteca pública” é uma classificação dada para a biblioteca vinculada ao Estado que visa atender o público em geral. Dessa forma, uma biblioteca de uma universidade federal, por exemplo, apesar de ser mantida financeiramente pelo Estado, não é considerada uma biblioteca pública, mas sim universitária, uma vez que ela existe se e somente por conta da existência da universidade a que ela está vinculada e para atender as necessidades da universidade. Isto não significa que essa instituição não pode receber pessoas de fora do universo da universidade, mas que a instituição se preocupa em criar ações e serviços informacionais para o público universitário.

A Biblioteca Pública, tem seu verdadeiro sentido de atuação, livre, aberta, democrática, socializadora, que ao mesmo tempo em que cuida da preservação da memória investe na construção do conhecimento e soma esforços para que transforme e seja transformada para e pelo usuário, e que, em razão deste, possa se tornar um ambiente vivo e efervescente de cultura. (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 34).

De modo geral, a classificação das bibliotecas acontece de acordo com as funções que a biblioteca desempenha, o tipo de leitor e o nível de especialização de seu acervo. A Fundação Biblioteca Nacional (2010) classifica as bibliotecas como: nacionais, universitárias, públicas, escolares, especiais e especializadas.

As bibliotecas públicas são responsáveis por disponibilizar informações generalistas em diversos suportes informacionais, incluindo as novas tecnologias, para toda a população sem distinção. Pensando assim, a biblioteca pública atende um público variado: crianças, adultos e idosos; pessoas com necessidades especiais; pessoas em diferentes classes sociais e educacionais, sendo necessário que ela tenha um acervo variado e ações informacionais para esse público diverso. A Fundação Biblioteca Nacional do Brasil publicou um livro com princípios e diretrizes das bibliotecas públicas preocupando-se em trabalhar um conceito mais amplo de biblioteca pública, isto é, tratá-la como uma instituição democratizante:

O conceito de biblioteca pública baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento. Deve oferecer todos os gêneros de obras que sejam do interesse da comunidade a que pertence, bem como literatura em geral, além de informações básicas sobre a organização do governo, serviços públicos em geral e publicações oficiais. A biblioteca

pública é um elo entre a necessidade de informação de um membro da comunidade e o recurso informacional que nela se encontra organizado e à sua disposição. Além disso, uma biblioteca pública deve constituir-se em um ambiente realmente público, de convivência agradável, onde as pessoas possam se encontrar para conversar, trocar ideias, discutir problemas, auto instruir-se e participar de atividades culturais e de lazer. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010, p. 18).

Logo, existem duas figuras importantes na manutenção da biblioteca pública, o Estado, que propicia a guarda e o custeio da biblioteca, e a sociedade, que solicita as demandas e utiliza os serviços prestados. Ferraz (2014, p. 25) afirma que “[...] sem a participação da sociedade e sem o investimento do Estado em políticas públicas que realmente garantam o acesso à leitura, à informação e à cultura, não será possível construir uma sociedade mais democrática e sem tantas desigualdades”. Já Machado, Elias Junior e Achilles (2014, p. 119) acrescentam que “[...] estas bibliotecas [públicas] se reconhecem como espaços públicos de cultura e educação e são criadas e mantidas por pessoas, coletivos ou instituições privadas, sem fins lucrativos, comprometidas com suas comunidades”. Contudo, não se pode confundir esse conceito com o de biblioteca comunitária/popular. Essas são criadas pela própria comunidade, que também se responsabiliza pela gestão e prestação de serviços (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010).

Um dos marcos para as bibliotecas públicas foi o “Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas”. O primeiro foi publicado em 1949 e a segunda edição foi atualizada e publicada em 1972. Em 1994, o Manifesto ganha sua terceira edição que tem como objetivo encorajar “[...] as autoridades nacionais e locais a apoiar *ativamente* e a comprometerem-se no desenvolvimento das bibliotecas públicas.” (IFLA/UNESCO, 1994, p. [1]). O manifesto considera a biblioteca pública como a “[...] porta de acesso local ao conhecimento” que “[...] fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais.” (IFLA/UNESCO, 1994, p. [1]). Sobre o Manifesto, a Fundação Biblioteca Nacional (2010, p. 22) afirma que o mesmo “[...] deve servir como fonte de reflexão sobre seu papel e suas funções no mundo globalizado, mas cabe aos dirigentes de bibliotecas priorizar o desenvolvimento de suas funções de acordo com a realidade local e, até mesmo, identificar novas funções dentro de suas comunidades”. Isso porque cada biblioteca serve a uma comunidade diferente, que possui demandas sociais-informacionais-econômicas específicas.

Ferraz (2014) corrobora com esse assunto e enfatiza que saber as necessidades da comunidade e reconhecer os interesses da população em que a biblioteca pública está inserida



mostra a importância social dessa instituição. Essa questão também foi levantada por Pinheiro (2009) ao questionar o papel da biblioteca pública nas cidades.

Assim, a biblioteca pública como “[...] um sistema democrático de acesso à informação e à leitura deve respeitar a diversidade de interesses e abrir possibilidades de integração do indivíduo no campo decisório desse sistema.” (PINHEIRO, 2009, p. 1). Dessa forma, para se estabelecer os interesses e necessidades dos usuários e possíveis usuários de uma biblioteca pública é necessário realizar uma análise do perfil da população. Análise esta que deve ser repetida com frequência, visto que o interesse e as necessidades da população estão em constante mudança. Pinheiro (2009) coloca algumas questões que devem ser feitas para encontrar esse perfil: “1 - quem é essa população; 2 - como a população vê a biblioteca pública nesse momento; 3 - quais suas demandas informacionais e também suas necessidades de fruição; 4 - que biblioteca essa população quer para si?”.

Para além de saber qual o público que frequenta a biblioteca, Victor Flusser (1980) aponta que a biblioteca verdadeiramente pública (ou biblioteca-ação) deve considerar também o seu não público. “Ao dar a palavra [ao não público], a biblioteca verdadeiramente pública responde à aspiração fundamental de igualdade” (FLUSSER, 1980, p. 133). A partir do momento em que a biblioteca passa a entrar em contato com o não-público, com pessoas que não costuma frequentá-la, ela passa a dar voz a ele, e a ter a possibilidade de disponibilizar ações que estejam de acordo com esse público, desmarginalizando-o e sendo, de fato, uma biblioteca para todos. Além de dar a voz ao não público, Flusser (1980, p. 134) acrescenta que a biblioteca verdadeiramente pública deve ser um “depósito da herança cultural”, fazendo, portanto, a mediação cultural.

A biblioteca pública é considerada como uma instituição social, ao desempenhar a função social de promoção da cultura, educação, informação e lazer para a população. A função social de uma biblioteca pode variar de acordo com o tempo e espaço em que está inserida.

O papel da biblioteca é determinado pelo uso feito da informação registrada e pela importância desta na vida das pessoas. Ora, uma vez que este papel evolui e muda, junto com valores morais, hábitos, avanços tecnológicos, estrutura social, desenvolvimento nacional, etc., também mudam, em cada sociedade, as expectativas em relação a bibliotecas e bibliotecários. (MUELLER, 1984, p. 25).

Dessa forma, o papel da biblioteca pública foi mudando ao longo do tempo, de acordo com as mudanças sociais-políticas-econômicas. Rosa (2018) também aponta as transformações sociais como meio de estabelecer as funções da biblioteca pública, mas discorda de Mueller

(1984) quanto à questão da evolução, pois o termo evolução vinculado ao termo mudança pode trazer uma ideia positiva de progresso, o que nem sempre ocorre.

Bernardino e Suaiden (2011) estabelecem uma relação entre o papel social da biblioteca e da CI. Os autores colocam a biblioteca como uma instituição que visa disponibilizar acesso à informação para sua comunidade, proporcionando cultura e leitura a seus usuários. Os autores ressaltam a importância da leitura como papel social da biblioteca, pois a leitura propicia ao indivíduo o senso crítico, a cultura e a transformação da informação em conhecimento. Os autores fazem um paralelo com a CI, por essa estudar a relação conhecimento-informação no fluxo informacional, propondo:

A biblioteca como lugar de interação entre a leitura e o leitor, conservação e preservação da memória, mas, sobretudo, uma interseção entre esta e seus leitores e principalmente para estes, sejam dedicados todos os seus esforços, tanto no que diz respeito à organização e tratamento da informação como à disseminação da cultura. (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 32).

Machado, Elias Junior e Achilles (2014, p. 116) consideram-nas como instituições com propósito social, por desempenharem papéis sociais como: “educação, cultura, lazer, informação”. Os autores (2014, p. 116) ainda acrescentam que as bibliotecas públicas podem ter as funções de “memória; preservação e fomento da cultura; organização e disponibilização dos registros do conhecimento; acesso e produção de conhecimento; difusão da informação à comunidade” e que essas funções variam de acordo com o contexto no qual estão inseridas.

Ferraz (2014) pontua que o principal papel da biblioteca pública é com a democratização do acesso à informação, seguido da preservação da memória local, da disseminação da cultura, e da participação cidadã. Já Rosa (2018, p. 251), em sua tese, constata que existe desconexão entre a teoria e a prática das bibliotecas públicas o que atinge a práxis, o desenvolvimento da ciência, a atualização do conceito, a melhoria da compreensão por parte de profissionais, pesquisadores e da própria sociedade.

A partir disso, a autora propõe que o conceito de biblioteca pública deve ser apoiado no conceito de movimento, isto é, um conceito que está em constantes mudanças e reelaborações, pois parte de novos problemas que implicam na aplicação de resoluções, surgindo uma atualização (ROSA, 2018). Para isso, Rosa seleciona características que edificam um conceito:

- Dinâmico e dotado de movimento – o conceito é dinâmico, isto é, se relaciona ao movimento e às forças que contribuem para a formação de problemas e, conseqüentemente, sua resolução;
- Orgânico – o conceito é orgânico, ou seja, pode ser edificado a partir do que tem vida, estando relacionado às experiências vitais dos sujeitos;

- Vivo – o conceito é dotado de vida porque não se pode mais fincar sua criação sem considerar os problemas, os elementos (lugares, condições sociais, realidade vivida pelos sujeitos, experiências e vivências; ausência de recursos; planificação; políticas públicas; a história do conceito e muitos outros aspectos essenciais para análise). (ROSA, 2018, p. 246).

Com base nessas características, Rosa propõe:

[...] a biblioteca como um território de experiências, capaz tanto de doá-las como de recebê-las. Um território que incentiva a costura social e promove a integração da dimensão teórica e prática, com a finalidade de diminuir ou suavizar o que distanciamento que os sujeitos criaram com ela. Essa seria uma biblioteca pública em movimento, em constante processo de formação, ou seja, admitindo a todo tempo as múltiplas formas que originam os processos de formação social e cultural. Uma biblioteca pública orgânica positiva a vida, e não somente os materiais informacionais.

Uma biblioteca pública fluida é aquela que se desenvolve a partir das diferentes necessidades individuais e coletivas. Uma biblioteca pública viva tem como missão fortificar e prover a formação [de] novos cidadãos. A biblioteca pública dinâmica é aquela que se alimenta das ações, experiências, relações, necessidades, vontades. A biblioteca pública inacabada, sempre em construção, depende dos encontros, das experiências que se conectam sem um início e fim, apenas meio. (ROSA, 2018, p. 250).

Como afirmou Miranda (1978, p. 69) “a biblioteca é, por conseguinte, uma célula viva, única. Nenhuma biblioteca é igual a outra”. Visto que os fatores sociais-políticos-econômicos influenciam nas funções da biblioteca pública, a próxima subseção apontará alguns desses fatores e o papel desempenhado por essa instituição em cada época.

### 2.3.1 Breve histórico das bibliotecas públicas

As motivações por trás da criação das bibliotecas são as mesmas da destruição: manter o monopólio da informação e conseqüentemente do conhecimento. Polastron (2013, p. 14) afirma que a criação de bibliotecas “equivale à cremação”. Pode-se separar as causas das destruições de bibliotecas em desastres naturais ou acidentais. As bibliotecas são destruídas pelo fogo, pela água, por guerras, por vermes ou terremotos. Porém, alguns governos tinham a vontade de que elas simplesmente não tivessem existido (POLASTRON, 2013, p. 11-12). O autor justifica essa afirmativa dizendo que as bibliotecas dão ao povo conhecimento e, com isso, fica mais difícil de eles serem dominados pelo poder governante. O autor utiliza vários exemplos ocorridos em diversas sociedades para enriquecer seu argumento:

Por quê? Porque um povo instruído não pode ser controlado, decidiram os legistas da China antiga, os nazistas na antiga Tchecoslováquia?; porque os países conquistados devem mudar sua história ou crença, como os astecas;

porque apenas os iletrados podem salvar o mundo, como pregam os crentes de doutrinas do fim do milênio em todas as épocas; porque a natureza de tais coleções põe em perigo o nome poder; assim o taoísmo visto pelos mongóis, ou xiísmo, ou a Reforma. Em todas essas ocorrências se acrescentam, muitas vezes, a autodestruição para evitar dissabores: isso era um fato corrente na China Imperial ou na Revolução Cultural. Porém, há ainda uma razão, mais escondida, sempre presente acima das outras: **o livro é o duplo do homem, queimá-lo equivale a matá-lo.** (POLASTRON, 2013, p. 12, grifo nosso).

A história de destruição de muitas bibliotecas desde a antiguidade tem por trás questões políticas e de poder. As informações contidas nos suportes podem gerar conhecimento para a população, o que assusta os governantes. A destruição dos livros está relacionada à destruição da memória, “o livro dá consistência à memória humana.” (BAEZ, 2006, p. 26).

As bibliotecas públicas surgiram a partir de um novo modelo de biblioteca que visava a democratização do acesso à informação. A ideia de biblioteca pública foi criada na Inglaterra no século XIX, no contexto da Revolução Industrial e das ideias liberais. Nesse momento inicial, a biblioteca era destinada principalmente para a classe trabalhadora com o intuito de promover a educação e questões morais (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010). Além dessa função, também foi designado um caráter utilitário para a biblioteca pública. Mueller (1984) aborda que esse caráter foi definido por Stanley Jevons, sendo a biblioteca pública considerada um investimento econômico do Estado, que possibilitava tanto o entretenimento como a continuidade da educação moral, mantendo pessoas ocupadas e longe de prisões e afins.

A perspectiva através da qual as primeiras bibliotecas públicas foram vistas mostra claramente a natureza da expectativa de seus patrocinadores. Esperava-se que as bibliotecas contribuíssem de maneira significativa para a ordem social e o progresso nacional e, especialmente, nos Estados Unidos, para a manutenção da democracia. (MUELLER, 1984, p. 9).

Mueller (1984) também evidencia os Estados Unidos como precursores nesse processo de criação, porém com argumentos diferentes da ordem social defendidos na Inglaterra. Nos Estados Unidos, o que motivava a manutenção da biblioteca pública era que a educação seria capaz de manter o regime democrático. No século XIX, à biblioteca pública “[...] era atribuído um papel social bem definido, o de educar as classes mais baixas, mas preservando os valores sócias vigentes.” (MUELLER, 1984, p. 13). Vale ressaltar que tanto nos Estados Unidos e na Inglaterra, como no Brasil, as primeiras bibliotecas públicas surgiram de iniciativas privadas e não de demandas da sociedade ou do Estado (MULLER, 1984; OLIVEIRA, 1994).

A partir do início do século XX, a função social da biblioteca pública foi ampliada, somando-se a cultura em geral e o lazer, com o intuito de atender as demandas da sociedade.

Isso que gerou algumas críticas por parte de alguns patrocinadores, pois, para eles, a leitura de literatura poderia modificar os valores da época (MUELLER, 1984).

A função social da biblioteca pública passou a ser mais valorizada a partir da criação da Escola de Chicago. Em 1920, foi fundada a pós-graduação em Biblioteconomia na Universidade de Chicago. Os professores e alunos do curso defendiam que a Biblioteconomia era uma ciência social. Pierce Butler (*apud* MUELLER, 1984, p. 19), um dos professores da instituição, defendia que a biblioteca era uma “unidade essencial na organização social”.

No Brasil, a primeira biblioteca pública data de 1811, a Biblioteca Pública do Estado da Bahia, foi criada a partir da iniciativa do Coronel Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco e era mantida por sócios, que compravam livros e cuidavam da gestão da instituição (OLIVEIRA, 1994). Oliveira enfatiza que

[...] a biblioteca pública foi produto não de necessidade coletiva, mas das vontades pessoais de brasileiros letrados, interessados em levar a cultura ao povo, entendido como aquela parte da população já alfabetizada e aqueles que exerciam atividades ligadas à vida religiosa, ao ensino ou à burocracia do Estado. (OLIVEIRA, 1994, p. 21).

Isto porque grande parte da população da época era analfabeta e os livros do acervo eram, em sua maioria, no idioma francês, ou seja, a biblioteca era restrita a uma pequena parte da população letrada. Isso contradiz o objetivo inicial de levar educação para a população, uma vez que essa educação era reservada apenas a uma minoria da população. Nesse período inicial, época do Brasil Colônia, as bibliotecas, além de fruto de interesses individuais, eram também ligadas às ordens religiosas (OLIVEIRA, 1994).

A segunda metade do século XIX é marcada por mudanças. As cidades começaram a crescer, houve uma expansão do setor bancário e o desenvolvimento de tecnologias. Entretanto, Oliveira (1994, p. 22) mostra que apesar deste “[...] contexto de ampliação da sociedade urbana e de desenvolvimento do processo de industrialização, apenas 27 bibliotecas públicas foram criadas por estados e municípios, entre 1890 e 1930, a maioria delas na região Sudeste, onde ocorria maior desenvolvimento econômico e industrial”.

Até o início do século XX, a biblioteca ainda era um espaço para poucos e ainda detinha “[...] um virtual monopólio do armazenamento de informações impressas e de sua disseminação seletiva, porque esta disseminação era circunscrita aos indivíduos letrados e residentes em locais onde existisse a instituição.” (OLIVEIRA, 1994, p. 24).

### 2.3.2 Biblioteca pública e políticas do livro no Brasil

A história das bibliotecas públicas no país começa a mudar em 1937, quando se cria o Instituto Nacional do Livro (INL), que tinha “[...] como uma de suas atribuições, o incentivo à criação, organização e manutenção de bibliotecas públicas em todo o país.” (OLIVEIRA, 1994, p. 19). Somente com a criação do INL, em 1937, é que se começou a pensar em políticas públicas para bibliotecas públicas no Brasil. Zita Catarina Prates de Oliveira estudou, em sua tese, as políticas públicas para bibliotecas públicas entre o período de 1937 a 1989, dando ênfase na atuação do INL, incorporado à Biblioteca Nacional em 1991 (OLIVEIRA, 1994). A autora divide o período estudado em outros quatro períodos: 1937 a 1945 (Regime ditatorial do Novo Estado, governo Getúlio Vargas); 1946 a 1963 (Regime democrático, governo Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart); 1965 a 1969 (regime ditatorial, governos militares Castelo Branco, Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo); 1985 a 1989 (regime democrático, governo José Sarney).

O INL foi criado no contexto político do Estado Novo, em que o interesse do Estado em políticas culturais, visava controlar a sociedade por meio de políticas de massa e, com isso, criar uma cultura nacional. A difusão cultural designada ao Instituto estava voltada, principalmente, para o livro que serviria “[...] como instrumento de estabilidade social e transmissão desta cultura.” (OLIVEIRA, 1994, p. 44). Esse primeiro período do INL, fase de sua criação, foi marcado por um Estado que elaborou uma política sem consultar outros entes da sociedade, no qual escolhia quais livros seriam lidos, ou não, nas bibliotecas. O INL firmava acordo com municípios, que, em troca de livros, criavam bibliotecas. Isso fez crescer tanto o número de bibliotecas como o número de livros no acervo, porém as instituições não contavam com profissionais qualificados para fazer os trabalhos técnicos, gerando quantidade sem qualidade. Esses aspectos mostram que a política pública para bibliotecas públicas estava mais voltada para o objeto livro do que para a instituição biblioteca pública, criando assim a estigma da biblioteca como “sala com livros” (OLIVEIRA, 1994, p. 57).

No segundo período foram criados novos mecanismos para melhorar as bibliotecas públicas, como o Serviço de Assistência Técnica, que visava fazer inspeções nas bibliotecas e fornecer treinamento técnico; a Campanha Nacional do Livro (1960), que visava divulgar e promover o livro; e o Serviço Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) (1961), que tinha o intuito de promover a melhoria das técnicas biblioteconômicas. Porém, esse período também foi marcado pela exaltação do livro, no qual era distribuída uma quantidade de livros, mas não havia uma política para seleção e utilização desses livros. Outro aspecto relevante desse período

mencionado por Oliveira (1994) é a consolidação do rádio (1946-1963) como veículo de comunicação e informação. Antes do rádio, a biblioteca tinha o monopólio da disseminação da informação, que era fornecida de maneira escrita e necessitava que o usuário se deslocasse. O rádio passou a veicular uma informação oral que não necessitava de descolamento para ser acessada, o que não foi levado em consideração para a criação e manutenção de políticas para as bibliotecas públicas. Isso acarretou na divisão do público entre as duas fontes de informação, ao invés de utilizarem as duas.

O terceiro período, de 1964 a 1984, foi marcado pela gestão de três diretores do INL. Nesse período, o Brasil sofreu um golpe que instaurou uma ditadura militar marcada por violência e violação de direitos humanos. A população sofria restrição à liberdade, censura e repressão. Não era diferente nas questões das bibliotecas e dos livros. O governo visava controlar os indivíduos e as políticas de informação.

Na gestão de Umberto Peregrino (1967-1969), a biblioteca pública tinha o objetivo de integração nacional. O Estado ainda escolhia os livros que iriam para a biblioteca, mas não havia nenhuma política de seleção para os livros. Além disso, essa seleção de livros funcionava também como uma forma de favorecer o comércio livreiro.

A próxima gestão, de Maria Alice Barroso (1970-1974), mudou completamente a função da biblioteca pública. A partir dessa gestão, a biblioteca pública passou a desempenhar o papel de biblioteca escolar, ou seja, sendo utilizada como auxílio e complemento para a educação escolar. Isso ocorreu tanto por parte da equipe gestora como pela legislação educacional da época, como a criação do Programa Nacional do Livro (OLIVEIRA, 1994).

Na gestão de Humberto Sales (1970-1974) a biblioteca pública volta a exercer sua função cultural. O SNBP foi avaliado, pela primeira vez, e constatou-se uma série de dificuldades. Oliveira, em seus escritos (1994), sinalizou a necessidade de estabelecer um elo cultural com a população.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, o Brasil passou por um processo de redemocratização. O período de 1985 a 1989, pode ser separado em dois momentos. No primeiro momento, a biblioteca pública manteve a política do livro, gestão de Fábio Lucas no INL. No segundo momento, passou-se a ter uma política desvinculada do livro, a qual Oliveira (1994) justifica pela gestão, que foi assumida, pela primeira vez, por um administrador, Wladimir Murtinho, bem como pela falta de verba.

De 1990 a 2006, o Brasil teve cinco presidentes eleitos pelo povo. Paiva e Andrade (2014) estudaram as políticas para bibliotecas públicas nesse período e identificaram que as políticas públicas enfrentaram problemas similares ao da época do INL. O primeiro deles estava

relacionado à existência de bibliotecas no território brasileiro. Durante esse período, foram criados vários programas com o mesmo objetivo de expandir o número de bibliotecas, de forma que todo município contasse com uma biblioteca pública. Contudo, os programas mudavam de nome e de diretor conforme mudava-se o governo, ao invés de se estabelecer uma continuidade e uma política de Estado.

Além disso, as políticas públicas continuavam voltadas para os livros e não para as bibliotecas públicas, sendo uma preocupação de governo enviar livros para as instituições, sem se preocupar com outros suportes informacionais. A definição do que se entendia por biblioteca pública, bem como por seu público não estava em pauta nos discursos oficiais. Questões como: de “que bibliotecas precisamos e queremos hoje, em cada município desse País”? (PAIVA; ANDRADE, 2014, p. 106) não eram respondidas, sequer debatidas. Ademais, Paiva e Andrade (2014, p. 110) ressaltam que outros aspectos das políticas informacionais da época foram postos “[...] como um modo de assegurar o controle e a disseminação de informações consideradas estratégicas para o crescimento econômico (informações científicas e tecnológicas, principalmente)”. Isto é, as bibliotecas públicas não chegaram a fazer parte, de fato, das políticas informacionais.

Em 2006, por meio da Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto, foi instituído o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL),

[...] de duração trienal, tendo por finalidade básica assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional. (BRASIL, 2006).

O PNLL acaba seguindo a linha de valorização do livro e da indústria livreira. Em meio a esse marco, foi entregue à Presidência da República o Manifesto do Povo do Livro, que reivindicava políticas públicas sobre o livro e a leitura. Para isso, o Manifesto considerava a necessidade de bibliotecas públicas em todos os municípios brasileiros como “[...] o meio mais eficiente de proporcionar educação continuada à população e, dessa forma, ser instrumento de democracia e de política social” através de “[...] bons e diversificados acervos de livros e de outros materiais; pessoal qualificado e estimulado; e recursos permanentes para manutenção, atualização, formação e fomento.” (MANIFESTO..., 2006, [sem página]).

Como pode ser visto, o Brasil não é um país com tradição em promover políticas públicas para bibliotecas públicas, o que afetou e ainda afeta diretamente a forma como a biblioteca exerce suas ações. A Biblioteca de São Paulo, entretanto, faz um movimento fora da curva desse histórico, não significando ser a única. A BSP faz parte do Sistema Estadual de



Bibliotecas Públicas de São Paulo e, atualmente, é um laboratório de práticas de Biblioteconomia e Ciência da Informação para os profissionais do Sistema, sendo escolhida como modelo de biblioteca a ser seguido pelas demais instituições do Estado de São Paulo.

### 2.3.3 Biblioteca pública: um lugar para a recordação

Como já abordado anteriormente, Nora (1993) criou o termo lugar de memória associado ao pressuposto de que a sociedade moderna precisava ancorar sua memória em lugares, pois não haviam mais meios de memória. Apoiando-se nas contribuições de Nora (1993), Rodrigues (2014) afirma que se fez necessária a criação de lugares de memórias, tais como as bibliotecas, uma vez que as memórias humanas não conseguem reter todo conhecimento do mundo.

Os lugares de memória surgem, assim, como alternativas, estoques materiais de nossas memórias. Daí talvez a necessidade de criar bibliotecas, museus, arquivos, monumentos, santuários etc., buscando tornar possível aquilo que nossas memórias não conseguem: reter a totalidade das experiências humanas. (RODRIGUES, 2014, p. 74).

As bibliotecas públicas armazenam as produções intelectuais e culturais de um povo, que nada mais são que a memória coletiva registrada em documentos e guardada e disponibilizada em seus acervos. Sendo assim, os acervos são mantidos com o intuito de preservar o conhecimento humano para que ele seja acessado no presente e futuro, bem como de fortalecer a identidade de um povo. Rodrigues (2014) destaca que as bibliotecas, por salvaguardarem o patrimônio bibliográfico, possibilitam o acesso ao conhecimento de forma que os indivíduos tenham referências.

Independentemente da sua tipologia, bibliotecas passaram ao longo do tempo a ser identificadas como organismos culturais, instituições nas quais se promove a salvaguarda do patrimônio bibliográfico, estabelecimentos onde é possível ter acesso ao conhecimento produzido e acumulado pelos seres humanos, lugares em que a memória coletiva encontra sua materialização através do registro escrito e de onde é possível obter referências por meio das quais nossa memória individual e coletiva e nosso patrimônio cultural se fazem perceber. (RODRIGUES, 2014, p. 69).

Rodrigues (2014) ainda acrescenta que a biblioteca é um lugar de memória, não só por guardar esses registros do conhecimento humano, como também por proporcionar que esses registros sejam acessados e discutidos pela comunidade.

As bibliotecas são, portanto, tanto lugares de memória enquanto espaços físicos – edifícios construídos com a finalidade de armazenar acervos e estudar, aprender, trocar informações e ideias – quanto repositórios da memória em si, ou seja, espaços onde o ser humano guarda e encontra o pensamento e o conhecimento [...] (RODRIGUES, 2014, p. 81).

Silveira (2012) também corrobora com a ideia de que as bibliotecas, especialmente, as públicas e nacionais, são lugares de memória por preservarem, guardarem e disseminarem as informações geradas pela sociedade. O autor trata especificamente da biblioteca nacional e da biblioteca pública como lugar de memória, justamente por conta de suas funções. As bibliotecas nacionais têm a função de preservar toda produção intelectual de uma nação, enquanto a biblioteca pública é um espaço de socialização que coleta, organiza, preserva e dissemina “[...] grande parte dos referenciais históricos, culturais, políticos e mnemônicos de uma dada coletividade [...]” (SILVEIRA, 2012, p. 10). O autor acrescenta ainda que as bibliotecas são lugares de memória por conta da sua função social, uma vez que a

[...] função social está diretamente ligada à missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os saberes concebidos pela ação racional dos homens. Enquanto “lugares de memória” elas tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis. São instituições que nos permite acessar, por intermédio de seus acervos, as experiências comuns a toda humanidade, bem como as razões e os intentos de cada um de seus usuários em particular. (SILVEIRA, 2012, p. [5]).

O autor acrescenta que essa caracterização, enquanto lugar de memória, está relacionada ao fato de a biblioteca ter como uma de suas funções preservar o conhecimento e que seria difícil “[...] compreender e transformar o mundo onde habitamos sem os elementos materiais e imateriais que nelas se preservam.” (SILVEIRA, 2012, p. [5]). Isto é, as bibliotecas, por serem responsáveis por armazenar em seus acervos a informação registrada, possibilitam à sociedade o resgate de fatos passados, de forma que ela possa tomar conhecimento sobre seu passado e se compreenda no presente, desempenhando a capacidade da lembrança (PIMENTA, 2013).

O fato de a memória humana ter suas limitações fez com que surgissem meios de se preservar a memória, nascendo assim os registros. Os livros, bem como outros documentos, são meios materiais de memória que são guardados/depositados em bibliotecas para que possam ser acessados por indivíduos durante épocas diferentes, ou seja, de forma síncrona e assíncrona. As bibliotecas, portanto, são os lugares de guarda e preservação dessa memória. Elas possibilitam a recordação da memória, podendo ser consideradas como lugares de recordação ou, como posto por Nora (1993), como lugares de memória.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica desta pesquisa, tendo em vista seus objetivos e métodos aplicados, classifica-se como qualitativa. A abordagem qualitativa segundo Creswell (2010) está voltada para questões de pesquisas que envolvem explorar problemas sociais ou humanos. Além disso, tendo em vista que esta pesquisa busca analisar e descrever as características de um fenômeno sem interferir no objeto de análise, ela pode ser classificada como descritiva (APPOLINÁRIO, 2009, p. 63). Dessa forma, trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva.

A revisão de literatura identifica, sumariza e apresenta resultados de outras pesquisas com temas relacionados (CRESWELL, 2010). Para seleção de livros, artigos, teses e dissertações que iriam compor a revisão de literatura, foram pesquisados em bases de dados e *sites*, os seguintes termos descritores: a) memória, b) memória coletiva, c) informação, d) documento, e) Ciência da Informação, f) biblioteca pública, g) biblioteca pública no Brasil, h) Biblioteca de São Paulo, i) Carandiru, j) Parque da Juventude, k) concurso do Carandiru, l) edital do Carandiru. Os termos foram combinados entre si para se ter uma busca mais precisa.

Para alcançar os objetivos propostos, o método de pesquisa adotado foi a pesquisa documental. A pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica são por vezes confundidas ou consideradas a mesma coisa. Entretanto, a pesquisa documental é mais ampla do que a pesquisa bibliográfica, uma vez que a pesquisa bibliográfica está voltada para os documentos técnico-científicos e a pesquisa documental para todos os tipos de documentos. Para Gil (1991), a pesquisa bibliográfica é realizada quando se utiliza material já publicado, como livros e artigos de periódicos; enquanto a pesquisa documental se refere à utilização de um material que ainda não recebeu tratamento analítico.

Para cumprir o primeiro objetivo específico – levantar e analisar os documentos sobre a criação da BSP – e o segundo objetivo específico – discutir as noções de memória que permeiam o contexto de criação da BSP – foi necessário fazer um levantamento de documentos referentes ao assunto. O *site* oficial da BSP não disponibiliza documentos com informações sobre o caso, portanto, foi necessário fazer uma busca em outros *sites* oficiais do estado de São Paulo. A fim de localizar legislação e documentos oficiais relacionadas à criação da Biblioteca de São Paulo, foram, então, utilizados os *sites* da Assembleia Legislativa do estado de São

Paulo<sup>9</sup>, da Câmara Municipal de São Paulo<sup>10</sup> e da Imprensa Oficial<sup>11</sup>, que organiza e divulga o Diário Oficial do estado de São Paulo.

Em todos os *sites* foram utilizados os seguintes termos de busca: a) Carandiru, b) Biblioteca de São Paulo, c) Parque da Juventude, d) concurso do Carandiru, e) edital do Carandiru. Como resultado das buscas, foram localizados e selecionados para análise os documentos descritos no Quadro 1:

**Quadro 1** - Documentos analisados

<b>DOCUMENTO</b>	<b>EMENTA</b>
Decreto nº 55.319, de 05/01/2010	Cria, na Secretaria da Cultura, como equipamento cultural da área de Difusão Cultural, a Biblioteca de São Paulo e dá providências correlatas.
Decreto nº 48.710, de 09/06/2004	Transfere da administração da Secretaria da Administração Penitenciária para a da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, o imóvel que especifica, situado no Município de São Paulo.
Decreto nº 47.091, de 16/09/2002	Ficam extintas as Penitenciárias Carandiru I, II e III, da Coordenadoria de Unidades Prisionais de São Paulo e da Grande São Paulo, da Secretaria da Administração Penitenciária, criadas pelo Decreto nº 45.702, de 12 de março de 2001.
Decreto nº 45.702, de 12 de março de 2001	Extingue a Casa de Detenção "Professor Flamínio Fávero" de São Paulo, cria e organiza os estabelecimentos penais que especifica, da Secretaria da Administração Penitenciária.
Decreto nº 43.421, de 01/09/1998	Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a nova utilização da área do complexo do Carandiru.
Lei nº 16.761, de 08/06/2018	Dá denominação ao Parque que especifica.
Decreto nº 53.534, de 09/10/2008	Transfere da administração da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo para a da Secretaria da Cultura, o imóvel que especifica.
Decreto nº 53.535, de 09/10/2008	Transfere da administração da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo para a da Secretaria de Desenvolvimento, os imóveis que especifica.
Decreto nº 56.238, de 28/09/2010	Transfere da administração da Secretaria da Administração Penitenciária para a da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo parte da área que especifica.
Edital do concurso público de proposta de Plano Diretor de uso e ocupação da área e edificação do atual Complexo Prisional do Carandiru.	O Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo, de acordo com o Termo de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria da Administração Penitenciária e com o Instituto de Engenharia, lança o concurso público de proposta de Plano Diretor de uso e ocupação da área e edificação do atual Complexo Prisional do Carandiru.
Relatório Final da Comissão Especial de Estudos sobre o Carandiru da Câmara Municipal de São Paulo	-
PL nº 410, de 1995	Propõe a transformação da área em Z4, zona mista, correspondente a centros regionais, que permite a instalação de quase todas as atividades, com alto potencial de aproveitamento, ou seja, permite edificar até quatro vezes a área do Terreno.

<sup>9</sup> Link de acesso para o *site* da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo: <https://www.al.sp.gov.br/>.

<sup>10</sup> Link de acesso para o *site* da Câmara Municipal de São Paulo: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/>.

<sup>11</sup> Link de acesso para o *site* da Imprensa Oficial: <https://www.imprensaoficial.com.br/#02/11/2020>.

DOCUMENTO	EMENTA
PL nº 159, de 1996	Permite usos diversificados na Z8-003, condicionado à destinação de 30 % da área para parque público e 5% para uso institucional; nos lotes resultantes, o aproveitamento é semelhante ao de zona Z4; propõe que a área destinada a parque esteja contida num único perímetro e que seja doada à prefeitura devidamente equipada.
PL nº 570, de 1996	Semelhante ao anterior, permite também diversos usos (exceto industrial) mas com algumas disposições a mais, como exigência de canalização e abertura de via ao longo do córrego Carandiru, sem ônus para a Prefeitura; nos lotes resultantes o aproveitamento dos lotes é semelhante ao de Z4, porém com exigência de lotes e recuos maiores.
PL nº 583, de 1996	Altera o zoneamento de Z8 para Z16, zona de lazer, que permite a implantação de atividades como restaurantes, hotéis, cinemas, teatros e clubes (até 250m <sup>2</sup> ) de área construída.
PL nº 763, de 1996	Semelhante ao anterior; altera o zoneamento para Z16, incluindo a área da vegetação original da Mata Atlântica em Z8-200, que é uma zona de preservação.
PL nº 174, de 2001	Semelhante ao PL nº 570/96, mas com algumas alterações, a área a ser doada para parque público é de 35%, e para área institucional de 5%; na área restante, as características serão de zona Z2, combinada a uma Operação Urbana a ser definida; inclui necessidade de audiência pública anteriormente à concessão do alvará de construção de cada projeto.
PL nº 178, de 2001	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Popular do Município de São Paulo, através de convênio com o governo municipal, estadual ou federal. Para implementação do projeto deverão ser consideradas edificações já existentes, como o Complexo Penitenciário do Carandiru e outras.

**Fonte:** Elaboração própria.

Para alcançar o terceiro objetivo específico deste trabalho – analisar, nas ações promovidas pela BSP, aquelas que remetem ao massacre do Carandiru – se fez necessário analisar as ações informacionais<sup>12</sup> que, de alguma forma, tratassem sobre o que foi o Carandiru e o que ocorreu naquele espaço físico. Para isso, primeiramente, foi necessário fazer um levantamento de todas as ações que a instituição promoveu ao longo de seus dez anos de existência.

A BSP oferece treze programas permanentes, todos os meses, à sua comunidade, sendo divididos entre os públicos infantil, jovem, adulto, e para todas as idades, conforme Quadro 2. Além disso, a BSP promove, também, algumas ações temporárias, como a “Mostra”, que apresenta documentários nacionais, exposições e palestras.

<sup>12</sup> “O conceito de ‘ações de informação’ de Wersig e Windel (1985) foi originalmente proposto como uma alternativa à abordagem comportamental normativa que desconsidera a relação do contexto subjetivo com os fatos da vida cotidiana, bem como com os fatores sociais, econômicos e culturais envolvidos. A ação, nesse caso, seria instrumentalizada para a resolução de problemas, ou seja, para a solução de situações de necessidade de informação, considerando aspectos subjetivos e sociais.” (RABELLO, 2012, p. 113).

**Quadro 2 - Programas permanentes da BSP**

<b>PÚBLICO-ALVO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>DESCRIÇÃO DO PROGRAMA</b>
INFANTIL	Hora do conto	Mediação de leitura, dramatizações e contação de histórias da literatura infanto-juvenil voltadas ao incentivo à leitura e ao desenvolvimento criativo dos participantes.
	Brincando e Aprendendo	Atividade que reúne intervenções, jogos teatrais, ritmos e brincadeiras educativas.
	Pintando o 7	Conjunto de atividades que envolvem a criação artística, direcionada ao desenvolvimento intelectual das crianças.
	Lê no Ninho	Programa de iniciação e estímulo das potências cognitivas de crianças entre 6 meses e 4 anos, por meio de experiências lúdicas com os livros.
JOVEM	Luau BSP	A atividade apresenta aos jovens temas relacionados à música, literatura e poesia, e oferece um espaço para apresentações musicais na BSP.
ADULTO	Clube de Leitura	Leitores de uma mesma obra se reúnem uma vez por mês para trocar opiniões e críticas, incentivando assim o hábito da leitura.
	Segundas Intenções	Bate-papo mensal com um escritor convidado.
	Sarau da BSP	Espaço para apresentação de textos, poesia e música.
	Tecnologia Dia a Dia	Oficina de Smartphone e Redes Sociais (+60).
TODAS AS IDADES	Jogos Sensoriais (Pessoa com deficiência)	Brincadeiras que estimulam o desenvolvimento da autonomia e as habilidades sensoriais, como memória e as capacidades visual, tátil e motora.
	Leitura ao Pé do Ouvido	Mediação intimista de leitura realizada nas dependências da biblioteca, com o objetivo de sugerir ao público autores, livros e temas.
	Jogos para Todos! (Pessoa com deficiência)	Xadrez para iniciantes e pessoas com deficiência visual (tabuleiros adaptados).
	Domingo no Parque	Um pouco do que acontece dentro da BSP levado para o lado de fora, à sombra das árvores do Parque da Juventude. Das 11h30 às 12h15, sessão do Lê no Ninho, e das 12h15 às 16h, sessões de contação de histórias e mediação de leitura.

**Fonte:** Elaboração própria com base em Biblioteca de São Paulo (2020c).

A instituição apresenta, em seu *site* oficial, apenas relatórios quantitativos das atividades realizadas, portanto, foi necessário fazer um levantamento de todas as ações desenvolvidas pela Biblioteca. Para essa coleta, foi necessária a utilização do fichamento, instrumento de coleta de dados para organizar os dados encontrados. Produziu-se uma planilha eletrônica para cada uma das ações desenvolvidas pela instituição, baseada na nomenclatura utilizada nos programas permanentes e temporários:

- a) Oficinas;
- b) Cursos;
- c) Projetos;
- d) Clube de leitura;
- e) Clube do áudio livro;

- f) Segundas intenções;
- g) Hora do conto;
- h) Sarau;
- i) Luau;
- j) Lê no ninho;
- k) Pintando o 7;
- l) Leitura ao pé do ouvido;
- m) Brincando e aprendendo;
- n) Xadrez para todos;
- o) Domingo no parque;
- p) Pontos MIS;
- q) Outros.

Em cada uma das planilhas, foram criados campos para serem preenchidos com as seguintes informações:

- Título: título da atividade;
- Descrição: conteúdo descrito na página;
- Data: data em que a ação foi realizada;
- Link: link de localização da ação na web;<sup>13</sup>
- Observação: caso fosse necessário acrescentar mais alguma informação.

As informações foram coletadas do *site* oficial da BSP, na aba “agenda”, que apresenta publicações que informam e descrevem as ações promovidas ao longo dos anos na biblioteca. Foram coletadas no *site* todas as ações promovidas pela instituição nos últimos nove anos, compreendendo de 02 de julho de 2011 a setembro de 2020. O trabalho não contempla todos os anos de biblioteca, pois no *site* o primeiro registro de ações consta de julho de 2011.

Nas ações coletadas foram identificados assuntos relacionados ao Carandiru e ao massacre, sendo pesquisado no título ou na descrição da ação os seguintes termos descritores: a) prisão, b) cárcere, c) penitenciária, d) complexo penitenciário, e) Carandiru, f) massacre, g) memória.

Além disso, para o cumprimento do quarto objetivo específico – analisar a percepção dos bibliotecários e auxiliares de biblioteca que trabalham na BSP sobre o papel da biblioteca no resgate da memória do Carandiru – realizou-se a aplicação de um questionário virtual com

---

<sup>13</sup> Em algumas ações foi criado e preenchido o campo “Link 2”, pois havia mais de uma página fazendo menção à mesma ação.

bibliotecários e auxiliares de biblioteca que trabalham na instituição. Gil (1991), em seu manual de “Como elaborar projetos de pesquisa”, apresenta três técnicas de pesquisa baseadas na interrogação: o questionário, a entrevista e o formulário. O questionário consiste em um instrumento de pesquisa elaborado previamente pelo pesquisador, e cujas perguntas são respondidas, por escrito, pelo participante. O questionário é um instrumento barato e rápido para obtenção de informação e, ainda, possui a possibilidade de manter o anonimato de quem responde. A princípio, esse objetivo seria cumprido com a utilização da entrevista, como método de coleta de dados. Entretanto, tendo em vista a necessidade de se manter o isolamento social resultante da pandemia da COVID-19, optou-se pela entrevista online. Contudo, a BSP se dispôs a responder ao questionário, sendo esse o método de coleta selecionado. O questionário foi enviado para a instituição está disposto no Apêndice A.

Os dados obtidos a partir da pesquisa documental e dos questionários foram tratados com base na análise de conteúdo (AC). Segundo Bardin, a análise de conteúdo é

[...] um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e *objetivos* de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2007, p. 37).

A análise de conteúdo pode ser utilizada tanto para a comunicação escrita, como oral, em códigos linguísticos ou iconográficos, em comunicação de uma ou mais pessoas. “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).” (BARDIN, 2007, p. 34).

A AC pode ser utilizada em pesquisas de natureza qualitativa, uma vez que se estabelecem categorias-chaves para resumir o que está sendo expresso em uma comunicação e, a partir delas, fazer a interpretação do que se está comunicando. Bardin (2007) classifica a análise de conteúdo em três etapas:

1. Descrição: a enumeração das características do texto, resumida após tratamento;
2. Inferência: o procedimento que permite a passagem, explícita e controlada, de uma etapa a outra;
3. Interpretação: a significação concedida às características enumeradas na etapa 1.

Por fim, os aspectos relacionados com os métodos e técnicas de pesquisa utilizados podem ser observados de forma esquemática no Quadro 3.



**Quadro 3** - Métodos de pesquisa e técnicas para análise e coleta de dados a partir dos objetivos específicos

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Método de pesquisa</b>	<b>Fonte dos dados</b>	<b>Técnica para análise de dados</b>
Levantar e analisar os documentos sobre o processo de criação da BSP	Pesquisa documental (editais, leis e decretos)	- Site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - Site da Câmara Municipal de São Paulo - Site da Imprensa Oficial; - Site oficial da BSP - Site do Parque da Juventude	Análise de conteúdo
Discutir os conceitos de memória e esquecimento no contexto de criação da BSP	Pesquisa documental (editais, leis e decretos)	- Site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - Site da Câmara Municipal de São Paulo - Site da Imprensa Oficial - Site oficial da BSP - Site do Parque da Juventude	Análise de conteúdo
Analisar, nas ações promovidas pela BSP, aquelas que remetem ao massacre do Carandiru	Pesquisa documental (ações desenvolvidas pela BSP)	- Site oficial da BSP	Análise de conteúdo
Analisar a percepção dos bibliotecários e auxiliares de biblioteca que trabalham na BSP sobre o papel da biblioteca no resgate da memória do Carandiru	Questionário	- Bibliotecários e auxiliares de biblioteca que atuam na BSP	Análise de conteúdo

**Fonte:** Elaboração própria.

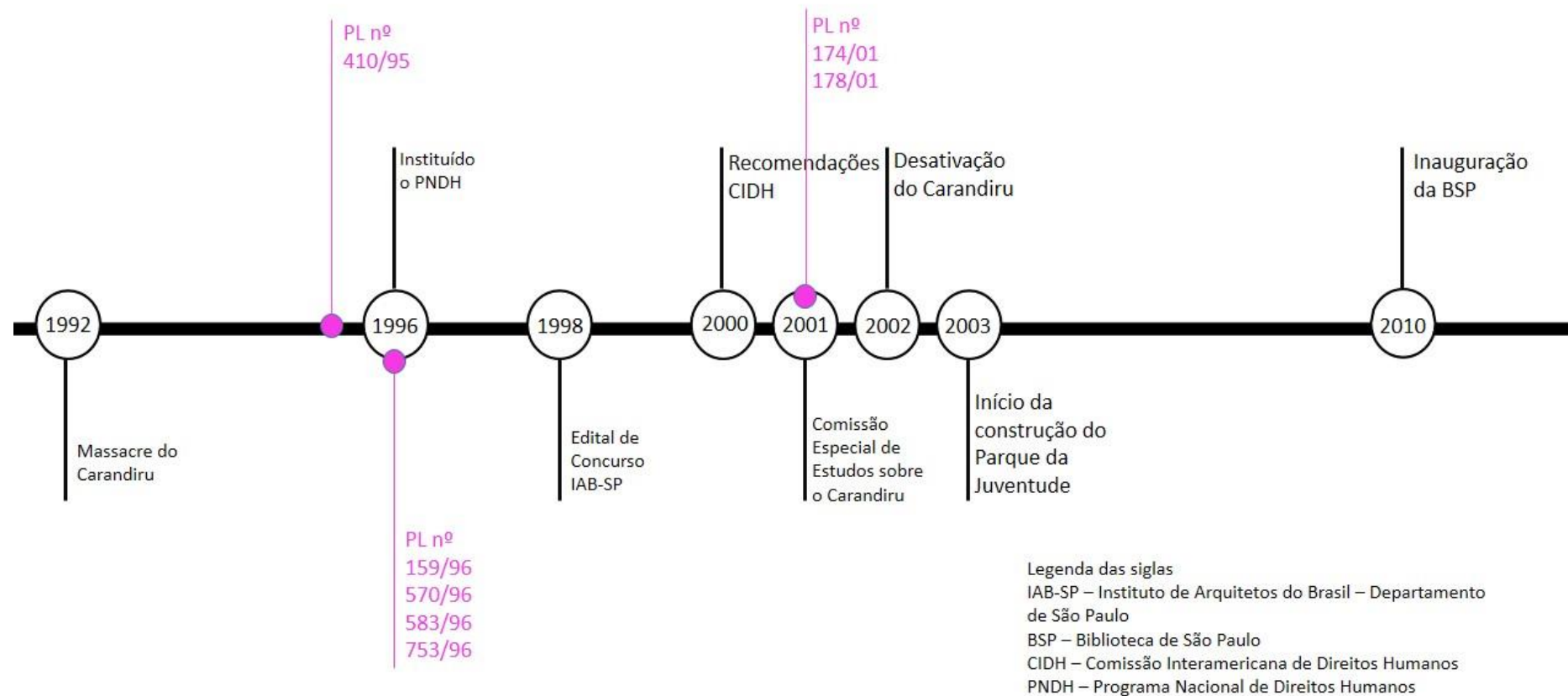
## **4 RESULTADO E ANÁLISE**

### **4.1 Documentos sobre o Processo de Criação da BSP: o Espelho da Tensão entre a Memória e o Esquecimento**

O massacre do Carandiru ocorreu em outubro de 1992, depois de uma briga entre detentos, mas estudos mostram que o Complexo se encontrava em uma situação de sucateamento e superlotação (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2000; BORGES, 2016). A partir do ocorrido, começaram a ser expostas as preocupações em desativar o presídio, tanto nas esferas municipal e estadual, como também nas esferas federal e internacional, todas elas pensando em resguardar os direitos humanos que foram e estavam sendo violados. Após 10 anos do massacre, o governo do Estado de São Paulo optou por desativar o Complexo e implementar um parque público no lugar.

Para analisar os documentos que envolvem o processo de criação da BSP, e, logo, os documentos que envolvem a desativação do Carandiru, optou-se por fazer a análise em ordem cronológica. Para acompanhar a análise e situar os eventos, foi sistematizada uma linha do tempo (Figura 1 – Linha do tempo dos documentos de criação da BSP).

**Figura 1** - Linha do tempo documentos de criação da BSP



**Fonte:** Elaboração própria.

As discussões sobre a desativação do Complexo envolviam, principalmente, a questão do zoneamento<sup>14</sup> do espaço. O zoneamento é um instrumento utilizado para dividir, em áreas, os usos e as ocupações do solo. O Carandiru estava localizado em uma zona classificada como Z8-003, área de uso especial, na qual eram permitidas apenas atividades de uso E3 e E4. A categoria E3 é destinada a atividades de educação, de lazer e cultura, de assistência social e de culto. A categoria de uso E4 inclui usos como aeroportos, estações de tratamento, estações de telecomunicações, heliportos, monumentos históricos, parques de animais selvagens, parques ornamentais e de lazer, parques públicos, penitenciária, quartéis e outros.

A partir de 1995, Câmara Municipal de São Paulo começou uma discussão sobre a mudança de zoneamento da área do Carandiru. Foi apresentado o Projeto de Lei nº 410, de 1995, que propunha a mudança de zoneamento da área para uma zona de uso misto Z4 de densidade demográfica média-alta, isto é, poderia ser edificada até três vezes e meia a área do lote. Essa área é destinada a atividades típicas de centros urbanos, inclusive sendo permitido o uso residencial. Este Projeto de Lei, encabeçado pelo Vereador Faria Lima, foi arquivado.

Além disso, na época, o governador de São Paulo, Mário Covas, já havia se manifestado sobre a intenção de desativar o Carandiru, sendo que o “[...] projeto inicial para o Carandiru previa diretrizes de preservação e a implantação de parque público, mas também a possibilidade de venda de parte da área para o setor privado, como aporte de recursos” (SÃO PAULO, 2001b, p. 2), os quais seriam utilizados para a construção de novos presídios.

Em maio de 1996, foi instituído, pelo governo federal, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), por meio do Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996. O Programa foi criado para ser um guia a pautar as ações do governo para um país “mais justo”. Uma das metas de longo prazo do PNDH I era “incrementar a desativação da Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru), e de outros estabelecimentos penitenciários que contrariem as normas mínimas penitenciárias internacionais.” (BRASIL, 2009, p. 189). A mesma meta foi incluída em 2002<sup>15</sup>, no PNDH II, o que indicava a preocupação do Governo Federal em promover os direitos humanos em penitenciárias brasileiras.

Também em 1996, foram apresentados à Câmara Municipal de São Paulo quatro Projetos de Lei relacionados à mudança da área do Carandiru, os quais foram, posteriormente, todos arquivados. O Projeto de Lei nº 159, de 1996, do Vereador Maurício Faria, propunha que parte da área do Carandiru continuasse destinada a zona Z8-003, para a construção de parque

---

<sup>14</sup> Para mais informações sobre as classificações de zoneamento, ver em:  
<http://www.prodiam.sp.gov.br/sempla/zone.htm>.

<sup>15</sup> Nesse mesmo ano começou o processo de desativação do Carandiru e implosão dos pavilhões 6, 8 e 9.

público e uso institucional e o restante mudasse para zona Z4. Já o Projeto de Lei nº 570, de 1996, proposto pela Bancada do PSDB, também permitia o uso diverso, com exceção do uso industrial do espaço, e tinha como exigência a canalização e abertura de via ao longo do córrego Carandiru, enquanto o restante dos lotes teria aproveitamento semelhante aos de zona Z4.

O terceiro projeto desse ano, do Vereador Nelo Rodolfo, PL nº 583, de 1996, propunha a alteração de zoneamento de Z8 para Z16, zona de lazer, que poderia ter construções correspondentes a 30% do lote. O objetivo dessa zona é permitir o acesso a margens de represas por meio da construção de restaurantes, serviços de aluguel de barcos e outros. Contudo, as audiências públicas<sup>16</sup> desse projeto tiveram relevante participação da população, que tinha um consenso quanto à necessidade de uma nova destinação para a área:

As audiências públicas realizadas sobre o projeto de Lei 583/96 enfatizaram a necessidade de discutir com a população uma proposta para área, ou até de plano diretor para o bairro, destacando-se sempre a importância de criar centros de lazer e um parque público na região. O movimento ambientalista da zona norte tornou clara sua luta para integração do local como área de cultura e de lazer, de modo que o custo social da presença do presídio ao longo de 45 anos fosse agora indenizado para **uso cultural coletivo. Há um consenso público quanto à redefinição do uso.** (SÃO PAULO, 2001b, p. 4, grifo nosso).

O quarto projeto de lei de 1996, o PL nº 753, de 1996, proposto pelos Vereadores Brasil Vita, Miguel Colasuonno e Nelo Rodolfo, apresentava as mesmas ideias do projeto anterior, transformar a área em zona Z16.

Em meio às discussões da Câmara Municipal, em outubro de 1998, foi lançado o Edital de Concurso Público de Proposta de Plano Diretor de Uso e Ocupação da Área de Edificação para a destinação do espaço do Carandiru pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo em parceria com a Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP) e o Instituto de Engenharia (IE). O edital fazia um breve histórico do Complexo, apontando a futura desativação, e descrevia a área que seria objeto do projeto, mencionando o córrego Carajás, que atravessa a área, além de fazer menção ao zoneamento do local, zona Z8-003. O edital também especificava que o trecho de Mata Atlântica, presente na área, deveria ser preservado e melhorado com plantios adequados.

A SAP pretendia que a área do Carandiru fosse “[...] destinada integralmente para usos públicos e institucionais” (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 1998, p. [7]),

---

<sup>16</sup> As audiências públicas de 1996 não estão disponíveis no *site* da Câmara Municipal. Foram, então, solicitadas mais informações sobre a audiências da época no *site* da instituição, contudo não se obteve respostas.

incluindo área para recreação e lazer. O item 3 do edital determinava que fossem mantidas as edificações:

1. parte da Casa de Detenção, com a implosão dos Pavilhões 8 e 9, situados na parte contígua ao Córrego Carajás;
2. parte da Penitenciária do Estado: a Administração e o primeiro pavilhão;
3. a antiga Casa do Diretor, hoje ACADEPEN;
4. parte das muralhas como testemunho histórico das antigas funções. (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 1998, p. [7]).

O edital previa que os edifícios remanescentes deveriam abrigar um Centro de Estudos e Ensinos com o tema do trabalho, enquanto o restante das edificações deveria ser demolido. Foi especificado que os pavilhões 8 e 9 fossem demolidos por estarem situados próximos ao Córrego Carajás. Vale ressaltar que o pavilhão 9 foi onde aconteceu o massacre de 1992. Estabelecer a implosão de um local onde aconteceu um massacre de detentos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, detentos, esses, que eram tutelados por esse mesmo Estado, é uma maneira de silenciamento da memória do acontecimento (BORGES, 2016). Apesar dessa promoção explícita do silenciamento do massacre, o trecho a seguir também demonstrava uma preocupação em preservar uma parte da história. O item 3.4 determinava que parte das muralhas fossem preservadas.

Dentro do Parque, um dos únicos vestígios que restam da estrutura física do Carandiru, a muralha de pedra de 600 metros que permitia que os agentes vigiassem os presos, aparece dissociada da história do lugar e da dimensão da tragédia ali ocorrida. Tomada apenas pela curiosidade que desperta, as ruínas da antiga Casa de Detenção geram uma espetacularização que não estabelece uma conexão entre o passado e o presente (BORGES, 2016, p. 18).

No final do edital, havia um trecho que remetia a postura de transformação simbólica tomada pelo Estado: “assim, segundo a própria SAP, a área que foi, até hoje, de exclusão social passará a ser uma área de inclusão e integração social” (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 1998, p. [7]).

O vencedor do concurso foi o projeto desenvolvido pela equipe do arquiteto Roberto Aflalo, o segundo lugar foi o projeto da equipe do arquiteto Paulo Bastos e o terceiro foi o da equipe do arquiteto Mário Biselli. “Em todas elas [as propostas], a área é transformada em grande parque, convivendo com atividades culturais, educacionais e de lazer.” (SÃO PAULO, 2001b, p. 4). Os projetos arquitetônicos não estão disponíveis para consulta, mas foi possível localizar algumas informações sobre os três primeiros projetos vencedores.

No *site* do escritório Aflalo/Gasperini há uma breve explicação sobre o projeto apresentando no concurso. A proposta “[...] incluía a remodelação de dois conjuntos de edifícios

existentes nas extremidades da gleba, ligados por um parque com momentos distintos, sendo um composto por quadras e equipamentos esportivos e outro voltado ao lazer passivo e à contemplação.” (AFLALO/GASPERINI ARQUITETOS, 1999a). Além disso, o *site* informa que a BSP foi um “projeto-piloto para as bibliotecas do Estado” (AFLALO/GASPERINI ARQUITETOS, 1999b) e dá um destaque a BSP, explicando sua construção.<sup>17</sup>

As informações sobre a proposta de Paulo Bastos foram localizadas na dissertação de Pedro Henrique Rodrigues, sendo que o projeto também pretendia implementar um parque com um centro de eventos culturais e de negócios, um hotel-escola, um centro de qualificação de recursos humanos, um lago, a partir da interceptação do Córrego Carajás, um centro esportivo e um mirante. Além disso, o projeto previa que “um pavilhão teria a demolição completa da sua parte interna e a construção de um grande espelho d’água e o outro abrigaria um museu do sistema prisional, incluindo um espaço testemunhal das celas originais.” (RODRIGUES, 2008, p. 197). Ademais, em sua dissertação, Rodrigues também realizou uma entrevista com Paulo Barros, que demonstrou a preocupação em contextualizar o local de forma que fosse preservada a memória:

A nossa proposta incluiu **a questão da contextualização do papel** dessa área, não isoladamente, e sim quando comparece com uma outra função, reequipando a cidade, pois tem uma série de condições para isso, e de como se agrega a dimensão simbólica a essa questão, **para não se deixar fugir a memória do passado**, que está carregado de símbolos importantes de se manter. (PAULO BARRO - RODRIGUES, 2008, p. 196, grifo nosso).

O escritório do arquiteto Mario Biselli apenas informou, por *e-mail* enviado para autora desta pesquisa (ANEXO B), que o projeto do escritório não previa uma biblioteca e que eles focaram no projeto urbano e no paisagismo.

Os três projetos vencedores foram apresentados nas reuniões e nas audiências públicas realizadas pela Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente para as discussões do Projeto de Lei nº 583, de 1696 (SÃO PAULO, 2001b). Esse Projeto de Lei previa a mudança para um zoneamento que não permite as atividades de caráter institucional, não se enquadrando ao edital e as propostas realizadas.

Em 2000, o Brasil foi condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) por ter violado os direitos à vida, à integridade pessoal, ao devido processo e à proteção judicial e por não ter adotado medidas que impedissem situações de violência. A CIDH

---

<sup>17</sup> Para mais informações ver em: AFLALO/GASPERINI ARQUITETOS. **Biblioteca de São Paulo**. São Paulo, 1999b. Disponível em: <http://aflalogasperini.com.br/blog/project/biblioteca-de-sao-paulo/>. Acesso em: 5 maio 2021.

recomendou ao Brasil que fosse realizada uma investigação completa, imparcial e efetiva para identificar e processar os responsáveis, uma identificação das vítimas para que as famílias fossem indenizadas, além de recomendar o desenvolvimento de políticas públicas para redução da população carcerária e treinamentos para os carcereiros e policiais para não usar violência e, também, punir os culpados (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2000).

A CIDH começou a investigar o caso do Carandiru, em 1994, depois de receber uma petição da *Human Rights Watch*, do CEJIL e da Comissão Teotônio Vilela contra o Estado Brasileiro. Entre 1994 e 1999, a CIDH solicitou documentos e informações complementares tanto para os peticionários como para o Estado brasileiro para esclarecimento dos fatos, além de realizar audiências para que fossem encontradas soluções amistosas.

As investigações da CIDH resultaram no Relatório nº 34, de 2000, que foi entregue ao Estado brasileiro no mesmo ano, porém, a CIDH não recebeu nenhuma resposta. Em 2016, a CIDH voltou a cobrar do Brasil, tanto do Governo Federal como do Governo Estadual, explicações sobre o não pagamento de indenizações aos parentes das vítimas do massacre do Carandiru (STABILE, 2016).

Em 2001, foram apresentados à Câmara Municipal de São Paulo dois Projetos de Lei. O PL nº 174, 2001, do Vereador William Woo, propunha que 35% da área fosse transformada em parque público, 5% em área institucional, semelhante ao PL 159/96. Quanto ao restante da área, o Vereador recomendava que fosse transformado em Z2, isto é, zona de uso predominantemente residencial. O PL nº 178, de 2001, do Vereador Beto Custódio, propunha a criação da Universidade Popular do Município de São Paulo, a qual utilizaria a edificação do Carandiru. Esse foi o único projeto que falou em manter as edificações.

Em abril de 2001, foi criada, na Câmara Municipal de São Paulo, uma Comissão Especial de Estudos para fixar os parâmetros de ocupação futura da área correspondente ao Carandiru, tendo o vereador Erasmo Dias como presidente e a vereadora Aldaíza Sposati como relatora. A Comissão foi criada com o objetivo de estudar a destinação da área e uma possível mudança de zoneamento, visto que a mídia estava divulgando a desativação do Carandiru e não se sabia, ainda, qual seria a destinação da área.

O Relatório Final da Comissão Especial de Estudos Sobre o Carandiru (SÃO PAULO, 2001b) expôs que passados três anos da realização do concurso de ideias, ainda, não se tinha medidas efetivas para a mudança da área. A Comissão fez uma análise geral do terreno, descrevendo a sua localização e acessibilidade, os empreendimentos comerciais e institucionais de grande porte que estavam por perto, as instalações – inclusive demonstrando interesse em



preservar o edifício sede da Penitenciária do Estado do escritório Ramos de Azevedo – e a área de Mata Atlântica preservada. Para realização do estudo, a Comissão escutou órgãos municipais e estaduais envolvidos<sup>18</sup>, a população moradora da região (Movimento Defesa São Paulo, Conselho Comunitário Santana/Tucuruvi), o IAB – SP e o arquiteto Roberto Aflalo, vencedor do concurso de ideias de 1998.

Todas as reuniões realizadas pela Câmara Municipal de São Paulo para discutir a destinação da área do Carandiru falavam na preservação da área da Mata Atlântica e do edifício da Penitenciária do Estado. Além disso, a Comissão Especial de Estudos sobre o Carandiru também chegou ao consenso de que a área deveria ser mantida como uso institucional, sendo essa uma vontade manifestada, inclusive, pelos moradores da região. “Os representantes da comunidade que compareceram à reunião da Comissão expressaram essa mesma posição [utilização da área para o uso institucional], entendendo que qualquer mudança de orientação irá ferir uma intenção adequada de utilização.” (SÃO PAULO, 2001b, p. 7).

A Comissão Especial de Estudos Sobre o Carandiru (2001) manifestou, ainda, a importância do concurso de IAB – SP para orientar a proposta de ocupação da área. “Na época da realização do Concurso Nacional de Ideias para o Carandiru, o IAB/SP promoveu discussões<sup>19</sup> com a comunidade, que sempre colocou-se favoravelmente à utilização da área para o uso institucional, diretriz essa que fazia parte do Edital do concurso” (SÃO PAULO, 2001b, p. 7). Por meio do relatório, é possível perceber que a comunidade, em vários momentos, demonstrava interesse em modificar aquele cenário.

A Comissão concluiu que as várias partes envolvidas (setores do Estado e da comunidade) demonstraram que a melhor utilização da área seria a construção de um parque público que permitisse a implementação de medidas socioculturais, sendo indesejável a ocupação por edifícios residenciais e/ou comerciais (SÃO PAULO, 2001b). Além disso, estabeleceu algumas diretrizes para serem observadas:

1. a preservação do patrimônio ambiental, representado pela cobertura vegetal existente, com criação de parque;
2. o tratamento de drenagem;

---

<sup>18</sup> Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado de São Paulo, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT, Departamento Patrimonial da Secretaria de Negócios Jurídicos, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEMPLA, Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura- DPH/SMC, Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA.

<sup>19</sup> O IAB-SP informou por *e-mail* que não tem registros dessas discussões.

3. a preservação do patrimônio histórico e cultural, em especial dos edifícios projetados por Ramos de Azevedo, a partir do pronunciamento do CONDEPHAAT E COMPRESP;
4. privilegiar a implantação de programas socioculturais, em parceria com instituições públicas como SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE;
5. harmonização e interligação com o entorno e atividades circunvizinhas;
6. reforçar o impedimento de utilização para fins habitacionais, comerciais ou de serviços;
7. exclusão de qualquer aproveitamento de áreas edificadas no campo penitenciário. (SÃO PAULO, 2001b, p. 8).

Do excerto se depreende que a Comissão estava preocupada em preservar a Mata Atlântica remanescente e o edifício sede da Penitenciária do Estado, projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo, e também com a mudança de zoneamento da área, deixando claro que o uso deveria continuar sendo institucional. Outro receio foi com relação ao córrego existente na área.

Em março de 2001 foi extinta a Casa de Detenção de São Paulo, por meio do Decreto nº 45.702, de 12 de março de 2001, e em setembro de 2002, ficaram extintas as Penitenciárias Carandiru I, II e III, por meio do Decreto nº 47.091, de 16 de setembro de 2002. No mesmo ano os pavilhões 6, 8 e 9 foram implodidos. Em uma reportagem de Carlos Maglio para o canal televisivo SBT<sup>20</sup>, o engenheiro Manoel Jorge Dias, responsável pela implosão dos pavilhões, considerou a implosão um sucesso, tendo em vista o anseio que o lugar trazia para toda população (IMPLOSÃO..., 2002). Geraldo Alckmin, governador do Estado de São Paulo na época, também considerou um sucesso a implosão, acrescentando que o Carandiru: “morreu como viveu, sem deixar saudades e boas lembranças. Agora é olhar para frente. Olhar para a Juventude” (IMPLOSÃO..., 2002), apagando totalmente o passado, a fim de estabelecer uma nova memória. Vale ressaltar que “destruir parte das edificações de um espaço prisional que por quase cinquenta anos foi considerado o maior da América Latina, cenário de um massacre conhecido nacional e internacionalmente, evidencia uma tentativa de silenciamento.” (BORGES, 2016, p. 17).

Em 2003 foi iniciada a construção do Parque da Juventude. Em 2004, o terreno foi transferido para a Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, por meio do Decreto nº 48.710, de 09 de junho de 2004. Em 2010, foi criada a BSP, por meio do Decreto nº 55.319, de 05 de janeiro de 2010, com a finalidade de incentivar a leitura.

---

<sup>20</sup> Para assistir a reportagem ver em: IMPLOSÃO do Carandiru. São Paulo: SBT, 2002. 1 vídeo (4:57min.). Publicado pelo canal televisivo SBT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b-CWpdd8fyU>. Acesso em: 26 maio 2021.

Art. 3º Para a consecução de sua finalidade, a Biblioteca de São Paulo constituir-se-á em centro irradiador dos programas e projetos de leitura para o Estado de São Paulo, cabendo-lhe na área de atuação que lhe é própria:

I - oferecer serviços à população para estimular e fortalecer o gosto pela leitura;

II - promover atividades de capacitação para as equipes que atuam nas bibliotecas públicas municipais integrantes do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo;

III - integrar a biblioteca ao cotidiano da Metrópole, estimulando a frequência da população local e de outros visitantes. (SÃO PAULO, 2010a, [sem página]).

A BSP não foi criada com a intenção de manter viva a memória do Carandiru ou de trabalhar de alguma forma o massacre, o que reforça a ideia de ressignificação do local. Vale ressaltar que o *site* da BSP não faz nenhuma menção ao massacre ou associação do Carandiru ao seu espaço físico. Além disso, não é disponibilizado no *site* nenhum documento de criação da BSP. O mesmo acontece no *site* do Parque da Juventude, que também não faz menção ao massacre, nem disponibiliza documentos referentes à criação daquele espaço. Consta apenas uma afirmação sobre o lugar ser fruto de um ato simbólico do Estado para tirar o estigma de violência do lugar: “[...] a construção de um parque cultural no local do Carandiru foi considerada um ato simbólico por parte do Governo do Estado no sentido de livrar o local do estigma de violência” (SÃO PAULO, 2018c). Esta afirmação demonstra a vontade do Estado em silenciar/apaziguar o que foi o Carandiru e o massacre de 1992.

A destruição de um passado ruim e, em troca, a construção de um parque público que traz esperança para a comunidade e opções de cultura e lazer muda completamente as relações sociais e culturais do local. Criar um espaço que visa dar acessibilidade, educação, cultura, lazer e esporte para a população é uma obrigação do Estado. Os prêmios que a BSP já ganhou e concorreu ao longo dos 10 anos de instituição demonstram que a Biblioteca cumpre com seu papel. Ademais, os números apresentados no *site* da Biblioteca também mostram que a instituição é sempre frequentada e que promove diversas ações para os mais variados públicos. Contudo, criar um espaço de inclusão social em um espaço físico que foi marcado por violência, violência essa promovida pelo próprio Estado, sem proporcionar algum tipo de reflexão sobre isso, demonstra um descaso com a memória do lugar e das vítimas, refletindo o poder de quem pode definir as políticas de memória (ARAÚJO, SANTOS, 2007; CRIPPA, 2018; POLLAK, 1989).

Dos documentos analisados para este trabalho, apenas o Edital do Concurso de Propostas do IAB-SP de 1998 fala na preservação da memória do local. Os documentos, como o relatório da CIDH e o PNDH I, demonstraram uma preocupação com os direitos humanos

que foram violados no massacre do Carandiru e que continuaram sendo violados, tendo em vista que o Complexo continuava em uma situação de calamidade. A CIDH também se mostrou preocupada com a indenização dos familiares das vítimas do massacre. Além disso, o Edital do IAB-SP e o Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre o Carandiru da Câmara Municipal de São Paulo se mostraram preocupados, principalmente, com quatro aspectos: a preservação da Mata Atlântica, a preservação do edifício da Penitenciária do Estado, o córrego que passa pela região, e em manter a área para uso institucional, tendo como ideia principal a construção de um parque público. Essa última preocupação transparecia, também, na preocupação da comunidade, que tinha, como vizinho, um complexo penitenciário abandonado pelo Estado.

Lidar com o binômio lembrar/esquecer não é fácil, ainda mais em situações de traumas e violência, visto que a lembrança pode causar reações negativas no indivíduo que sofreu as situações traumáticas (ARAÚJO; SANTOS, 2007). Contudo, o esquecimento não é apenas uma dádiva para quem sofreu (ARAÚJO; SANTOS, 2007), é também uma demonstração de poder de classes dominantes (LE GOFF, 2003; ARAÚJO; SANTOS, 2007; CRIPPA, 2018).

Apagar a memória de um acontecimento traumático é não reconhecer o que aconteceu e possibilitar que fatos semelhantes voltem a ocorrer. É importante ressaltar que depois do Carandiru, voltaram a ocorrer massacres de presos em penitenciárias brasileiras: 56 mortos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus (2017), 62 mortos no Centro de Recuperação Regional de Altamira, em Altamira, no Pará (2019) e 55 mortos em quatro penitenciárias do estado do Amazonas (2019). Assim como esses massacres ainda recentes, a memória do massacre e do Carandiru não deve ser esquecida, justamente para que não volte a se repetir (ARAÚJO; SANTOS, 2007). Além de preservar a memória desses acontecimentos é preciso também discutir pedagogicamente esses acontecimentos com a população, para que haja uma conscientização social. Uma forma de trabalhar pedagogicamente o lugar traumático é tratando-o como um sítio de consciência.

O massacre foi um fato que ocorreu, e tentar apagar sua memória não faz com que ele deixe de existir, pois esquecer não necessariamente apaga a memória (SOUSA, 2020), visto que o esquecimento também faz parte da memória (RICOEUR, 2007). Embora as tentativas de apagamento já tenham ocorrido com a implosão do Complexo e a mudança de destinação do espaço físico, tanto o Parque como a BSP podem promover ações para que o Carandiru e o massacre não sejam esquecidos. Isso deve ser contemplado, principalmente, pela BSP que, como biblioteca pública, tem por função social ser um lugar de acesso ao conhecimento e de formação crítica do leitor (IFLA/UNESCO, 1994). Além das ações, a BSP pode também disponibilizar para livre acesso os documentos que possuem relação com a desativação do

Carandiru e a criação do Parque da Juventude, como forma de recordar e recriar a situação de violência ocorrida no local (ARAUJO; SANTOS, 2007).

#### **4.2 As Ações Informativas da BSP**

A BSP é uma biblioteca pública que desenvolve o conceito de biblioteca viva, isto é, possui um espaço físico que disponibiliza os mais variados suportes informativos e promove ações para os mais variados públicos, considerando suas necessidades.

De 02 de julho de 2011 a setembro de 2020 foram registradas no *site* da BSP 1.977 ações. A Tabela 1 contém o número de ações por ano, o total de cada ação ao longo dos nove anos e o soma de todas elas.

Tabela 1 - Número de ações por ano

	<b>Número de ações</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>Total</b>	<b>Sobre o Carandiru</b>	
	Oficinas	21	17	14	13	24	42	66	22	37	19	275	2	
	Cursos	4	2	2	4	4	16	28	11	13	6	90	-	
	Projetos	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	
	Clube de leitura	11	9	12	13	12	12	12	5	7	1	94	-	
	Clube do audiolivro	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	
	Segundas intenções	7	8	8	10	10	10	10	11	6	6	86	3	
	Hora do conto	4	8	2	1	8	16	12	14	11	7	83	-	
	Sarau	3	11	8	-	3	10	13	3	8	4	63	-	
	Luau	2	7	2	2	12	45	22	-	-	-	92	-	
Ações	Lê no ninho	2	9	1	1	4	11	12	7	3	-	50	-	
	Pintando o 7	1	7	5	-	11	46	48	24	3	-	145	-	
	Leitura ao pé do ouvido	1	10	-	-	13	41	53	19	2	-	139	-	
	Brincando e aprendendo	1	7	5	-	12	43	49	12	-	-	129	-	
	Xadrez p/ todos	2	15	1	-	6	24	25	11	8	1	93	-	
	Domingo no parque	5	22	8	2	21	47	43	-	-	-	148	-	
	Pontos MIS	2	5	3	-	4	-	-	-	-	-	14	-	
	Outros	9	60	21	9	20	48	65	82	96	96	58	468	3
		<b>Total</b>											<b>1.977</b>	<b>8</b>

Fonte: Elaboração própria.

Das 1.977 ações, apenas 8 continham os termos descritores previstos para seleção. Essas ações estão relacionadas no Quadro 4.

**Quadro 4** - Ações informativas da BSP com termos descritores

ANO	AÇÃO INFORMATIVA
2020	Segundas Intenções: entrevista com o médico Drauzio Varela
	Oficina Online de Escrever Memórias em Contos, Diários, Cartas e Poesia, com Marina Lima Silva
2019	Exibição do documentário “O prisioneiro da grade de ferro”, dirigido por Paulo Sacramento
	Exibição do documentário “O cárcere e a rua”, dirigido por Liliana Sulzbach
	Jornada do Patrimônio
	Oficina: memória coletiva a partir de histórias de vida com Bianca Santana
2016	Segundas Intenções: entrevista com Fernando Bonassi
2012	Segundas Intenções: entrevista com Fernando Bonassi

**Fonte:** Elaboração própria.

Contudo, lendo o conteúdo dessas ações, apenas 5 tratavam, de fato, do Carandiru ou da história/memória do lugar. Dessa forma, as ações selecionadas para análise foram:

- Segundas Intenções: entrevista com o médico Drauzio Varela;
- Exibição do documentário “O prisioneiro da grade de ferro”, dirigido por Paulo Sacramento;
- Jornada do Patrimônio;
- Segundas Intenções: entrevista com Fernando Bonassi (2012, 2016).

#### 4.2.1 Segundas Intenções: entrevista com o médico Drauzio Varella

Em fevereiro de 2020, a BSP realizou uma programação especial em comemoração aos dez anos da instituição. Uma das atrações foi a entrevista com o médico Drauzio Varella, mediada pelo jornalista Manuel da Costa Pinto, responsável por mediar as demais entrevistas promovidas pela Instituição, intituladas de “Segundas Intenções”. A entrevista ocorreu no dia 9 de fevereiro na própria Biblioteca e foi transmitida pela plataforma digital YouTube, e encontra-se disponível para visualização no Facebook da instituição<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> Para acessar a entrevista, ver em: BIBLIOTECA DE SÃO PAULO. **Bate-Papo com Drauzio Varella #BSP10anos**. Organizador: Biblioteca de São Paulo. São Paulo: BSP, 2020b. 1 vídeo (129 min). Disponível em: <https://www.facebook.com/BSPbiblioteca/videos/2656175337982197>. Acesso em: 10 set. 2020.

Antes de começar a entrevista, foi exibido um vídeo de apresentação da BSP e da BVL, que também é gerida pela SP Leituras. O vídeo apresenta o depoimento de quatro usuários da instituição, além de fazer questão de mostrar que as duas instituições concorreram a prêmios internacionais. “Pela primeira vez duas bibliotecas públicas brasileiras são finalistas de prêmios internacionais, concorrendo ao lado de países com larga tradição de investimento em bibliotecas” (BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2020b). O vídeo, ainda, afirma que o diferencial dessas bibliotecas é o fato de ambas serem bibliotecas vivas, uma vez que ao possuírem além de um acervo diversificado (livros, CDs, revistas), elas também oferecem música, arte, teatro, espaço para trabalhar e estudar, oficinas de capacitação, acessibilidade, conforto e atenção para quem precisa.

O vídeo informa que a BSP foi construída no espaço que antes foi o Carandiru e que atualmente ela reflete “[...] a preocupação social e humana com quem as frequenta. São bibliotecas vivas, onde a prioridade é valorizar as pessoas, os seus saberes e a troca de experiências.” (BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2020c). Logo após a exibição do vídeo, o diretor executivo da SP Leituras, Pierre André Ruprecht, faz um discurso de abertura da entrevista, enfatizando que há duas histórias principais que envolve a BSP, a saber: a primeira é sobre a história do local que foi o maior presídio da América Latina, com uma “história dura e trágica” até a desativação e a construção da biblioteca. Fala ainda no simbolismo do lugar: “A força simbólica dessa transformação, de um enorme presídio em um espaço de luz, de leitura, de transformação, é uma das bandeiras da BSP.” (BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2020c). Seguindo, dessa forma, o mesmo discurso feito pelo governo da época da implosão dos pavilhões e que permanece até os dias atuais, a Biblioteca reproduz a ideia de Estado salvador, protetor e poupador.

Já a outra história que deu origem a BSP vem de dentro do mundo Bibliotecas Públicas. Por volta de 2008, levantou-se uma questão sobre qual seria o papel da biblioteca pública contemporânea. Depois de várias discussões, decidiu-se transformar a biblioteca em biblioteca viva. A BSP surge para ser uma biblioteca viva, um ambiente de transformação e de experimentação. Por meio dessa fala, é possível perceber que houve uma vontade por trás da criação dessa biblioteca para que ela se destaca-se das demais.

A entrevista foi selecionada para análise, pois o médico desenvolveu um trabalho no Complexo por treze anos, sendo um indivíduo ativo no contexto do Carandiru. O médico oncologista Drauzio Varella trabalhou na Casa de Detenção do Carandiru de 1989 até o ano de desativação, 2002. Começou como pesquisador do vírus HIV e continuou como médico voluntário. A partir da sua experiência na Casa de Detenção, publicou três livros sobre a



temática, sendo eles: “Estação Carandiru” (1999); “Carcereiros” (2012); e “Prisioneiras” (2017). Vale ressaltar que, na entrevista, os livros escritos pelo médico estão “em pé” em cima de uma mesa, logo à frente dele e do mediador, com destaque para os livros “Prisioneiras” e “Estação Carandiru”, como é possível ver na Figura 2. Isso pode sugerir que o assunto do massacre seria abordado em algum momento da entrevista.

**Figura 2** – Entrevista com Drauzio Varella nos 10 anos da BSP



**Fonte:** Captura de tela da entrevista com Drauzio Varella nos 10 anos da BSP (BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2020c).

O médico começa a entrevista falando dos sentimentos que aquele espaço causam nele: “Esse espaço gera sentimentos contraditórios em mim, porque eu tenho um pouco de saudade daquela cadeia que existia aqui” (VARELLA - BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2020c). Nessa fala e em outros momentos, é interessante que o médico utiliza o advérbio “aqui” para se referir ao Carandiru, sendo que ele não está no Carandiru, mas sim na BSP. Percebe-se que o sentimento e o significado do que existiu ali ainda estão presentes, ao menos em Varella, por mais que o espaço e suas atribuições tenham sido totalmente modificados.

Drauzio Varella aborda a mudança de destinação daquele espaço: “[...] é muito interessante ver como existia um lugar que a sociedade usava para punir as pessoas que se comportavam mal, e, de repente, um espaço de punição e de privação da liberdade vira uma biblioteca, que é um centro de irradiação da liberdade.” (VARELLA - BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2020c).

Um ponto relevante da entrevista é quando o mediador questiona se alguém irá perguntar sobre o massacre, porque falar desse assunto é como a música que um cantor não pode deixar de cantar em um show, se ninguém a fizer, ele mesmo fará. A pergunta veio de um senhor, que não se apresentou, mas disse que fez parte da equipe que ganhou o edital de propostas para a destinação do Carandiru. O senhor falou que o segundo lugar do concurso de destinação da área do Carandiru propôs um projeto de memorial, no qual colocariam no chão as marcas dos corpos encontrados. Com isso, o senhor questionou se o médico achava melhor aquele espaço como estava hoje ou um memorial. Nas palavras dele:

Eu queria falar um pouco sobre a decisão final da construção desse espaço, porque ele nasceu basicamente em função do massacre. Quando a Secretaria Penitenciária resolveu desativar os edifícios, ela convocou um concurso nacional para definir o uso do parque. Eu participei desse concurso, a equipe da qual eu participava foi a vencedora do concurso. Nós adotamos como tema a inclusão em todos os níveis, discutimos o fechamento do parque, discutimos o máximo possível da inclusão em todos os níveis. O segundo colocado nessa mesma competição foi um projeto absolutamente memorialista que não construía nada e demarcava no solo a área física do ‘cadeião’, inclusive, dos 111 corpos marcados no chão entre outras coisas. Ou seja, ele tinha um papel exclusivamente de denúncia, praticamente, era uma questão política. É curioso notar que os dois projetos finalistas, que chegaram na final, eram antagônicos. Um era construtivo, pensando em termos de longevidade e de inclusão e o outro era denunciante e memorialista até o final. O senhor mesmo coloca ‘sinto saudades daquele espaço’. O senhor acha que essa postura memorialista, de renovar constantemente o fato acontecido aqui, a situação acontecida aqui, faz sentido hoje em termos construtivos? (SENHOR VENCEDOR DO PROJETO DO PARQUE DA JUVENTUDE - BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2020c).

Varella começa falando que, com certeza, estava melhor dessa forma, que um memorial com os corpos não tinha sentido, pois a sociedade precisa seguir em frente. Nas palavras do médico:

Não, não acho. Quando eu digo que sinto saudades... todos os carcereiros que eu conheço, com os quais eu me reúno mensalmente até hoje, para tomar cerveja, todos sentem saudades. Como eu tenho saudades do tempo que eu estava na escola primária. A memória é traiçoeira, a gente só lembra coisa boa que aconteceu e esquece as tragédias. As piores coisas, as coisas mais horríveis que eu já vi na vida foram aqui. Gente esfaqueada, as coisas mais pavorosas que vocês podem imaginar. Coisas que eu nem gosto de lembrar, mas que voltam. Volta e meia aparecem, vem na memória essas imagens. Mas eu acho que o mundo vai para frente. Não dá pra ficar pensando agora no absurdo que foi o massacre, olha o absurdo que fizeram aqui, olha que tragédia. (VARELLA - BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2020c).

Então, o mediador o interrompe e coloca alguns questionamentos. Manuel da Costa Pinto fala que visitou vários lugares como o de Auschwitz e achava que era importante criar

memórias do que foi o Carandiru. Acrescentou ainda que sentia falta de terem preservado um pavilhão tal como ele era.

Drauzio, eu vou aproveitar essa pergunta, que ele participou do projeto. Mas, uma coisa que eu sinto falta como alguém que já visitou espaços memorialísticos em outros lugares, em outras cidades por aí, eu sinto falta de um pavilhão preservado tal qual. Aqui [e aponta para uma direção] há algumas celas, acho que duas ou três celas, que você pode ver como era. Inclusive você descreve no livro a substituição das camas de madeira por camas de alvenaria, que eram disputadas etc. Eu sinto/senti falta de um pavilhão, já que eram nove, inteiro para as pessoas entenderem como era a vida aqui dentro, não pelas mazelas, mas dentro do Complexo como um todo. Isso me incomoda um pouco [...]. Você que viveu isso intensamente não sente falta de uma memória mais viva? [...]. Ter preservado um tal e qual não teria uma função cautelar aquilo que deve ser evitado? Assim como as pessoas preservam os campos de concentração de Auschwitz na Alemanha [...] (PINTO - BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2020c).

Depois dessa colocação, Varella concordou com o jornalista e disse que sugeriu, na época da criação do Parque da Juventude, a manutenção de um pavilhão, mas que não foi escutado pelas autoridades na época. Disse ainda que a sociedade brasileira comete muitos erros e que deveria tê-los como exemplo para cometer novos erros e não os mesmos.

Essa foi a sugestão que eu dei para as autoridades na época. Tudo bem, derruba tudo, faz o que tiver que ser feito, transforma num parque, mas mantém um pavilhão, **porque a gente não pode esquecer**. É como os alemães, você usou o exemplo de Auschwitz. Tá lá do jeito que era. É importante saber como era. Amanhã você pega, hoje já você pega uma criança e olha como era uma cadeia no final do século XX, olha como isso aqui era organizado. **Que não é para repetir os mesmos erros outra vez**. Eu acho que o Brasil tem esse problema, fica repetindo os mesmos erros. Erros que já fizemos no passado, vimos que já não deu certo, já repetimos. Pra você pegar um exemplo, quando começou a AIDS, [falavam] tem que ter abstinência sexual, já viu que não deu certo. Passam-se vinte e tantos anos, trinta anos e começa tudo de novo. **Vamos fazer erros diferentes. Erros novos. Eu achei que tinha que preservar um pavilhão como você disse**. Agora, ficar preso nessa coisa do passado. Olha os corpos... Primeiro que não se sabe onde que estavam esses corpos, foram todos empilhados. O massacre é um absurdo, como história mesmo, e as consequências do massacre são mais absurdas que ele próprio. [...] (VARELLA - BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2020c).

Nesse sentido, deve-se preservar a memória de acontecimentos traumáticos para que eles não voltem a acontecer (ARAÚJO; SANTOS, 2007). O médico continua falando sobre o dia do massacre, que havia acabado de sair da Casa de Detenção quando soube que começou a rebelião. Ao ser questionado sobre o SUS (Sistema Único de Saúde), Drauzio Varella finaliza a entrevista falando sobre os papéis e a importância desse Sistema para sociedade brasileira,

ressaltando que nenhum outro país no mundo com mais de 100 milhões de habitantes oferece serviço de saúde gratuito.

#### 4.2.2 Exibição do documentário “O prisioneiro da grade de ferro”

O documentário “O prisioneiro da grade de ferro” surgiu após uma oficina de cinema no Carandiru. Lançado em 2003 e dirigido por Paulo Sacramento, recebeu vários prêmios em festivais nacionais e internacionais de cinema<sup>22</sup>. Ao longo dos 123 minutos, os próprios presos filmam parte das cenas, mostrando para as câmeras o cotidiano na vida carcerária. O documentário começou a ser gravado 7 meses antes da implosão dos pavilhões, de 2001 a 2002. Por ser um registro dos próprios presos, os outros que estão sendo filmados validam o ato.

No documentário, o médico Drauzio Varella aparece conversando/atendendo alguns detentos. Um deles elogia o seu trabalho, dizendo que se tivessem mais médicos como ele, a prisão seria muito diferente. Além disso, afirma que Varella é um médico humanizado, pois os examina tocando neles e sem “nojo”.

Outro ponto relevante do documentário é que apenas um dos presos toca no assunto do massacre. Pessoas que viveram situações de extrema violência e/ou situações traumáticas podem não tocar no assunto por terem simplesmente a vontade de esquecer (ARAÚJO; SANTOS, 2007) ou por ter medo de falar sobre o assunto (POLLAK, 1989). A partir disso, pode-se pensar que, de certo, modo os prisioneiros não queriam tocar na temática do massacre, seja por medo de sofrer qualquer tipo de represália ou por ser traumatizante relembrar e falar sobre o que aconteceu, principalmente, pelo fato de ser uma memória “recente”. Sendo assim, situações como a do Carandiru são episódios únicos que revelam contradições que permeiam a complexidade da memória: recuperar a memória do que aconteceu pode ser tão “massacrante” quanto deixa-la se perder no tempo.

Contudo, o fato dessa cena ter sido registrada por meio da imagem em movimento em um vídeo, possibilita que esses registros sejam acessados e assistidos ao logo dos tempos. Ademais, sem dúvidas, a exibição do documentário “O prisioneiro da grade de ferro” na BSP é uma forma de manter a memória do Carandiru viva e presente para as pessoas que frequentam

---

<sup>22</sup> A saber: "Prêmio da Crítica como Documentário Longa Metragem em 35mm", em 2003, no 31º Festival de Gramado; "Melhor Documentário - Competição Nacional" e "Melhor Documentário - Competição Internacional", em 2003, no Festival é Tudo Verdade; "Prêmio Especial do Júri", em 2003, no Festival Rio; "Melhor Documentário", no 7º Festival de Málaga, na Espanha; "Melhor Documentário - Opera Prima", em 2004, no 8º Festival Internacional Latino-Americano de Cinema de Los Angeles.

a BSP. É uma forma de transmitir informações sobre como funcionava e como era o Complexo Penitenciário que esteve presente naquele espaço físico por anos.

#### 4.2.3 Jornada do Patrimônio

A Jornada do Patrimônio é uma atividade organizada pelo Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. A atividade acontece desde 2015 e “[...] conta com roteiros históricos, visitas a imóveis tombados, oficinas e sessões de cinema do Circuito SPcine” (SÃO PAULO, 2019a). Nos dias 17 e 18 de agosto de 2019, ocorreram algumas atividades envolvendo a BSP e a memória do Carandiru. Foram três na categoria “espaços culturais”, a saber: “Memória da cidade: lembranças paulistas”, “Se eu perder esse trem, só amanhã”, e “jogos de patrimônio”. Outras quatro atividades foram na categoria “roteiros de memória”, são elas: “Caminhos do Carandiru”, “Construindo memórias”, “Memória ressignificada: um passeio pelo Parque da Juventude”, “Redesenhando o espaço”.

A BSP divulgou a atividade “jogos de patrimônio” em seu *site*, colocando a seguinte informação: “A BSP integra ainda a programação com duas caminhadas mediadas no Parque da Juventude, relacionando o território, a cultura e a memória local.” (BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2019). Apesar dessa atividade não ter sido desenvolvida pela BSP, a Biblioteca divulgou-a em seus meios de comunicação, e pela descrição da atividade, ela se enquadra como uma forma de abordar a memória do Carandiru. Contudo, nem no *site* da BSP nem no da Jornada do Patrimônio constam mais informações sobre essas atividades, não sendo possível fazer uma análise profunda dessa ação.

#### 4.2.4 Segundas Intenções com Fernando Bonassi

O autor e roteirista Fernando Bonassi participou do Segundas Intenções duas vezes, sendo a primeira delas no dia 16 de junho de 2012. Contudo, não foram encontrados registros dessa entrevista. Sendo assim, apenas a segunda entrevista, realizada no dia 13 de fevereiro de 2016, para a programação de aniversário de seis anos da BSP, foi analisada. O jornalista e mediador Manuel da Costa Pinto apresenta Bonassi, falando da importância de sua participação no evento, uma vez que o escritor esteve presente em alguns momentos no Carandiru. Pinto menciona que a BSP fez parte do processo de transformação da área onde, anteriormente, funcionava o Carandiru.

Fernando Bonassi é escritor e roteirista brasileiro, foi co-roteirista do filme “Carandiru” (2003), de Hector Babenco, baseado no livro de Drauzio Varella, e coautor da peça de teatro “Apocalipse 1,11” (1999), que faz referência ao massacre do Carandiru. Durante uma hora e cinquenta e cinco minutos de entrevista, o escritor falou um pouco sobre seus livros e sobre sua vivência e experiências no Carandiru. A entrevista está disponível no canal da BSP, no YouTube<sup>23</sup>.

Bonassi começou a frequentar o Carandiru a pretexto de dar uma oficina literária aos detentos. Contudo, com o passar do tempo, ele acabou escrevendo cartas para os detentos que eram semialfabetizados, isto é, a partir do que os detentos falavam, Bonassi escrevia com o intuito de auxiliar a comunicação entre os presos e suas esposas/companheiras. O roteirista se voluntariou para oferecer a oficina, pois estava interessado em estar em contato com os presos, uma vez que fazer o filme “Carandiru” já estava nos seus planos. O filme (Carandiru) e a peça de teatro (Apocalipse 1,11) foram feitos pouco depois da oficina e ocorreram ao mesmo tempo<sup>24</sup>. A vivência do autor no Carandiru se estendeu por mais de um ano.

Bonassi começa a entrevista falando sobre a criação do PCC (Primeiro Comando da Capital, ou Primeiro Partido do Crime, como é conhecido pela “malandragem”, como diz Bonassi) e como, a partir dele, os detentos voltaram a receber visitas e o Carandiru voltou a ser moralizado. O PCC é um marco do sistema penitenciário no Carandiru, que separa a “cadeia velha”, dominada pelo Estado, da “cadeia nova”, comandada pelos detentos. Bonassi ainda levanta o questionamento de que em determinados momentos o PCC é apoiado pelo próprio Estado e pela sociedade, mesmo que de forma não expressa. “Às vezes a lei e o crime tem interesses em comum e a gente vive isso no Brasil com uma intensidade maior que em outros países [...]” (BONASSI - BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2016).

O roteirista fala que existe uma cultura ideológica de classe em que a maior parte dos presos é composta de pretos e pobres e que de certa forma eles aceitam essa condição social de que todos os pobres passavam pelo Carandiru, cultura essa que ajudou na criação do PCC. Além disso, Bonassi faz uma crítica social ao sistema prisional brasileiro, que permite o preso trabalhar, mas não possibilita que ele estude para reduzir a pena, o que acontece na Alemanha, por exemplo. Acrescenta ainda que isso é um reflexo da sociedade brasileira, na qual o pobre “tem que carregar pedra” e não pode estudar.

---

<sup>23</sup> Para acessar a entrevista, ver em: BIBLIOTECA DE SÃO PAULO. **Segundas intenções**: Fernando Bonassi. 13 fev. 2016. Disponível em: [youtube.com/watch?v=kMDjgNAIvKI&t=1s](https://youtube.com/watch?v=kMDjgNAIvKI&t=1s). Acesso em: 15 maio 2021.

<sup>24</sup> O filme estreou em 2003, mas começou a ser produzido nos anos 2000.

Bonassi comenta que recebia notícias sobre o PCC, porque mantinha contato com dois ex-dententos que ainda viviam no mundo do crime. O autor também mantinha contato com o ex-dentento Luiz Alberto Mendes, que se tornou escritor e tem livros publicados sobre sua experiência no Carandiru, como: “Memórias de um sobrevivente” (2001), “Cela forte” (2012), e “Confissões de um homem livre” (2015).

Em sua segunda visita ao Carandiru, Bonassi conta que estava com receio e que Drauzio Varella o encorajou, dizendo que os detentos não faziam nada com os visitantes. No dia dessa visita, era uma final de campeonato de futebol. Os dias de campeonato e atividades esportivas eram os dias mais importantes, tanto que juízes da Federação Paulista de Futebol foram para o presídio para apitarem a partida. O roteirista conta a história de um detento, jovem, que brigou na partida e foi expulso do jogo. Porém, pouco tempo depois, o garoto voltou pedindo desculpa ao juiz, que disse que ele não podia voltar para a partida. Então, o menino se ajoelhou e falou que se o juiz não o perdoasse, ele seria morto. Bonassi diz que a partir desse momento começou a entender como funcionava lá dentro. O jornalista acrescenta que a cadeia estava cada vez mais jovem, sendo um dos fatores que contribuíram para o massacre, pois, de certa forma, a mocidade tinha mais “sangue nos olhos”.

O roteirista conta outro caso peculiar, sobre um grupo musical. O grupo de rap Pavilhão 9 podia sair da prisão para fazer shows, mas devido ao sucesso, os integrantes passaram a andar com seguranças dentro do presídio. “Para se manter bem presos, ele [integrante do grupo Pavilhão 9] precisou até de segurança, porque estava com receio” (BONASSI - BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2016), mostrando como dentro do Carandiru não era um lugar seguro e que o Estado não cumpria com seu dever de guarda e proteção dos detentos.

Pinto perguntou o que os presos falavam sobre o massacre. Bonassi respondeu: “Eles falavam que eram 450 [presos mortos], por exemplo, que não foi 111, que saiu muito mais que isso no caminhão de lixo, muita gente que não era visitada, muita gente com o controle atrasado” (BONASSI - BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2016). Muitos presos foram esquecidos pela sociedade fora da cadeia, foram mortos e ninguém sentiu falta deles, de forma que o Estado escondeu suas mortes. Isso reflete a memória oficial propagada e oficializada pelo Estado e documentos oficiais que afirmam ter sido 111 mortes em discordância da memória subterrânea, conforme o conceito de Pollak (1989), dos presos que estavam presentes no massacre.

Assim como na entrevista de Drauzio Varella, Bonassi também utiliza o advérbio “aqui” para se referir ao Carandiru, sendo que ele estava na BSP, demonstrando que o coletivo imaginário do que representou aquele espaço ainda está presente, mesmo depois da

transformação do local. Além disso, Bonassi enfatiza que onde eles estão realizando a entrevista era exatamente onde era o campo de futebol do pavilhão 9.

Quase no final da entrevista, Pinto pergunta a Bonassi o que ele achou da criação do Parque da Juventude e da demolição do Carandiru. Bonassi responde: “eu fui contra. Eu fazia parte de um grupo que advogava que o pavilhão 9 devia ter ficado em pé. A cultura do que é estar preso. [...] Como um exemplo não só do que aconteceu em [19]92, mas do que acontece com quem vai preso” (BONASSI - BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2016). Manuel da Costa Pinto continuou perguntando sobre os prédios que foram preservados, se deveriam ser mantidos como celas. Bonassi respondeu que sente falta de um memorial como em Auschwitz. Ainda enfatizou que não gosta de voltar para esse espaço físico, mesmo depois da transformação:

Não é lugar que eu gosto de voltar. Acho um lugar ruim. Insisto, sou um cara que não tenho religião. Acho que aqui é um lugar ruim. O sofrimento que houve aqui, está aqui. Eu não consigo tirar isso da cabeça. Acho que tem um negócio, que eu não vou morar. Não venho para cá. Eu vim para cá hoje porque estou ganhando para falar com vocês. É um lugar que tem muita morte, muito sofrimento. [...] Isso precisava estar consignado. Eu acho que é importante fazer monumentos para isso, como os alemães fazem sobre Auschwitz. É importante manifestar o erro. [...] Você vai lá tem um lugar escrito ‘nós erramos aqui’, aqui não tem. (BONASSI - BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2016).

A entrevista encerra com o roteirista falando sobre a atuação das Polícias Militar e Civil e casos da sua vida pessoal.

#### **4.3 Questionário com as Profissionais da BSP**

A princípio, o método de pesquisa a ser utilizado para responder o quarto objetivo específico seria a entrevista. Contudo, devido às precauções regradas pela pandemia da COVID-19, não foi possível realizar uma visita a BSP, tampouco a entrevista presencial. Foi pensado, então, em adaptar a entrevista para que ela ocorresse de forma remota, solução levada para a banca de qualificação. Porém, ao entrar em contato com a BSP, eles se dispuseram a responder a um questionário. Diante disso, foi realizada outra adaptação e o questionário foi adotado.

A BSP tem um roteiro para a realização de pesquisas. Primeiramente, é preciso entrar em contato com a Biblioteca, por *e-mail*, informando as necessidades e interesses da pesquisa. Depois é preciso encaminhar as perguntas por escrito para que a BSP concorde ou não em participar. Após a concordância da Biblioteca, é necessário encaminhar um ofício da instituição



à qual o pesquisador está vinculado (BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2014)<sup>25</sup>. O ofício foi encaminhado à BSP (ANEXO A) no dia 11 de fevereiro de 2021 por *e-mail*. Após o envio do ofício, obtivemos apenas um questionário respondido, sendo necessário fazer mais uma tentativa de envio das respostas. Então, recebemos mais três respostas. Sendo assim, foram analisados quatro questionários de bibliotecárias e auxiliares de biblioteca que trabalham na BSP (APÊNDICE B). Dois questionários foram respondidos por bibliotecárias e duas por auxiliares, sendo uma delas também formada em História; essas informações foram colhidas a partir da primeira pergunta do questionário. Os nomes dos profissionais não serão divulgados, por isso foram usados nomes fictícios.

A pergunta dois do questionário foi sobre as funções e atividades desempenhadas pelo profissional. Uma das bibliotecárias respondeu que trabalha “[...] em conjunto com várias áreas da SP Leituras (Organização Social que administra as Bibliotecas) como: Programação Cultural, Comunicação, Compras, Atendimento, entre outras áreas. [...]” (PROFISSIONAL A). Percebe-se, a partir disso, que as funções e as atividades dos profissionais da BSP não são realizadas apenas na e para a instituição, mas também para a SP Leituras. Ou seja, a SP Leituras não só administra a BSP, há uma troca de trabalhos entre as duas instituições.

Apesar de a BSP ser uma biblioteca pública de excelência no país, as bibliotecárias e as auxiliares em biblioteca não atribuem essa qualificação ao trabalho realizado por elas. Todas as profissionais responderam que o trabalho desempenhado por elas, por serem profissionais em uma biblioteca pública de excelência, não é diferente do desempenhado por outros profissionais de bibliotecas públicas pelo país. Para elas, os profissionais que trabalham na BSP ou em outras bibliotecas do Brasil têm os mesmos objetivos: a disseminação da informação e a promoção da leitura. Contudo, cada profissional deve observar a realidade na qual está inserido.

Acredito que minhas tarefas não sejam diferentes dos demais colegas, pois temos os mesmos objetivos, ou seja, como bibliotecas públicas, nossa missão é garantir o acesso da população à informação de qualidade, o acesso à cultura e leitura. **Cada um, de acordo com sua realidade e de acordo com a realidade de seu entorno**, busca desenvolver todo o trabalho em prol da satisfação e fidelização do público (PROFISSIONAL A, grifo nosso).

Como se trata de um questionário, as perguntas foram pré-estabelecidas, mas a partir das respostas das profissionais, pensa-se na seguinte questão: de alguma forma a BSP tem em sua realidade a memória do Carandiru? Por que a BSP não trabalha com essas memórias?

---

<sup>25</sup> Para mais informações sobre como fazer pesquisas sobre a BSP, ver em: <https://bsp.org.br/2014/10/13/solicitacao-de-pesquisa-academica/>.

Sabe-se que o Carandiru possui alguma relação com a realidade da BSP. A primeira relação é com o espaço, visto que houve a substituição de um espaço prisional em decadência, marcado pela violência e impunidade do Estado, por um lugar de excelência em prestação de serviços públicos. Outra relação percebida é que o Estado, por vários meios, tentou silenciar essa história e teve um aval da sociedade civil, como nas reuniões da Comissão Especial da Assembleia Legislativa, apesar de haver músicas, trabalhos acadêmicos e manifestações contestando a impunidade e a preservação da memória do massacre.

Quando as perguntas do questionário se voltaram para a mudança Carandiru-BSP e para a memória do Carandiru, percebeu-se nas respostas que existem dois tipos de discurso: um oficial, por trazer as mesmas ideias e ideais do Estado; e um discurso crítico, que considera a transformação e as memórias relacionadas ao Carandiru. Esse posicionamento crítico pode estar relacionado à formação acadêmica da Profissional D, por exemplo, que é formada em História e enfatizou em sua resposta uma posição mais crítica à transformação do Complexo em uma Biblioteca. Como apresentado nas seções anteriores, a memória é um tema estudado, dentre outras áreas do conhecimento, pela História e por isso a Profissional poderia ter mais proximidade com o assunto. Quanto às bibliotecárias, uma que se formou em 2001 e outra em 2010, podem não ter tido a presença do tema memória na formação. Fazendo um paralelo com a área da CI, que até 2011 tinham poucos trabalhos sobre o tema (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011). Vale ressaltar que a Biblioteconomia não está fundida na CI. Ambas são áreas do conhecimento correlatas, que partilham uma dimensão informacional, comunicativa, administrativa e educacional, de modo que uma colabora com a outra, estabelecendo um diálogo (ARAÚJO, 2014a).

Ao perguntar sobre a percepção das profissionais em relação à transição Complexo Penitenciário do Carandiru-BSP, é possível perceber que três profissionais reproduzem o discurso oficial do Estado, que a transformação foi um ato de esperança para tirar o estigma de violência do local.

Acredito que [a] transição foi muito importante, até mesmo para **desvincular um pouco a imagem ruim de violência e sangue derramado** o qual Complexo Carandiru ficou conhecido mundialmente devido as barbáries que ocorreu nele. Essa transição traz **esperança** através da cultura e conhecimento para todos, até mesmo aos ex-detentos que habitaram no Complexo e hoje orgulhosamente são nossos sócios (PROFISSIONAL B, grifo nosso).

Já a Profissional D, que tem um discurso crítico, aponta que as instituições que foram criadas onde o Carandiru se localizava ainda carregam sua carga histórica, não sendo possível fazer uma desvinculação entre a história desses espaços. “Acredito que o parque, a Etec e a

biblioteca carregam a carga histórica do complexo Carandiru, ainda **não é possível desvincular a história dos espaços** e acredito que isso seja importante para relembrarmos o que aquele espaço significava e no que ele se tornou” (PROFISSIONAL D, grifo nosso).

Quando são questionadas sobre acharem importante a realização de ações que preservem a memória do Carandiru, todas responderam que sim, é importante a preservação, e fizeram menção a Etec Parque da Juventude, o qual é responsável pela manutenção do Espaço Memória Carandiru. Isso dá a entender que a Etec, com o Espaço Memória Carandiru, ficou sendo “a responsável oficial e exclusiva” por tratar e trabalhar a memória do massacre em todo o Parque da Juventude, tirando qualquer responsabilidade da BSP.

O Espaço Memória Carandiru, construído em 2007, “[...] é um espaço que tem como objetivo salvaguardar a memória dos residentes do antigo Complexo Penitenciário Carandiru” (ESPAÇO MEMÓRIA CARANDIRU, 2021). Foi um dos espaços públicos estudados por Rodrigues e Oliveira (2019) que não faz menção ao massacre de 1992, mostrando o distanciamento do Estado sobre o tema. Primeiramente, o espaço foi criado como um blogue, posteriormente,

Em março de 2018, o espaço passou por uma reformulação e foi reaberto ao público com a exposição permanente “Sobre Vivências – Os Últimos Anos do Carandiru” cujo material expográfico faz parte do acervo disponibilizado por Maureen Bisilliat, fotógrafa que realizou projetos com a população carcerária entre as décadas de 1980 e 2000 (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2019, p. [6]).

Vale ressaltar que o acesso ao museu não é tão simples como o da biblioteca, sendo necessário o agendamento prévio da visita. O prédio que o museu ocupa é o da Etec, não tendo indicativos da sua presença no local, o que faz pensar que é apenas o prédio de uma escola técnica. A Profissional B comentou que esse museu é de difícil acesso. Já a Profissional A acrescentou a possibilidade de a BSP e o Espaço Memória Carandiru fazerem uma parceria, “para indicar ao público uma **‘visita completa’**, ou seja, o público poderá conhecer o Espaço Memória Carandiru e no mesmo dia fazer uma visita em nossa Biblioteca” (PROFISSIONAL A, grifo nosso). É interessante perceber como a Profissional A ressaltou que essa parceria forneceria uma “visita completa” ao usuário, o que dá a entender que falta na Biblioteca um espaço ou ações que remetam ao massacre de 1992. Essa Profissional ainda falou sobre a importância da preservação da história oral na preservação da memória: “A história oral da comunidade, por exemplo, deve ser preservada e difundida para que a memória local e a memória de vida destas pessoas sejam fortalecidas” (PROFISSIONAL A).

A fala da Profissional A tem relação com a resposta da última pergunta do questionário, o qual questiona de que maneira o bibliotecário ou o auxiliar de biblioteca poderiam interferir para que a BSP consiga realizar ações de promoção da memória do massacre de Carandiru. A resposta das profissionais A, B e C são exatamente a mesma. As três responderam que a BSP faz uma ação conjunta com o Museu da Pessoa, a SP Leituras e o SisEB no projeto Humanoteca, que coleta a história oral de cidadãos. As pessoas podem gravar vídeos de um minuto e meio que são disponibilizados no YouTube e no catálogo da instituição. Essa é uma ação importante para conhecer, entender e escutar o público que a instituição atende. Contudo, a ação não é voltada, diretamente, para coletar a história do Carandiru ou do massacre de 1992, tanto que a descrição da atividade, que consta no *site* da BSP<sup>26</sup> e até mesmo no da SP Leituras<sup>27</sup>, não faz nenhuma menção ao massacre de 1992.

Sobre essa mesma questão, em contrapartida, a Profissional D, que possui um discurso crítico, também apresentou a Humanoteca em sua resposta, mas acrescentou que a BSP e os profissionais poderiam “[...] promover a leitura desse assunto e realizar atividades com essa temática”. Além disso, a Profissional fala que a BSP tem vários livros sobre o assunto e que quando tem oportunidade incentiva a leitura desses livros para os usuários. A BSP como um lugar de memória, ao manter livros sobre o massacre de 1992 e o Carandiru, possibilita ao usuário recordar e recriar as situações vividas, apesar de essas serem, apenas, representações do passado (ARAÚJO; SANTOS, 2007).

A maior parte dos profissionais incorpora o discurso conciliador de que o espaço foi construído para dar esperança à população, em troca de um lugar marcado por violência proporcionada pelo Estado. Dessa forma, a BSP, por meio das ações e da atuação de seus profissionais, também representa o Carandiru e o massacre conforme o que foi estabelecido pelo poder hegemônico (CRIPPA, 2018), e representam um objeto material do enquadramento da memória oficial (POLLAK, 1989). O Carandiru não é assunto proibido na BSP, mas não é incentivado que ocorram ações de memória que tratem ativamente e trabalhem o tema tanto com a população, como com o quadro de profissionais que trabalham na instituição.

---

<sup>26</sup> BIBLIOTECA DE SÃO PAULO. **Venha contar sua história de vida na cabine da Humanoteca**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://bsp.org.br/2018/09/18/venha-contar-sua-historia-na-cabine-da-humanoteca/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

<sup>27</sup> SP LEITURAS. **Biblioteca de São Paulo dá início ao projeto Humanoteca**. Disponível em: <https://spleituras.org.br/imprensa/biblioteca-de-sao-paulo-da-inicio-ao-projeto-humanoteca/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O massacre do Carandiru, em 1992, foi o estopim para o governo brasileiro manifestar o interesse em desativá-lo. O Complexo era superlotado e desassistido, o que era (e ainda é) um reflexo do Sistema Prisional Brasileiro, cada vez mais sucateado. Dessa forma, tratar da memória do Carandiru e do massacre de 1992 é uma forma de preservar uma história do que não pode se repetir e, também, de trazer à tona diversos problemas sociais, como a violação dos direitos humanos, o descaso com a saúde pública, a impunidade do Estado, que não se limitam ao Sistema Prisional e atingem, principalmente, a população pobre e negra do país.

A partir da análise dos documentos, foi possível perceber que havia um consenso em relação à desativação do Carandiru. O que divergia era a futura destinação do espaço físico. Vários Projetos de Lei apresentados à Câmara Municipal de SP queriam mudar o zoneamento da área para permitir o uso residencial e/ou comercial, mostrando que havia uma especulação imobiliária do terreno. Contudo, a própria Câmara Municipal, em uma Comissão Especial, decidiu conjuntamente com a população civil – ou uma parte dela que estava representada por associações de bairro – que a área deveria permanecer de uso institucional, sendo destinada à construção de um parque público. Dessa forma, o Estado conseguiu apaziguar a inquietação da sociedade, em ter um Complexo Penitenciário como vizinho, e as mazelas do próprio Complexo, de forma que a memória do que tinha acontecido naquele espaço físico fosse silenciada.

Com relação à preservação da memória do local, apenas o edital do IAB-SP expôs a necessidade de preservação histórica dos edifícios do Carandiru, colocando como um dos requisitos a preservação de parte muralha do Complexo. Esse requisito foi cumprido pelo primeiro colocado no concurso de ideias. Contudo, a proposta do segundo colocado no concurso previa mais espaços que possibilitassem o resgate da memória do Carandiru, mas essa não foi a proposta vencedora. Na implementação do Parque da Juventude, o Poder Público teve a possibilidade de fazer alterações no projeto e agregar, por exemplo, um espaço memorialístico, algo que não foi feito. As instituições estavam preocupas em preservar a Mata Atlântica e o edifício sede da Penitenciária do Estado, projeto do escritório Ramos de Azevedo.

O Parque da Juventude tem um espaço para trabalhar a memória do Carandiru, o Espaço Memória Carandiru, que começou como um blogue e ganhou um espaço de exposição na Etec Parque da Juventude. O espaço não está sempre aberto ao público, sendo necessário o agendamento prévio. Por esse ter sido um meio criado pelo governo do Estado para

salvaguardar a memória dos presos do Carandiru, a BSP demonstra “não” se responsabilizar oficialmente para tratar essa memória.

A BSP não tem nenhuma ação ou serviço que trate diretamente sobre o Carandiru e o massacre de 1992, como evidencia a coleta de ações desenvolvidas pela instituição ao longo de sua existência. Essa ausência de ações também é confirmada, de certa forma, pela bibliotecárias e auxiliares de biblioteca – que trabalham na instituição e que responderam ao questionário –, ao citarem como ação de preservação da memória do Carandiru e do massacre, uma ação que não é voltada diretamente para o tema.

Apesar disso, foram localizadas algumas ações que abordaram o tema. Entre o período de 02 de julho de 2011 a setembro de 2020, foram coletadas 1977 ações, sendo que apenas 5 delas tratavam do massacre de 1992 ou do Carandiru. A quantidade de ações que tratam sobre o assunto é pouca, em relação à quantidade total de ações. Os números mostram que a BSP não incorporou a memória do massacre às suas ações. É possível também identificar um longo período sem ações sobre o assunto, uma vez que de junho de 2012 a janeiro de 2016 e de fevereiro de 2016 a novembro de 2019 nenhuma ação foi realizada. Nenhuma das profissionais respondentes citou essas ações no questionário. Isso parece indicar que a BSP e seus profissionais seguem a linha do Estado, que é a de apagamento/silenciamento dessa memória.

Os momentos em que a Biblioteca trouxe à tona discussões sobre o massacre, foram nas entrevistas com o médico Drauzio Varella e com o cineasta Fernando Bonassi, possibilitando que o público e não-público da instituição conhecesse a vivência que esses dois personagens tiveram no Carandiru. Além disso, ambos afirmam ter sentido falta da construção de um memorial no local e deixam explícito, nas entrevistas, o simbolismo que há por trás daquele espaço público, que, mesmo depois de ter passado por uma resignificação, ainda causa sentimentos sobre o que foi no passado.

Apesar dessa ausência de ações por parte da BSP, as bibliotecárias e auxiliares de biblioteca têm consciência da necessidade de se preservar a memória do local, mas não reconhecem o poder e a responsabilidade social que a Biblioteca tem como espaço público de guarda, preservação, disseminação da informação. A memória do Carandiru e o massacre de 1992 não são assuntos prioritários da Biblioteca, que apesar de cumprir com ações de educação, lazer e entretenimento, deixa de lado os aspectos memorialístico e histórico.

Sendo assim, A BSP tem por natureza a função de memória, preservando os produtos do conhecimento humano e possibilitando a sua utilização por seus usuários e não-usuários, ao mesmo tempo, é uma instituição que reforça o posicionamento de apagamento/apaziguamento da memória do Carandiru.

A análise dos dados coletados sugere que houve consenso entre o Estado e uma parcela da sociedade civil envolvida, para o esquecimento de uma memória traumática e a criação e consolidação de uma nova memória coletiva sobre aquele espaço. Contudo, essa dinâmica entre o esquecimento e a criação e consolidação de uma nova memória coletiva também é marcada por outros atores sociais que buscam manter a memória do Carandiru e do massacre de 1992 vivas. Há uma disputa entre o lembrar e o esquecer que pode ser pensada a partir das perspectivas dos sítios de consciência, resgatando os sentimentos e as vivências dos diversos atores envolvidos, a fim de “curar” essa ferida. Isto é, trabalhar de forma pedagógica os lugares traumáticos com a população local e visitante, para que se tenha uma consciência sobre a história daquele local.

A presente pesquisa pretendeu contribuir com as discussões sobre a memória e o esquecimento no escopo da Ciência da Informação, além de colaborar para que a memória do Carandiru não seja esquecida, bem como sugerir uma alternativa de conciliação para esse espaço público, marcado por violência e impunidade.

Por fim, a partir dos resultados desta pesquisa é possível sugerir alguns temas para pesquisas futuras:

- Analisar a participação de outros atores envolvidos nesse processo Carandiru-BSP, seja por meio de documentos, músicas, literatura, entrevistas;
- Analisar outras fontes que tratem sobre o assunto, produzidas e/ou mantidas por outras instituições, como jornais da época;
- Buscar outras formas de conciliação para essa memória de conflito;
- Analisar se a excelência em prestação de serviços obtida pela BSP se relaciona, de alguma forma, à resignificação do espaço, no intuito de reforçar o apagamento/apaziguamento do massacre do Carandiru.

O intuito com tais sugestões é de que pesquisadores e pessoas interessadas pelo tema possam dar prosseguimento as discussões e reflexões realizadas aqui, mas que também seja possível manter o tema do Carandiru vivo, e conseqüentemente, a produção de conhecimento na área de direitos humanos, raça, desigualdades sociais, memória e esquecimento.

## REFERÊNCIAS

- AFLALO/GASPERINI ARQUITETOS. **Parque da Juventude**. São Paulo, 1999a. Disponível em: <http://aflalogasperini.com.br/blog/project/parque-da-juventude/>. Acesso em: 5 maio 2021.
- AFLALO/GASPERINI ARQUITETOS. **Biblioteca de São Paulo**. São Paulo, 1999b. Disponível em: <http://aflalogasperini.com.br/blog/project/biblioteca-de-sao-paulo/>. Acesso em: 5 maio 2021.
- ANTONINI, Anaclara Volpi. **Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo: e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva**. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08032017-145519/publico/2017\\_AnaclaraVolpiAntonini\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08032017-145519/publico/2017_AnaclaraVolpiAntonini_VCorr.pdf). Acesso em: 7 dez. 2020.
- APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: um diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014a.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação? **Informação e Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30, jan./abr., 2014b.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 79, p. 95-111, 2007. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/79/RCCS79-095-111-MPNascimento-MSepulveda.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007. 223 p.
- BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 29-41, set. 2011. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1257>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- BIBLIOTECA DE SÃO PAULO. **18/8 – Jogos do patrimônio**. São Paulo: BSP, 2019. Disponível em: <https://bsp.org.br/2019/07/28/188-jogos-do-patrimonio/>. Acesso em: 15 out. 2020.
- BIBLIOTECA DE SÃO PAULO. **A BSP: sobre**. São Paulo: BSP, 2020a. Disponível em: <https://bsp.org.br/a-bsp/>. Acesso em: 15 set. 2020.
- BIBLIOTECA DE SÃO PAULO. **Bate-Papo com Drauzio Varela #BSP10anos**. Organizador: Biblioteca de São Paulo. São Paulo: BSP, 2020b. 1 vídeo (129 min). Disponível em: <https://www.facebook.com/BSPbiblioteca/videos/2656175337982197>. Acesso em: 10 set. 2020.



BIBLIOTECA DE SÃO PAULO. **Conheça os programas permanentes da BSP**. São Paulo: BSP, 2020b. Disponível em: <https://bsp.org.br/2013/08/05/conheca-os-programas-permanentes-da-bsp>. Acesso em: 15 set. 2020.

BIBLIOTECA DE SÃO PAULO. **Política de desenvolvimento e avaliação de coleções**. São Paulo: BSP, 2018. Disponível em: [https://bsp.org.br/wp-content/uploads/2018/11/politica\\_de\\_desenvolvimento\\_de\\_colecoes\\_BSP\\_nov\\_2018.pdf](https://bsp.org.br/wp-content/uploads/2018/11/politica_de_desenvolvimento_de_colecoes_BSP_nov_2018.pdf). Acesso em: 15 set. 2020.

BIBLIOTECA DE SÃO PAULO. **Segundas intenções**: Fernando Bonassi. São Paulo: BSP, 13 fev. 2016. Disponível em: [youtube.com/watch?v=kMDjgNAIvkI](https://www.youtube.com/watch?v=kMDjgNAIvkI). Acesso em: 15 maio 2021.

BIBLIOTECA DE SÃO PAULO. **Solicitação de pesquisa acadêmica**. São Paulo: BSP, 2014. Disponível em: <https://bsp.org.br/2014/10/13/solicitacao-de-pesquisa-academica/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BIBLIOTECA DE SÃO PAULO. **Venha contar sua história de vida na cabine da Humanoteca**. São Paulo: BSP, 2018. Disponível em: <https://bsp.org.br/2018/09/18/venha-contar-sua-historia-na-cabine-da-humanoteca/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BISELLI, Mario. **Projeto Carandiru**. [e-mail]. [s.l.], 17 maio de 2021.

BORGES, Viviane Trindade. Carandiru: os usos da memória de um massacre. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 04-33, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308192016004/6348>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006**. Institui o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), de duração trienal, tendo por finalidade básica assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional. Brasil Ministério da Cultura; Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/pnll/>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1.909, de 13 de maio de 1996**. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1904-13-maio-1996-431671-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH/PR, 2009. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a\\_pdf/pndh3\\_programa\\_nacional\\_direitos\\_humanos\\_3.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdf/pndh3_programa_nacional_direitos_humanos_3.pdf). Acesso em: 2 fev. 2021.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5.*, 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANCIB, 2003.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

COALIZÃO INTERNACIONAL DOS SÍTIOS DE CONSCIÊNCIA. **Interpretation of sites of memory**. [s.l.]: Unesco, 31 jan. 2018. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/activities/933/>. Acesso em: 04 jan. 2021.

COALIZÃO INTERNACIONAL DOS SÍTIOS DE CONSCIÊNCIA. **Perguntas mais frequentes**. [s.l.], 2021. Disponível em: <https://www.sitesofconscience.org/pt/perguntas-mais-frequentes/>. Acesso em: 04 jan. 2021.

COALIZÃO INTERNACIONAL DOS SÍTIOS DE CONSCIÊNCIA. **Sobre nós**. [s.l.], 2020. Disponível em: <https://www.sitesofconscience.org/pt/sobre-nos/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **O que é a CIDH?** [s.l.], 2021. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/que.asp>. Acesso em: 19 jan. 2021.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório nº 34, de 2000. CASO 11.291 (CARANDIRU), Brasil**. [s.l.], 13 abr. 2000. Disponível em: <https://cidh.oas.org/annualrep/99port/brasil11291.htm>. Acesso em: 19 jan. 2021.

COMISSÃO ORGANIZADORA DE ACOMPANHAMENTO PARA OS JULGAMENTOS DO CASO DO CARANDIRU. **Massacre do Carandiru, chega de impunidade!** [s.l.], 2001. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/cavallaro/carandiru.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRIPPA, Giulia. Encenações e reescritas da memória no capitalismo global entre teorias e práticas culturais. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 170-183, nov. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4473>. Acesso em: 15 maio 2021.

ESPAÇO MEMÓRIA CARANDIRU. **Complexo Penitenciário**. São Paulo, 2021. Disponível em: <http://www.etecpj.com.br/memoria/#>. Acesso em 05 maio 2021.

FERRAZ, Marina Nogueira. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, número especial, p.18-30, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v19nspe/04.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FICHINO, Daniela. Altamira: maior massacre desde o Carandiru expõe barbárie estrutural do sistema prisional brasileiro. **Justiça Global**, 31 jul. 2019. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/altamira-maior-massacre-desde-o-carandiru-expoe-barbarie-estrutural-do-sistema-prisional-brasileiro/>. Acesso em: 25 fev. 2020.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **R. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002888/6b09159904f41103e336d7dcf4c01693>. Acesso em: 17 nov. 2020.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/829>. Acesso em: 27 jun. 2019.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: [https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2015/bibliotecapublica\\_principiosdiretrizes\\_edicao2.pdf](https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2015/bibliotecapublica_principiosdiretrizes_edicao2.pdf). Acesso em: 5 jan. 2020.

FUNDAÇÃO GÉTULIO VARGAS. **Carandiru não é coisa do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o massacre**. São Paulo: FGV Direito SP, 2015. Disponível em [https://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/carandiru-nao-e-coisa-do-passado\\_1.pdf](https://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/carandiru-nao-e-coisa-do-passado_1.pdf). Acesso em: 16.12.2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus**, ano 3, n. 13, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Rubí: Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

IFLA/UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994**. [s.l.], 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

IMPLOÇÃO do Carandiru. São Paulo: SBT, 2002. 1 vídeo (4:57min.). Publicado pelo canal televisivo SBT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b-CWpdd8fyU>. Acesso em: 26 maio 2021.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL – SP. **Edital: concurso público de propostas de plano diretor de uso e ocupação da área e edificação do atual Complexo Penitenciário do Carandiru**. São Paulo: [s.n.], 1998.

JUSTIÇA mantém anulação de julgamentos do Carandiru. **DW Brasil**. Brasil, 27 nov. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/justi%C3%A7a-mant%C3%A9m-anula%C3%A7%C3%A3o-de-julgamentos-do-carandiru/a-46478253>. Acesso em: 18 jan. 2021.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MACHADO, Elisa Campos; ELIAS JUNIOR, Alberto Calil; ACHILLES, Daniele. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, número especial, p. 115-127, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v19nspe/10.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MANIFESTO do povo do livro. Brasil, set. 2006. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/manifesto-do-povo-do-livro>. Acesso em: 15 out. 2020.

MARTINS, Wilson. As bibliotecas modernas. *In*: MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998. cap. 12, p. 323-356.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Apresentação e metodologia do Programa Lugares da Memória**. São Paulo: MRSP, set. 2016. Disponível em: <[http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/debates/131249994466318000\\_Apresentacao\\_MetodologiaPLM\\_site.pdf](http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/debates/131249994466318000_Apresentacao_MetodologiaPLM_site.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Programa Lugares de Memória. **Casa de Detenção de São Paulo**: Carandiru. São Paulo: MRSP, 2014. Disponível em: [http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130834479575080132\\_FICHA\\_COMPLETA\\_CARANDIRU.pdf](http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130834479575080132_FICHA_COMPLETA_CARANDIRU.pdf). Acesso em: 10 jan. 2021.

MIRANDA, Antonio Basilio de. A missão da biblioteca pública no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, p. 69-75, 1978. Disponível em: <https://tonarede.org.br/wp-content/uploads/2017/09/A-missao-da-biblioteca-pu%CC%81blica-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc, Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, mar. 1984.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 11 jun. 2018.

O PRISIONEIRO da grade de ferro. Direção de Paulo Sacramento. São Paulo: Olhos de Cão Produções Cinematográficas, 2003. 1 vídeo (123 min.).

OLIVEIRA, Eliane Braga de. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação**. 2010. 196 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/7466>. Acesso em: 11 jun. 2018.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, mar. 2011, p. 311 –328. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302/2918>. Acesso em: 8 jun. 2018.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca ‘fora do tempo’**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937 – 1989. 1994. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1437/000083832.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 jun. 2020.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**. [s.l.: s.n.], 1937. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

OYARZÚN SARDI, Gonzalo. Biblioteca de Santiago: una biblioteca pública para el siglo XXI. **Pez de Plata: Bibliotecas Públicas a la Vanguardia**, n. 5, 2005. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/7043/1/vanguardia.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de; ANDRADE, Maria Eugênia Albino. Biblioteca pública no Brasil: políticas federais de 1990-2006. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, número especial, p. 95-114, out./dez. 2014.

PEREIRA, Matheus. Parque da Juventude: paisagismo como ressignificador espacial. **Arch Daily**, 04 out. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/880975/parque-da-juventude-paisagismo-como-ressignificador-espacial>. Acesso em: 1 jun. 2018.

PIMENTA, Ricardo M. O futuro do passado: desafios entre a informação e a memória na sociedade digital. In: ALBAGLI, Sarita (org.) **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013. cap. 7, p. 146-171.

PINHEIRO, Ricardo Queiroz. Biblioteca pública: seu lugar na cidade. **CRB8 Digital**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9316>. Acesso em: 14 out. 2020.

POLASTRON, Lucien X. **Livros em chammas**: a história da destruição sem fim das bibliotecas. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 30 nov. 2019.

RABELLO, R. Ações de informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41 n. 2/3, p.104-121, maio/dez., 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1339/1518>. Acesso em: 25 jul. 2021.

RABELLO, Rodrigo. Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 138-156, jan./abr. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n51p138>. Acesso em: 17 jun. 2019.

RABELLO, Rodrigo; RODRIGUES, Georgete Medleg. Informação como prova ou monumento: materialidade, institucionalidade e representação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos** [...]. Londrina: ANCIB, 2018. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/view/1125>. Acesso em: 17 jun. 2019.

RIBEIRO, Fernanda. Memória, informação e Ciência da Informação. *In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). Memória: interfaces no campo da informação*. Brasília: Editora UnB, 2017. p. 109-139.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Adriana Mariana de Araújo; OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. Carandiru: forma de lembrar, maneiras de esquecer. Informação, memória e esquecimento. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 20., 2019, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: ANCIB, 2019. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123862>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

RODRIGUES, Maria Carvalho. Bibliotecas como lugares de memória: o caso sul-rio-grandense. **Patrimônio e Memória**, v. 10, n. 1, p. 68-83, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5703288>. Acesso em: 5 maio 2019.

RODRIGUES, Pedro Henrique de Carvalho. **A obra do arquiteto Paulo Bastos**. 2008. 216 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-3798/a-obra-do-arquiteto-paulo-bastos>. Acesso em: 1 maio 2021.

ROSA, Daniele Achilles Dutra da. **Bibliotecas públicas brasileiras: sob a perspectiva da memória e experiência**. 2018. 278 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11576/Daniele%20Achilles.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 43.421, de 01 de setembro de 1998**. Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a nova utilização da área do complexo do Carandiru. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1998. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1998/decreto-43421-01.09.1998.html>. Acesso em: 1 jun. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 45.702, de 12 de março de 2001**. Extingue a Casa de Detenção "Professor Flamínio Fávero" de São Paulo, cria e organiza os estabelecimentos penais que especifica, da Secretaria da Administração Penitenciária. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2001a. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2001/decreto-45702-12.03.2001.html>. Acesso em: 1 jun. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 47.091, de 16 de setembro de 2002**. Ficam extintas as Penitenciárias Carandiru I, II e III, da Coordenadoria de Unidades Prisionais de São Paulo e da Grande São Paulo, da Secretaria da Administração Penitenciária, criadas pelo Decreto nº 45.702, de 12 de março de 2001. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2002. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2002/decreto-47091-16.09.2002.html>. Acesso em: 1 jun. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 48.710, de 09 de junho de 2004**. Transfere da administração da Secretaria da Administração Penitenciária para a da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, o imóvel que especifica, situado no Município de São Paulo. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2004. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48710-09.06.2004.html>. Acesso em: 1 jun. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 53.534, de 9 de outubro de 2008**. Transfere da administração da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo para a da Secretaria da Cultura, o imóvel que especifica. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2008a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-53534-09.10.2008.html>. Acesso em: 1 jun. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 53.535, de 9 de outubro de 2008**. Transfere da administração da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo para a da Secretaria de Desenvolvimento, os imóveis que especifica. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2008a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-53535-09.10.2008.html>. Acesso em: 1 jun. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 55.319, de 5 de janeiro de 2010**. Cria, na Secretaria da Cultura, como equipamento cultural da área de Difusão Cultural, a Biblioteca de São Paulo e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2010b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55319-05.01.2010.html>. Acesso em: 1 jun. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 56.238, de 28 de setembro de 2010**. Transfere da administração da Secretaria da Administração Penitenciária para a da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo parte da área que especifica. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2010b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-56238-28.09.2010.html>. Acesso em: 1 jun. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 16.761, de 08 de junho de 2018**. Dá denominação ao Parque que especifica. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2018a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei-16761-08.06.2018.html>. Acesso em: 1 jun. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. **Atrativos e estrutura**. São Paulo: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, 2018b. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/parquedajuventude/historico/>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. **Histórico**. São Paulo: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, 2018c. Disponível em: <http://www2.ambiente.sp.gov.br/parquedajuventude/historico/>. Acesso em: 01 jun. 2018.

SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 410, de 1995**. Dispõe sobre a alteração de normas de uso e ocupação do solo na região do Carandiru, e dá outras providências. São Paulo: Câmara Municipal, 10 maio 1995. Disponível em: [https://splegisconsulta.camara.sp.gov.br/Pesquisa/DetailsDetalhado?COD\\_MTRA\\_LEGL=1&ANO\\_PCSS\\_CMSP=1995&COD\\_PCSS\\_CMSP=410](https://splegisconsulta.camara.sp.gov.br/Pesquisa/DetailsDetalhado?COD_MTRA_LEGL=1&ANO_PCSS_CMSP=1995&COD_PCSS_CMSP=410). Acesso em: 15 jan. 2021.

SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 159, de 1996**. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo na zona de uso especial z8-003, e dá outras providências. São Paulo: Câmara Municipal, 27 fev. 1996. Disponível em: [https://splegisconsulta.camara.sp.gov.br/Pesquisa/DetailsDetalhado?COD\\_MTRA\\_LEGL=1&COD\\_PCSS\\_CMSP=159&ANO\\_PCSS\\_CMSP=1996](https://splegisconsulta.camara.sp.gov.br/Pesquisa/DetailsDetalhado?COD_MTRA_LEGL=1&COD_PCSS_CMSP=159&ANO_PCSS_CMSP=1996). Acesso em: 15 jan. 2021.

SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 570, de 1996**. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo na zona de uso especial z8-003, e dá outras providências. São Paulo: Câmara Municipal, 12 jun. 1996. Disponível em: [https://splegisconsulta.camara.sp.gov.br/Pesquisa/DetailsDetalhado?COD\\_MTRA\\_LEGL=1&COD\\_PCSS\\_CMSP=570&ANO\\_PCSS\\_CMSP=1996](https://splegisconsulta.camara.sp.gov.br/Pesquisa/DetailsDetalhado?COD_MTRA_LEGL=1&COD_PCSS_CMSP=570&ANO_PCSS_CMSP=1996). Acesso em: 15 jan. 2021.

SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 583, de 1996**. Altera normas de uso e ocupação de solo de área, situada no Distrito de Santana. São Paulo: Câmara Municipal, 18 jun. 1996. Disponível em: [https://splegisconsulta.camara.sp.gov.br/Pesquisa/DetailsDetalhado?COD\\_MTRA\\_LEGL=1&COD\\_PCSS\\_CMSP=583&ANO\\_PCSS\\_CMSP=1996](https://splegisconsulta.camara.sp.gov.br/Pesquisa/DetailsDetalhado?COD_MTRA_LEGL=1&COD_PCSS_CMSP=583&ANO_PCSS_CMSP=1996). Acesso em: 15 jan. 2021.

SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 763, de 1996**. Altera normas de uso e ocupação de solo de área situa da no distrito de Santana, e da outras providências. São Paulo: Câmara Municipal, 24 set. 1996. Disponível em: [https://splegisconsulta.camara.sp.gov.br/Pesquisa/DetailsDetalhado?COD\\_MTRA\\_LEGL=1&COD\\_PCSS\\_CMSP=763&ANO\\_PCSS\\_CMSP=1996](https://splegisconsulta.camara.sp.gov.br/Pesquisa/DetailsDetalhado?COD_MTRA_LEGL=1&COD_PCSS_CMSP=763&ANO_PCSS_CMSP=1996). Acesso em: 15 jan. 2021.

SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 174, de 2001**. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo na zona de uso especial z8-003, criação de operação urbana, e dá outras providências. São Paulo: Câmara Municipal, 10 abr. 2001. Disponível em: [https://splegisconsulta.camara.sp.gov.br/Pesquisa/DetailsDetalhado?COD\\_MTRA\\_LEGL=1&COD\\_PCSS\\_CMSP=174&ANO\\_PCSS\\_CMSP=2001](https://splegisconsulta.camara.sp.gov.br/Pesquisa/DetailsDetalhado?COD_MTRA_LEGL=1&COD_PCSS_CMSP=174&ANO_PCSS_CMSP=2001). Acesso em: 15 jan. 2021.

SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal. Comissão Especial de Estudos Sobre o Carandiru. **Relatório final**. São Paulo: Câmara Municipal, 21 ago. 2001b. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/wp-content/uploads/spot-legado/comissoes-encerradas/arquivos/cecar.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. **Programação da Jornada do Patrimônio 2019**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 2019a. Disponível em: [http://jornadopatrimonio.prefeitura.sp.gov.br/abertura\\_2020/index.php/fotolivros-das-jornadas/programacao-da-jornada-do-patrimonio-2019/](http://jornadopatrimonio.prefeitura.sp.gov.br/abertura_2020/index.php/fotolivros-das-jornadas/programacao-da-jornada-do-patrimonio-2019/). Acesso em: 15 out. 2020.



SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. **Resolução nº 38, de 2018**. São Paulo: CONPRESP, 1 nov. 2019b. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/re3818tombamentocomplexopenitenciariocarandirupdf\\_1572624594.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/re3818tombamentocomplexopenitenciariocarandirupdf_1572624594.pdf). Acesso em: 2.01.2021.

SARACEVIC, Tefko. Information science. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico**. Porto: Edições Afrontamento: CETA.COM, 2006.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Sendas entre o visível e o invisível: a biblioteca como “lugar de memória” e de preservação do patrimônio. **DataGramZero: revista de informação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, p. [1-16], out. 2012. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/101752>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SOUSA, Edson Luiz André de. Palestra “Ler as cinzas – Trauma, memória e esperança”. *In*: Seminário Internacional Memória e Patrimônio, 10, Pelotas, 2020. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X4bog4xqE6s>. Acesso em: 28 out. 2020.

SP LEITURAS. **Biblioteca de São Paulo dá início ao projeto Humanoteca**. São Paulo: SP LEITURAS, 2021. Disponível em: <https://spleituras.org.br/imprensa/biblioteca-de-sao-paulo-da-inicio-ao-projeto-humanoteca/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SP LEITURAS. **Quem somos**. São Paulo, SP LEITURAS, 2020. Disponível em: <https://spleituras.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 15 set. 2020.

STABILE, Arthur. Comissão Interamericana cobra governos brasileiro e paulista sobre Carandiru. **Ponte**, 1 nov. 2016. Disponível em: <https://ponte.org/comissao-interamericana-cobra-governo-brasileiro-e-paulista-sobre-carandiru/>. Acesso em: 05 mar. 2021.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **Information Scientist**, v. 9, n. 4, p. 127-140, dec. 1975. Disponível em: <https://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2020.

## APÊNDICE A – Questionário

1. Você poderia me dizer um pouco sobre sua trajetória acadêmica e profissional dentro da Biblioteconomia? Onde se formou, quando, e de que maneira começou a trabalhar na BSP?
2. Atualmente, como você enxerga o seu trabalho de bibliotecário na BSP? Você poderia falar um pouco sobre suas funções e atividades desempenhadas?
3. Sendo a BSP uma biblioteca viva e de excelência na prestação de serviços, você acha que a função de um bibliotecário na BSP difere da função de um bibliotecário que trabalha em outra biblioteca pública?
4. Agora vamos falar um pouco sobre o espaço físico em que ela ocupa. Qual a sua percepção em relação a transição Complexo Penitenciário do Carandiru-BSP?
5. Em relação a preservação da memória do Carandiru, você acredita que é importante realizar ações que a promovam? Por exemplo, você acredita que a criação de um memorial do Carandiru seria uma ação válida?
  - 5.1 Se não, você acredita que a BSP deve focar somente em ações que promovam um melhor relacionamento entre usuário e biblioteca?
  - 5.2 Se sim, de que maneira você como bibliotecário da BSP poderia interferir para que a BSP consiga realizar ações de promoção da memória do massacre de Carandiru?

## APÊNDICE B – Respostas do Questionário

### PROFISSIONAL A

**1. Você poderia me dizer um pouco sobre sua trajetória acadêmica e profissional dentro da Biblioteconomia? Onde se formou, quando, e de que maneira começou a trabalhar na BSP?**

Profissional A: Sou formada em Biblioteconomia pela FAINC, Instituição que funcionava na cidade de Santo André, região do Grande ABC.

Comecei a trabalhar na BSP em agosto de 2010, 5 meses após a inauguração da Biblioteca.

Iniciei minhas atividades trabalhando no processamento técnico e também no atendimento aos sócios.

**2. Atualmente, como você enxerga o seu trabalho de bibliotecário na BSP? Você poderia falar um pouco sobre suas funções e atividades desempenhadas?**

Profissional A: As tarefas que desempenhamos são muito dinâmicas, pois trabalhamos em conjunto com várias áreas da SPLeituras (Organização Social que administra as Bibliotecas) como: Programação Cultural, Comunicação, Compras, Atendimento, entre outras áreas.

Com o passar do tempo, trabalhei em diversas atividades, entre elas: processamento técnico de obras, desenvolvimento de melhorias no sistema de acervo, melhorias de processos da área de Acervo, atualização de manuais, treinamento de funcionários, visitas técnicas, apoio às compras de acervo, entre outras atividades.

**3. Sendo a BSP uma biblioteca viva e de excelência na prestação de serviços, você acha que a função de um bibliotecário na BSP difere da função de um bibliotecário que trabalha em outra biblioteca pública?**

Profissional A: Acredito que minhas tarefas não sejam diferentes dos demais colegas, pois temos os mesmos objetivos, ou seja, como bibliotecas públicas, nossa missão é garantir o acesso da população à informação de qualidade, o acesso à cultura e leitura

Cada um, de acordo com sua realidade e de acordo com a realidade de seu entorno, busca desenvolver todo o trabalho em prol da satisfação e fidelização do público.

**4. Agora vamos falar um pouco sobre o espaço físico em que ela ocupa. Qual a sua percepção em relação a transição Complexo Penitenciário do Carandiru-BSP?**

Profissional A: Particularmente, não conheci o Carandiru, mas sempre que recebemos visitas de pessoas que conheceram o complexo penitenciário, elas ficam muito emocionadas e comentam o quanto o espaço foi transformado com a ocupação da Biblioteca de São Paulo.

**5. Em relação a preservação da memória do Carandiru, você acredita que é importante realizar ações que a promovam? Por exemplo, você acredita que a criação de um memorial do Carandiru seria uma ação válida?**

Profissional A: Sim, com certeza. A história oral da comunidade, por exemplo, deve ser preservada e difundida para que a memória local e a memória de vida destas pessoas sejam fortalecidas.

Atualmente, existe o Espaço Memória Carandiru, localizado na ETEC do Parque da Juventude, bem próximo da Biblioteca.

Levamos nossos funcionários para conhecer o local, e a ideia é fazer uma parceria futuramente, para indicar ao público uma “visita completa”, ou seja, o público poderá conhecer o Espaço Memória Carandiru e no mesmo dia fazer uma visita em nossa Biblioteca.

### **5.1 Se não, você acredita que a BSP deve focar somente em ações que promovam um melhor relacionamento entre usuário e biblioteca?**

Profissional A: A biblioteca deve expandir seus alcances, desta forma, acredito que ela deve propor ações que englobam além do “relacionamento entre usuário e biblioteca”.

### **5.2 Se sim, de que maneira você como bibliotecário da BSP poderia interferir para que a BSP consiga realizar ações de promoção da memória do massacre de Carandiru?**

Profissional A: Algumas destas ações podem ser feitas na coleta e disseminação das histórias orais. Fizemos uma parceria com o Museu da Pessoa para coletar algumas histórias: <https://bsp.org.br/2018/09/18/venha-contar-sua-historia-na-cabine-da-humanoteca/>.

Acesse nosso site [www.bsp.org.br](http://www.bsp.org.br) e consulte no catálogo o assunto “Humanoteca” para conhecer algumas histórias da nossa comunidade.

## **PROFISSIONAL B**

### **1. Você poderia me dizer um pouco sobre sua trajetória acadêmica e profissional dentro da Biblioteconomia? Onde se formou, quando, e de que maneira começou a trabalhar na BSP?**

Profissional B: Não sou graduada na área de Biblioteconomia e iniciei a trabalhar na BSP em 2014 como auxiliar de biblioteca.

### **2. Atualmente, como você enxerga o seu trabalho de bibliotecário na BSP? Você poderia falar um pouco sobre suas funções e atividades desempenhadas?**

Profissional B: Não sou bibliotecária, mas atuo diretamente com essas áreas, aprendendo e dando suporte e auxílio quando necessário, pois somos uma equipe que estamos em constante diálogo e aprendizado.

Minhas atividades desempenhadas são:

- Tratamento técnico e preparo físico de livros, mídias e periódicos;
- Auxílio na curadoria de compras de livros;
- Manutenção de assinaturas de periódicos.

### **3. Sendo a BSP uma biblioteca viva e de excelência na prestação de serviços, você acha que a função de um bibliotecário na BSP difere da função de um bibliotecário que trabalha em outra biblioteca pública?**

Profissional B: Acredito que não há diferenciação, ambas têm o propósito de disseminar informação ao seu público, mas de acordo com a sua própria realidade.

**4. Agora vamos falar um pouco sobre o espaço físico em que ela ocupa. Qual a sua percepção em relação a transição Complexo Penitenciário do Carandiru-BSP?**

Profissional B: Acredito que transição foi muito importante, até mesmo para desvincular um pouco a imagem ruim de violência e sangue derramado o qual Complexo Carandiru ficou conhecido mundialmente devido as barbaras que ocorreu nele.

Essa transição trás esperança através da cultura e conhecimento para todos, até mesmo aos ex-detentos que habitaram no Complexo e hoje orgulhosamente são nossos sócios.

**5. Em relação a preservação da memória do Carandiru, você acredita que é importante realizar ações que a promovam? Por exemplo, você acredita que a criação de um memorial do Carandiru seria uma ação válida?**

Profissional B: Sim e acho importantíssima essa preservação.

Na ETEC que também era parte do Complexo Carandiru existe um memorial, mas não tem uma divulgação visível, muitas pessoas tem interesse em conhecer um pouco mais a história do tão falado Carandiru e nunca ouviu falar desse espaço, a própria ETEC e conjunto com a biblioteca podem firmar uma parceria para difundir o a devida importância do memorial.

**5.1 Se não, você acredita que a BSP deve focar somente em ações que promovam um melhor relacionamento entre usuário e biblioteca?**

Profissional B: A biblioteca deve estar em constante disseminação, com o público local e com a comunidade ao seu redor, dando a oportunidade de conhecimento e informação para todos.

**5.2 Se sim, de que maneira você como bibliotecário da BSP poderia interferir para que a BSP consiga realizar ações de promoção da memória do massacre de Carandiru?**

Profissional B: Algumas destas ações podem ser feitas na coleta e disseminação das histórias orais. Fizemos uma parceria com o Museu da Pessoa para coletar algumas histórias: <https://bsp.org.br/2018/09/18/venha-contar-sua-historia-na-cabine-da-humanoteca/>.

Acesse nosso site [www.bsp.org.br](http://www.bsp.org.br) e consulte no catálogo o assunto “Humanoteca” para conhecer algumas histórias da nossa comunidade.

## **PROFISSIONAL C**

**1. Você poderia me dizer um pouco sobre sua trajetória acadêmica e profissional dentro da Biblioteconomia? Onde se formou, quando, e de que maneira começou a trabalhar na BSP?**

Profissional C: Minha trajetória na Biblioteconomia começou aos 20 anos como auxiliar de biblioteca em uma Universidade. Logo me interessei e cursei Biblioteconomia da FESPSP (Fundação Escola e Sociologia de São Paulo, em 2001 Já estava formada e atuando como Bibliotecária, estou na área há 27 anos.

Surgiu uma oportunidade na SPLeituras, como Gerente de acervo, me candidatei para o processo e em 2019, fui aprovada para gerenciar o acervo das Bibliotecas (BSP e BVL)

**2. Atualmente, como você enxerga o seu trabalho de bibliotecário na BSP? Você poderia falar um pouco sobre suas funções e atividades desempenhadas?**

Profissional C: Meu trabalho é fundamental pois estou em sinergia com as áreas pares e principalmente buscando inovações para atender o público com excelência, oferecendo-lhe a oportunidade de ter contato com a leitura.

Gerencio técnicos, bibliotecários e auxiliares, administro o orçamento da área, atuo em projetos, curadoria do acervo, estatísticas, faço compras, aquisições de livros, brinquedos, jogos, atendo as áreas pares indicando bibliográficas.

**3. Sendo a BSP uma biblioteca viva e de excelência na prestação de serviços, você acha que a função de um bibliotecário na BSP difere da função de um bibliotecário que trabalha em outra biblioteca pública?**

Profissional C: Acredito que não há diferenciação, ambas têm o propósito de prestar serviços e seu maior objetivo é poder criar leitores, oferecer literatura para todas idades ao seu público, porém de acordo com a sua própria realidade.

**4. Agora vamos falar um pouco sobre o espaço físico em que ela ocupa. Qual a sua percepção em relação a transição Complexo Penitenciário do Carandiru-BSP?**

Profissional C: A transição foi essencial para comunidade e para cidade de São Paulo. Antes um complexo Penitenciário com várias lembranças tristes e hoje um espaço de cultura, oportunidades em que as pessoas podem entrar e se apropriar dos serviços oferecidos com excelência e respeito.

**5. Em relação a preservação da memória do Carandiru, você acredita que é importante realizar ações que a promovam? Por exemplo, você acredita que a criação de um memorial do Carandiru seria uma ação válida?**

Profissional C: Sim, é importante a preservação da memória e valorização da história desse lugar principalmente para comunidade local.

Atualmente, existe o Espaço Memória Carandiru, localizado na ETEC do Parque da Juventude, bem próximo da Biblioteca.

**5.1 Se não, você acredita que a BSP deve focar somente em ações que promovam um melhor relacionamento entre usuário e biblioteca?**

Profissional C: A biblioteca deve estar atenta às novidades continuar focando em oferecer serviços com qualidade, disseminar informação para o público, pois seu papel é fundamental em todos os sentidos, temos duas assistentes sociais que fazem parte do cotidiano da Biblioteca com acolhimento, vejo como um diferencial para promover bem além do território.

**5.2 Se sim, de que maneira você como bibliotecário da BSP poderia interferir para que a BSP consiga realizar ações de promoção da memória do massacre de Carandiru?**

Profissional C: Algumas destas ações podem ser feitas na coleta e disseminação das histórias orais. Fizemos uma parceria com o Museu da Pessoa para coletar algumas histórias: <https://bsp.org.br/2018/09/18/venha-contar-sua-historia-na-cabine-da-humanoteca/>.

Acesse nosso site [www.bsp.org.br](http://www.bsp.org.br) e consulte no catálogo o assunto “Humanoteca” para conhecer algumas histórias da nossa comunidade.

**PROFISSIONAL D**

**1. Você poderia me dizer um pouco sobre sua trajetória acadêmica e profissional dentro da Biblioteconomia? Onde se formou, quando, e de que maneira começou a trabalhar na BSP?**

Profissional D: Sou técnica em biblioteconomia pela ETEC e comecei a trabalhar na área em 2014, com a SP Leituras formando a equipe para abertura da BVL. Iniciei minhas atividades no atendimento e após 2 anos na equipe, fui promovida para técnica em biblioteconomia.

**2. Atualmente, como você enxerga o seu trabalho de bibliotecário na BSP? Você poderia falar um pouco sobre suas funções e atividades desempenhadas?**

Profissional D: Como técnica, atuo no acervo e no atendimento, com atividades específicas em cada área. No acervo realizo qualquer trabalho técnico existente, etiquetagem, limpeza, preparação física, descarte, pequenos reparos, além de catalogação, inserção, triagem de doações, e manutenção de jogos físicos e eletrônicos. Sugiro também itens para compra, preenchimento de planilhas diárias de controle de consultas e separo materiais específicos para o setor da produção. No atendimento faço cadastros, empréstimos, organizo a biblioteca e empresto jogos aos sócios.

**3. Sendo a BSP uma biblioteca viva e de excelência na prestação de serviços, você acha que a função de um bibliotecário na BSP difere da função de um bibliotecário que trabalha em outra biblioteca pública?**

Profissional D: Não acredito que há uma diferenciação tão grande de trabalho quando falamos em bibliotecas públicas. Claro que cada biblioteca é única e nossas atividades vão de acordo com a realidade e a necessidade do espaço, mas os objetivos são os mesmos.

**4. Agora vamos falar um pouco sobre o espaço físico em que ela ocupa. Qual a sua percepção em relação a transição Complexo Penitenciário do Carandiru-BSP?**

Profissional D: Acredito que o parque, a ETEC e a biblioteca carregam a carga histórica do complexo Carandiru, ainda não é possível desvincular a história dos espaços e acredito que isso seja importante para lembrarmos o que aquele espaço significava e no que ele se tornou.

**5. Em relação a preservação da memória do Carandiru, você acredita que é importante realizar ações que a promovam? Por exemplo, você acredita que a criação de um memorial do Carandiru seria uma ação válida?**

Profissional D: Sim, com toda certeza. Minha primeira formação é em História e como historiadora acredito na importância da preservação da memória. Sei que existe o Espaço Memória Carandiru na ETEC, ao lado da biblioteca, assim como algumas estruturas preservadas por todo o parque.

**5.1 Se não, você acredita que a BSP deve focar somente em ações que promovam um melhor relacionamento entre usuário e biblioteca?**

Profissional D: Acredito que a biblioteca deve dialogar com a comunidade em que está inserida.

**5.2 Se sim, de que maneira você como bibliotecário da BSP poderia interferir para que a BSP consiga realizar ações de promoção da memória do massacre de Carandiru?**

Profissional D: Acredito que como bibliotecário ou técnico, podemos promover a leitura desse assunto e realizar atividades com essa temática. Há bastante literatura produzida sobre o Complexo Penitenciário do Carandiru e sobre o massacre, sempre me atento se temos material suficiente para oferecer aos sócios, indico livros que abordam o assunto e sempre que possível fazemos exposições temáticas. Além disso, promovemos uma parceria com o Museu da Pessoa sobre história oral, onde coletamos e difundimos as memórias do espaço.



## ANEXO A – Ofício 01/2021/FCI/PG UnB encaminhado a BSP



Ofício nº 01/2021/FCI / PG

Brasília, 09 de fevereiro de 2021.

Biblioteca de São Paulo  
Parque da Juventude  
Av. Cruzeiro do Sul, 2.630, Santana, São Paulo/SP  
CEP 02030-100  
Tel.: 11 2089 0800  
contato@bsp.org.br

**Assunto: solicitação de autorização para pesquisa.**

Prezados Senhores,

Informamos que a pesquisa desenvolvida pela estudante de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF) da Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB), Luiza Silva Almeida, sob orientação da Prof.ª Dra. Eliane Braga de Oliveira, está autorizada por esta Coordenação. O objetivo geral é analisar o papel da criação e das ações da Biblioteca de São Paulo (BSP), enquanto biblioteca pública, na promoção de uma memória coletiva sobre o massacre do Carandiru.

Os objetivos específicos são: discutir os conceitos de memória e esquecimento no contexto de criação da BSP; analisar, dentre as ações promovidas pela BSP, aquelas que remetem ao massacre do Carandiru, bem como a percepção dos bibliotecários que trabalham na BSP sobre o papel da Biblioteca no resgate da memória do antigo complexo penitenciário. Os entrevistados serão os bibliotecários da BSP e não haverá consulta ao acervo.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por Cynthia Roncaglio, Coordenador(a) da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação, em 11/02/2021, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 6305099 e o código CRC 781A2AFA.

**ANEXO B** – Resposta do arquiteto Mario Biselli por *e-mail*carandirú  Caixa de entrada **Mario Biselli** <biselli@bkweb.com.br>  
para mim 

seg., 17 de mai. 11:41

Luiza

Nosso projeto não chegou a prever biblioteca. Ficamos focados no projeto urbano e no Paisagismo.

Mario Biselli

**Mario Biselli | Arquiteto | PhD**  
Sócio Diretor Biselli + Katchborian Arquitetos